

CNRH/IPEA - UNICEF - SUDENE

DESIGUALDADES SOCIAIS NO NORDESTE

**Série
Instrumentos
para a Ação**

2

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPEA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO — IPLAN
Centro Nacional de Recursos Humanos — CNRH

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA — UNICEF

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE — SUDENE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO REGIONAL — CPR
Divisão de Estudos e Diagnósticos — ED

Este conjunto de trabalhos faz parte do Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre CNRH/IPEA e UNICEF, do Convênio entre CNRH/IPEA e Fundação IBGE e do Acordo de Cooperação Técnica entre CNRH/IPEA e ED/CPR/SUDENE. Utiliza a base de dados da "Pesquisa Níveis de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Municípios Brasileiros".

DESIGUALDADES SOCIAIS NO NORDESTE

Elizeu Francisco Calsing (CNRH)
Ernesto Aldo Isuani (UNICEF)
Freda Burger (CNRH)
Ruben Alberto Cervini (UNICEF)

Brasília, fevereiro de 1985

CNRH/IPEA

Ed. BNDES, 14.º andar, sala 01

70.076 - Brasília, DF - Tel.: 224-7832 e 223-7533

UNICEF

Ed. Seguradoras, 13.º andar

70.072 - Brasília, DF - 224-7145 e 224-7195

Os trabalhos apresentados são da inteira responsabilidade de seus respectivos autores. Suas opiniões não exprimem, necessariamente, o ponto de vista das instituições a que pertencem.

Índice Geral

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO GERAL.....	7
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DO NORDESTE: APRESENTAÇÃO DE ALGUMAS DESIGUALDADES.....	11
I. INTRODUÇÃO	13
II. CARACTERÍSTICAS E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO....	14
III. CARACTERÍSTICAS DA PEA.....	16
IV. CARACTERÍSTICAS E DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS.....	27
V. CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS.....	33
VI. CARACTERÍSTICAS DOS MENORES.....	37
VII. RESUMO.....	42
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	47
CARACTERIZAÇÃO GLOBAL E ANÁLISE TIPOLOGICA DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS.....	49
I. INTRODUÇÃO.....	51
II. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS.....	52
2.1 Tamanho da população.....	52
2.2 Grau de urbanização.....	53
2.3 Rendimento familiar.....	54
2.4 Alfabetização e escolarização.....	57
2.5 Características da PEA.....	60

III. CARACTERIZAÇÃO TIPOLOGICA DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS.....	63
3.1 Tipologias alternativas: primeira opção.....	63
3.2 Tipologias alternativas: segunda opção.....	69
3.3 Tipologia selecionada.....	70
3.3.1 Aspectos industriais e agropecuários.....	71
3.3.2 Indicadores sócio-econômicos.....	74
IV. CONCLUSÕES.....	75
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	77
ORDENAMENTO E DESIGUALDADES INTRARREGIONAIS:	
O CASO DO NORDESTE.....	79
I. INTRODUÇÃO.....	81
II. MEDIÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL.....	83
III. O ÍNDICE.....	85
3.1 As variáveis.....	86
3.2 Níveis de agregação.....	87
IV. O ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS.....	93
4.1 Ordenamento: as variáveis.....	99
4.2 Ordenamento: espaços geográficos.....	105
4.3 O índice e as carências.....	107
V. DESIGUALDADES SOCIAIS.....	107
5.1 Alguns indicadores.....	108
5.2 Variáveis intrarregionais.....	110
VI. COMENTÁRIOS FINAIS.....	113
ANEXO A — METODOLOGIA.....	115
1. A análise.....	117
2. O índice.....	118
3. As variáveis.....	118
4. O índice e a renda.....	125
5. Desigualdades de renda e educação.....	126
ANEXO B — DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS VARIÁVEIS.....	135
ANEXO C — TABELAS.....	139
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	145

Apresentação

Crescentemente assemelhadas no plano econômico, graças ao avassalador processo de integração dos mercados, as regiões brasileiras tiram sua identidade da dimensão social. E por ela devem ser tratadas. Nesse sentido é que, desde vários anos, a SUDENE vem desenvolvendo um amplo e tenaz esforço no campo da política e programação social, em particular, através do Sistema Regional de Indicadores Sociais (SIRIS). O presente trabalho configura uma importante contribuição a essa busca de novos caminhos por onde se espera apreender os fatores que, respondendo pela verdadeira problemática regional, devem ser enfrentados, em benefício da maioria da população.

Trata-se, aqui, de uma coletânea de estudos que reúne os resultados de trabalhos realizados por especialistas do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), uma das unidades componentes do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), assim como do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), contando com o apoio do IBGE e da SUDENE. Em última instância, todos esses estudos intentam subsidiar interpretações e políticas e programas referidos à vertente social da questão regional do Nordeste.

Desse modo, este documento serve aos estudiosos e planejadores empenhados em estruturar esquemas de abordagem regional que ponham em relevo, com precisão, objetividade e clareza, a dimensão social do desenvolvimento, entendida, por um lado, como a medida da apropriação coletiva dos frutos do uso econômico do espaço e, por outro, como o processo de mobilização, organização e participação das comunidades, para expressarem, defenderem e realizarem seus objetivos. Conta-se, pois, com um instrumento para o real planejamento participativo, única for-

ma de escapar ao regionalismo dissimulador e ao nacionalismo alienante.

Na realidade, a presente publicação não é exaustiva nas análises sobre o Nordeste. Propositadamente, apenas destaca, embora de modo articulado, os aspectos mais evidentes do quadro social da Região. Porque o essencial, neste conjunto de trabalhos, é apresentar vias não convencionais de compreensão e enfrentamento da questão nordestina. Daí a ênfase, em alguns deles, na justificação e explicação dos métodos e técnicas adotados no tratamento das informações e na produção de indicadores de desenvolvimento social. Isso confirma o já aludido carácter instrumental dos trabalhos.

Três estudos distintos e, no entanto, convergentes compõem este documento. O primeiro, o mais descritivo e abrangente, trata de algumas características sociais do Nordeste e respectivos Estados. O segundo desce a uma caracterização global e uma curta análise tipológica dos Municípios nordestinos. Enfim, o terceiro propõe um ordenamento desses Municípios, a partir do emprego de indicadores sociais. Com muita propriedade, o presente relatório integra a Série editada pelo CNRH/IPEA e UNICEF, sob a feliz designação de "Instrumentos para a Ação".

JORGE FERNANDO DE SANTANA
Coordenador de Planejamento Regional
da SUDENE

Introdução Geral

Esta publicação reúne três trabalhos que procuram abordar alguns aspectos das condições de vida da população do Nordeste brasileiro, na perspectiva dos indicadores sociais. Na verdade, trata-se de um esforço em apresentar um conjunto bastante extenso de informações capazes de revelar a intensidade das desigualdades sociais existentes na Região. Se os resultados, todavia, poucas surpresas reservam, é de se destacar que sua apresentação — **a nível de Municípios ou Microrregiões, e mesmo a nível de Estados e Região** — procura fortalecer a idéia de que o planejamento sócio-econômico deve considerar inevitavelmente que a compreensão da realidade global passa pelo Município, que é a menor unidade político-administrativa, base de todo o processo de desenvolvimento nacional.

A preocupação em conhecer e descrever a enorme variedade de situações existentes na Região Nordeste, as flagrantes desigualdades sociais, as condições precárias de vida de um contingente populacional numeroso — na medida em que são localizadas espacialmente —, deve-se, sem quaisquer sombras de dúvida, às responsabilidades que possuem os administradores públicos pela promoção do bem comum de todos os segmentos da sociedade (**função política**) e pela organização dos serviços básicos de modo a possibilitar um amplo acesso a todos (**função técnico-administrativa**), indispensável ao seu desenvolvimento como cidadãos.

O Nordeste, durante os últimos anos, tem merecido atenções especiais por parte das diversas instâncias governamentais, apoiando-o politicamente, injetando somas consideráveis de recursos financeiros para atividades e projetos econômicos e sociais, fortalecendo a capacidade técnica para o surgimento de respostas mais rápidas e eficazes aos problemas, e assim por diante. Esta publicação, portanto, insere-se também nesta perspectiva, e deseja contribuir com mais subsídios ao processo de planejamento e tomada de decisões.

Embora muito já tenha sido estudado e publicado a respeito do Nordeste, considera-se que, apesar de sua natureza mais quantitativa, os trabalhos ora apresentados representam uma importante e original contribuição enquanto um mar-

co de referência empírico para os processos de alocação de recursos, notadamente da área social.

É precisamente nesta perspectiva que o projeto de pesquisa intitulado **Níveis de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Municípios Brasileiros** procura se fortalecer e ganhar espaço, enquanto reconhece que o tratamento de informações a nível municipal representa um progresso para o sistema de indicadores sociais e abre as portas para futuros estudos que desejem aprofundar a situação sócio-econômica em termos mais qualitativos.

Com tais objetivos, o Projeto de Cooperação Técnica entre o CNRH/IPEA e UNICEF, em Convênio com o IBGE e a CPR/SUDENE, procura sistematizar e apresentar um conjunto de informações e metodologias úteis para o planejamento e processo de tomada de decisões, de forma a subsidiar à percepção de problemas sociais a nível local, estadual e regional. Sobressaem interesses em aprofundar o conhecimento da situação das populações carentes, sobretudo na ótica familiar.

No primeiro dos três trabalhos aqui apresentados, são destacadas as características mais gerais da questão social do Nordeste, tendo como pano de fundo o problema das desigualdades sociais. No fundo, trata de compilar um rico material empírico a respeito da população e das famílias nordestinas (características da PEA, do rendimento, da situação educacional, dos menores de 18 anos de idade, etc.), o quanto possível desagregando-o segundo o rendimento familiar *per capita*. Não se pretende mais do que um estudo descritivo e geral, contudo revelador — em termos quantitativos e qualitativos — de algumas graves carências da população nordestina, que afetam seus direitos de viver segundo padrões de qualidade de vida compatíveis com a dignidade humana.

O segundo trabalho começa a tornar mais explícitas e localizadas tais carências, notadamente porque procura, através de dois caminhos principais, demarcar em quantos e quais tipos de municípios elas se encontram. Desse modo, também cumpre uma tarefa mais descritiva, visando estruturar um perfil global dos municípios, distribuindo-os de acordo com certos indicadores sócio-econômicos (tamanho da população, grau de urbanização, rendimento familiar, condições educacionais da população e características da PEA), ao mesmo tempo em que trata da discussão de tipologias dos municípios do Nordeste. Através da tipologia proposta, percebe-se claramente como a situação municipal é extremamente matizada e com disparidades acentuadas.

O terceiro trabalho destaca, inicialmente, preocupações de caráter mais metodológico, pois apresenta e discute diferentes medidas do bem-estar da população ou do nível de desenvolvimento de áreas geográficas. Pretende-se, assim, justificar a escolha de uma estratégia de mensuração (através de um Índice) que seja relevante para demonstrar um ordenamento das unidades espaciais segundo níveis de qualidade de vida. Assim sendo, torna-se possível uma análise comparativa entre os padrões de vida das populações das respectivas unidades espaciais, de sorte a verificar o significado e as tendências das desigualdades sociais dentro da Região Nordeste, a partir dos indicadores selecionados. Fica novamente claro que a estrutura sócio-econômica da Região é muito heterogênea.

A informação apresentada no decorrer dos três trabalhos refere-se, quase toda,

a 1980, e é indiscutível que os acontecimentos econômicos e sociais dos últimos anos, verificados neste período mais recente de intensa crise, podem ter agravado ainda mais o quadro dos problemas sociais. Por isso acredita-se que os estudos continuam válidos como ponto de referência para o planejamento e processo decisório, enquanto parâmetros das carências e dos problemas sociais da população nordestina, que devem ser enfrentados com a máxima urgência.

Em nenhum momento esgota-se o potencial de informações disponíveis para o projeto de pesquisa **Níveis de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Municípios Brasileiros**. A base de dados já organizada é muito grande e está a exigir um aproveitamento mais intenso. Tanto o CNRH/IPEA quanto o UNICEF estão abertos à realização de novos trabalhos, dirigidos a conhecer em maior profundidade a realidade de determinadas Unidades da Federação ou Macrorregiões.

Por fim, é importante registrar que, na elaboração deste trabalho, coube à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da DI/SUSIS/DEINF/DIVAP, a produção das informações requeridas pelo projeto. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) proporcionou, através de seu Centro de Computação, todas as condições necessárias ao processamento das informações, graças ao seu Presidente, Dr. Eliseu Alves. A CPR/SUDENE, através de seus técnicos das Divisões de Estudos e Diagnósticos e de Política Espacial, participou intensamente da leitura, discussão e revisão de diferentes versões dos vários trabalhos. A Secretaria-Executiva do CNRH/IPEA leu os relatórios e fez comentários valiosos, além de sempre prontamente atender todas as solicitações que lhe eram dirigidas. O Escritório do UNICEF no Brasil, tendo em vista garantir a realização do Acordo de Cooperação Técnica, nunca mediu esforços para que o projeto alcançasse pleno êxito, principalmente tornando conhecidos os resultados dos diversos estudos e colaborando intensamente em sua utilização e aplicação por instâncias governamentais.

Estes registros, que servem como agradecimentos pelas generosas contribuições feitas e que ajudaram a viabilizar esta publicação, não os tornam co-responsáveis, contudo, por erros e impropriedades porventura existentes nos trabalhos aqui publicados.

Elizeu Francisco Calsing (CNRH)

**CARACTERÍSTICAS SOCIAIS
DO NORDESTE**
Apresentação de algumas desigualdades

I. Introdução

O presente trabalho possui objetivos bastante modestos, na medida em que pretende, tão somente, realizar uma apresentação de um conjunto de informações sobre a Região Nordeste e os Estados que a constituem. As informações, de caráter eminentemente social, tendo como fonte o Censo Demográfico de 1980, procuram reproduzir alguns aspectos **demográficos** — contingente populacional e urbanização —, **da população economicamente ativa e rendimento do trabalho** — distribuição da PEA por setores econômicos, posição na ocupação, taxa de atividade, subemprego, sub-remuneração, proteção ao trabalhador, rendimento médio e anos de estudo da PEA —, **das famílias** — distribuição segundo o rendimento familiar **per capita** e média de pessoas —, **da situação educacional** — taxa de alfabetização, taxa de escolarização e número de crianças de 7 a 14 anos fora da escola — e **da proporção de menores** nas famílias segundo o rendimento familiar e situação de frequência escolar e ocupação.

Na medida do possível, procura-se desagregar tais informações segundo o rendimento familiar **per capita**, o que permite caracterizar desigualdades sociais, em geral bem marcantes entre as famílias.

Não se recorre, na descrição das informações, a trabalhos já realizados sobre a Região Nordeste, e que poderiam contribuir, eventualmente, para qualificar um pouco melhor algumas constatações. Como já se acentuou, os objetivos não passam de uma apresentação de informações, tendo em vista o seu possível uso para o conhecimento empírico de cada Estado nordestino. Pode-se supor, contudo, que tais informações, pelas suas características, constituem material empírico de utilidade para outros trabalhos, notadamente para o planejamento econômico-social e processo decisório.

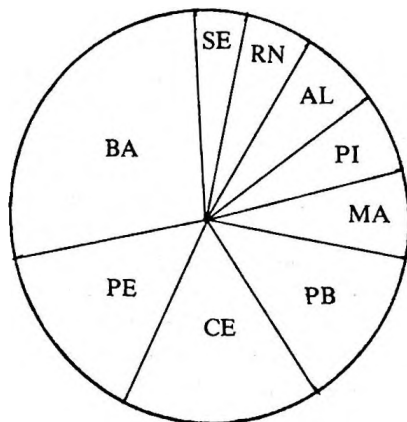
É importante destacar que a base de dados disponível para o projeto “Níveis de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Municípios Brasileiros” não se restrin-

ge ao que é aqui apresentado. É bem mais extensa e as informações encontram-se disponíveis no CNRH/IPEA para quem desejar utilizá-las em outros trabalhos.

II. Características e distribuição da população

Viviam na Região Nordeste cerca de 34,8 milhões de pessoas em 1980 — o equivalente a 29,3% do total da população brasileira —, que estavam distribuídas pelos 9 (nove) Estados nordestinos: Sergipe (3,3%), Rio Grande do Norte (5,5%), Alagoas (5,7%), Piauí (6,1%), Paraíba (8,0%), Maranhão (11,5%), Ceará (15,2%), Pernambuco (17,6%) e Bahia (27,1%), conforme indica o GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO OS
ESTADOS DO NORDESTE — 1980



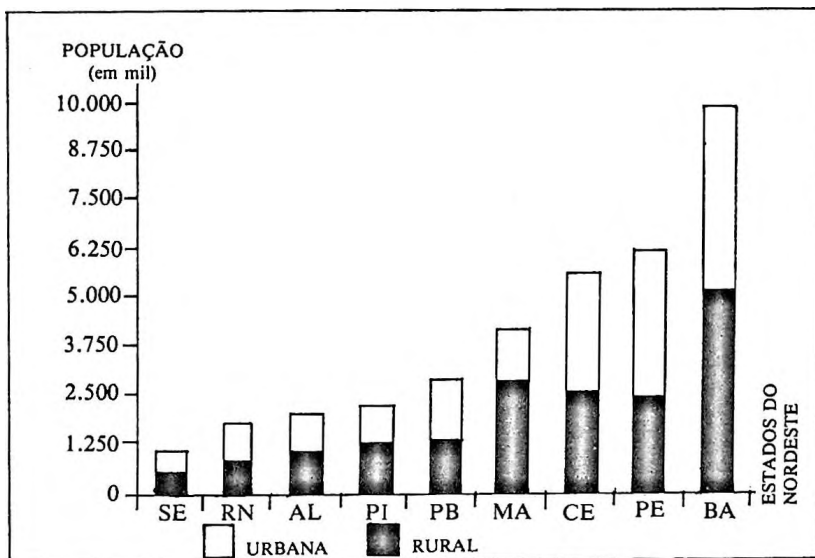
O contingente populacional dos Estados é apresentado no QUADRO 1, a seguir, permitindo que se avalie mais adequadamente não só a participação regional, como também o montante de pessoas que vivia em cada um deles.

O GRÁFICO 2 foi construído para melhor visualização dos dados contidos no QUADRO 1. Pode-se observar, basicamente, o tamanho populacional de cada Estado, desde o menor — que é Sergipe — até o maior — que é a Bahia. A diferença entre eles era de 8,3 vezes em 1980, o que não deixa de ser um indicador bastante expressivo quando se considera comparativamente Estados de uma mesma região geográfica. Bahia, apenas para exemplificar um pouco mais, possuía uma população que equivalia, praticamente, aos 5 (cinco) menores Estados nordestinos: Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Paraíba e pouco mais da metade de Sergipe.

QUADRO 1
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

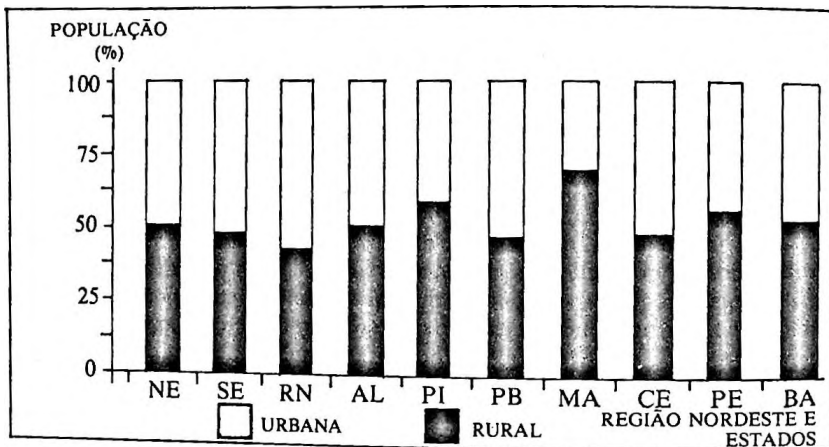
REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TOTAL	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	
		Urbana	Rural
NORDESTE	34.814.165	17.566.727	17.247.438
Maranhão	3.996.444	1.254.830	2.741.614
Piauí	2.139.196	897.812	1.241.384
Ceará	5.288.429	2.810.373	2.478.056
Rio G. do Norte	1.898.835	1.115.279	783.556
Paraíba	2.770.346	1.449.206	1.321.140
Pernambuco	6.142.229	3.783.716	2.358.513
Alagoas	1.982.915	977.161	1.005.754
Sergipe	1.140.379	617.851	522.528
Bahia	9.455.392	4.660.499	4.794.893

GRÁFICO 2
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
SEGUNDO OS ESTADOS DO NORDESTE — 1980



Uma característica demográfica importante a ser considerada refere-se à taxa de urbanização. A metade da população nordestina vivia em áreas urbanas, o que significava em torno de 17,6 milhões de pessoas. Quatro Estados possuíam taxas de urbanização superiores à média regional: Rio Grande do Norte (58,7%), Sergipe (54,2%), Ceará (53,1%) e Paraíba (52,3%). Nos demais pode-se observar números inferiores, cabendo destacar que Bahia e Alagoas apresentavam a mesma taxa de urbanização de 49,3%, enquanto Pernambuco chegava a 45,3%. Piauí (42,0%) e Maranhão (31,4%) eram os Estados menos urbanizados (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE,
POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE
E ESTADOS — 1980



III. Características da PEA¹

A População Economicamente Ativa (PEA) do Nordeste correspondia a 11.157.759 pessoas, das quais 10.831.939 encontravam-se ocupadas na data do Censo Demográfico de 1980. Isso equivale a uma taxa de desemprego aberto de 2,9%.

O contingente da PEA por setores econômicos para cada um dos Estados nordestinos encontra-se no QUADRO 2, a seguir.

¹ Compõem a População Economicamente Ativa as pessoas que, durante os 12 meses anteriores à data do Censo (1-9-79 a 31-8-80) ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração por doença, com bolsas de estudo, etc., e as sem remuneração que trabalhavam habitualmente 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam ou a instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiários, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais que não trabalharam nos doze meses anteriores à data do Censo mas que nos últimos dois meses tomaram alguma providência para encontrar trabalho.

QUADRO 2
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), POR
SETORES ECONÔMICOS, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E
ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TOTAL (*)	SETORES ECONÔMICOS		
		Primário	Secundário	Terciário
NORDESTE	11.157.759	5.400.048	1.742.253	3.689.638
Maranhão	1.308.102	884.472	110.110	285.293
Piauí	659.830	395.774	69.037	184.698
Ceará	1.715.066	741.215	320.869	608.156
Rio G. do Norte	595.171	239.160	111.384	224.525
Paraíba	843.166	412.609	126.124	282.682
Pernambuco	2.036.265	788.356	379.915	805.542
Alagoas	612.145	323.683	85.627	183.217
Sergipe	353.723	149.794	61.325	131.417
Bahia	3.034.291	1.464.985	477.862	984.108

(*) Inclui pessoas procurando trabalho.

A partir do GRÁFICO 4 pode-se visualizar o volume (em termos absolutos) das pessoas ocupadas segundo os três setores econômicos: primário, secundário e terciário. Ainda, é possível dimensionar os Estados de acordo com o menor até o maior número de pessoas ocupadas, guardando a mesma ordem verificada anteriormente para com a variável população (urbana e rural).

Apenas para ilustrar, o Estado da Bahia, sozinho, tinha praticamente o mesmo volume de pessoas ocupadas correspondente aos Estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí; ou, correspondente aos Estados do Ceará e Maranhão. Com tais exemplos e comentários gerais, pode-se trazer à consideração a relevância do papel que Estados como Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão possuem como absorvedores de mão-de-obra no contexto da Região Nordeste.

A distribuição das pessoas ocupadas por setores econômicos permite inferir algumas características produtivas dos Estados e da Região Nordeste. Como se observa no GRÁFICO 5, as ocupações agropecuárias concentravam 49,9% das pessoas, que faziam delas sua atividade principal. Em torno de 1/3 ocupavam-se de atividades terciárias (notadamente do comércio e atividades sociais) e 16,1% de atividades industriais (extrativas, transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública).

Os Estados do Maranhão (69,1%), Piauí (60,9%), Alagoas (54,6%), Paraíba (50,2%) e Bahia (50,1%) possuíam maior proporção de pessoas ocupadas no setor primário, comparativamente aos demais. Por outro lado, Rio Grande do Norte (19,4%), Pernambuco (19,3%), Ceará (19,2%), Sergipe (17,9%) e Bahia (16,3%) conseguiam oferecer relativamente mais empregos nos setores industriais do que o restante dos Estados. No que se refere ao setor terciário, a variabilidade das por-

centagens também era bastante acentuada, como de resto é possível afirmar que a estrutura do mercado de trabalho, ou da ocupação, apresentava configurações próprias em cada um dos Estados nordestinos.

GRÁFICO 4
PESSOAS OCUPADAS, POR SETORES ECONÔMICOS, SEGUNDO OS ESTADOS DO NORDESTE — 1980

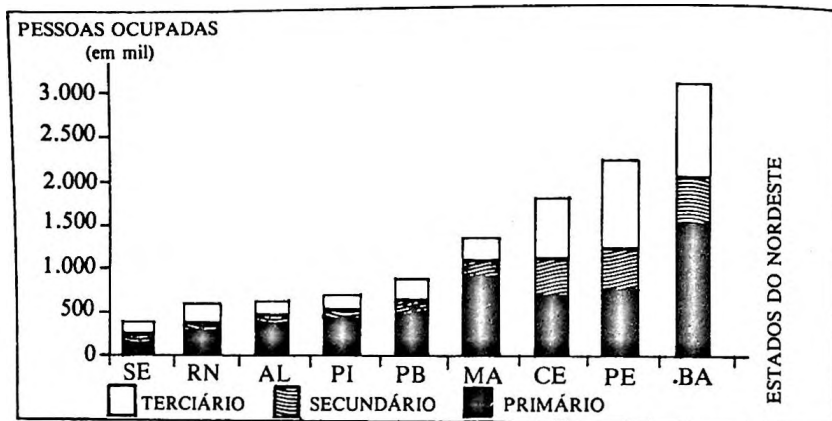
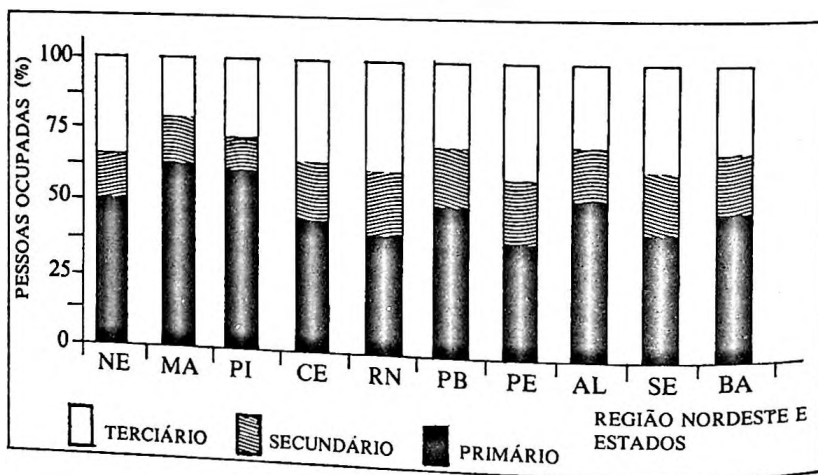


GRÁFICO 5
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS, POR SETORES ECONÔMICOS, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980



No que se refere à posição na ocupação das pessoas que trabalhavam (QUADRO 3), observa-se que, no total da Região Nordeste, pouco mais da metade era constituída de empregados (51,5%), enquanto que 38,1% de autônomos e 7,9% de não remunerados. As demais eram empregadores (1,4%) ou não haviam declarado sua posição na ocupação (1,1%).

QUADRO 3
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS,
PELA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE
E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	PESSOAS OCUPADAS					
	TOTAL	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO				
		Empre- gados	Autô- nomos	Não Remunerados	Empre- gadores	Não Declarados
NORDESTE — TOTAL	100,0	51,5	38,1	7,9	1,4	1,1
Maranhão	100,0	22,0	65,2	10,9	0,8	1,1
Piauí	100,0	32,4	51,0	14,6	1,5	0,5
Ceará	100,0	54,9	34,8	7,6	1,9	0,8
Rio G. do Norte	100,0	62,4	30,2	5,3	1,4	0,7
Paraíba	100,0	54,9	33,0	9,8	1,2	1,1
Pernambuco	100,0	61,2	29,0	7,6	1,4	0,8
Alagoas	100,0	63,1	28,4	6,2	1,1	1,2
Sergipe	100,0	58,5	32,9	6,5	1,2	0,9
Bahia	100,0	53,8	36,9	6,1	1,6	1,6
NORDESTE — URBANO	100,0	69,7	26,5	0,9	1,5	1,4
Maranhão	100,0	60,1	35,1	1,4	1,3	2,1
Piauí	100,0	67,0	29,3	1,4	1,2	1,1
Ceará	100,0	65,2	31,3	0,9	1,5	1,1
Rio G. do Norte	100,0	73,1	24,1	0,7	1,2	0,9
Paraíba	100,0	71,8	24,4	1,1	1,3	1,4
Pernambuco	100,0	74,2	22,2	0,9	1,7	1,0
Alagoas	100,0	74,0	22,6	0,5	1,1	1,8
Sergipe	100,0	71,5	25,3	0,7	1,5	1,0
Bahia	100,0	70,6	24,8	0,7	1,7	2,2
NORDESTE — RURAL	100,0	33,2	49,7	15,0	1,4	0,7
Maranhão	100,0	4,9	78,7	15,1	0,6	0,7
Piauí	100,0	10,2	64,8	23,0	1,8	0,2
Ceará	100,0	47,4	38,7	11,8	1,7	0,4
Rio G. do Norte	100,0	42,0	39,2	15,9	2,5	0,4
Paraíba	100,0	38,2	41,4	18,5	1,2	0,7
Pernambuco	100,0	42,7	38,1	17,7	1,1	0,4
Alagoas	100,0	54,0	33,1	11,1	1,1	0,7
Sergipe	100,0	41,8	42,7	14,0	0,8	0,7
Bahia	100,0	37,6	48,3	11,5	1,6	1,0

Quando se analisa este fenômeno por Estados, é possível distinguir três grupos distintos, indicando a variabilidade na distribuição das pessoas ocupadas pela posição na ocupação. O primeiro grupo é constituído por Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe que possuíam os maiores percentuais de empregados e, conseqüentemente, os menores de autônomos e não remunerados. O segundo, integrado por Ceará, Paraíba e Bahia, apresentava percentuais intermediários de empregados, autônomos e não remunerados. O terceiro grupo, formado pelos Estados do Maranhão e Piauí, registrava os menores percentuais de empregados e os maiores de autônomos e não remunerados.

Esta mesma distribuição segundo a situação do domicílio configura duas realidades bastante distintas. Enquanto no meio urbano em torno de 2/3 das pessoas ocupadas eram empregados e aproximadamente 1/4 autônomos, no meio rural torna-se difícil demarcar um padrão definido de utilização da força de trabalho. As relações de trabalho, tal como ocorria a nível do total, apresentam uma estrutura heterogênea que, sem dúvida alguma, têm repercussões significativas sobre o nível de emprego nos Estados da Região Nordeste.

Quando se considera as taxas de atividade das pessoas de 10 anos e mais, a nível do total da Região e seus Estados, fica claro que praticamente não se registram diferenças dignas de anotação, na medida em que elas eram bastante uniformes: em torno de 45%. Mesmo as diferenças urbano-rurais não chegavam a ser significativas: respectivamente 43 e 48% (QUADRO 4).

Contudo, quando tais taxas são apreciadas segundo o rendimento familiar **per capita**, as diferenças ficam bem perceptíveis, seja em relação ao total, seja em relação à situação urbano-rural. Enquanto nas famílias com rendimento familiar **per capita** até 1/4 do salário mínimo as taxas ficavam ao redor dos 40%, nas de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo alcançavam 46% e nas de mais de 1/2 salário mínimo aproximadamente 53%.

O desdobramento da análise ao nível urbano e rural revela com maior intensidade as diferenças existentes entre eles segundo os distintos tipos de famílias. É interessante ressaltar, a título de hipótese geral, que as taxas apresentam uma relação bastante direta com o nível do rendimento familiar **per capita**. Assim, as famílias onde o rendimento familiar **per capita** era menor, também tinham menores taxas de atividade, enquanto as de rendimento maior apresentavam taxas mais elevadas.

A proteção do trabalhador — considerada a partir dos empregados que contribuíam à previdência social (federal, estadual e municipal) e que tinham carteira de trabalho assinada pelo seu empregador — representa um tema de estudo bastante relevante, principalmente tendo em vista o conhecimento das relações de trabalho existentes. Os GRÁFICOS 6 e 7, neste sentido, permitem uma visualização daqueles empregados que estão protegidos pelo sistema previdenciário e pela legislação trabalhista. Não mais de 53,3% deles eram segurados/contribuintes da previdência social e 28,8% tinham carteira de trabalho assinada a nível do Nordeste. A situação não é muito diferente quando se considera cada um dos Estados — exceto

no caso do Maranhão —, uma vez que as proporções situam-se bem próximas umas das outras.

Vale registrar que nestes dados está sendo reproduzido praticamente apenas aquilo que ocorre nas unidades de produção formais. Pode-se deduzir, conseqüentemente, que as relações de trabalho são extremamente precárias, uma vez que são poucos aqueles que têm seus direitos previdenciários e trabalhistas garantidos.

Isto significa que, não obstante a importância que tem hoje no Nordeste a unidade de produção tipicamente capitalista e de grande porte na atividade agrícola, industrial e comercial, além da forte presença do Estado, não se pode minimizar o papel ainda relevante que a micro-unidade de produção e serviços, o minifúndio, o pequeno negócio, a unidade familiar e o autônomo têm na geração de emprego. (Jatobá, 1983)

A partir dos indicadores subemprego e sub-remuneração torna-se possível avaliar outras particularidades da situação de emprego e do mercado de trabalho. Quanto ao subemprego — definido pelo conjunto de pessoas que trabalhavam menos de 40 horas semanais — cabe ressaltar que ele se apresenta de uma maneira bastante homogênea, seja ao nível do total das pessoas ocupadas, empregados e autônomos, seja ao nível urbano e rural.

QUADRO 4
TAXAS DE ATIVIDADE DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS,
POR RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TAXAS DE ATIVIDADE DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS											
	TOTAL GERAL			FAMILIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA								
				Até 1/4 SM		Mais de 1/4 a 1/2 SM		Mais de 1/2 SM				
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
NORDESTE	45,8	43,6	48,2	40,2	33,0	44,0	46,6	41,9	52,2	53,7	52,0	59,6
Maranhão	48,3	40,6	52,0	44,1	32,7	47,9	51,1	41,9	56,0	55,1	49,4	60,8
Piauí	45,0	41,3	47,9	42,6	32,8	46,6	45,7	41,4	54,4	52,3	51,9	56,1
Ceará	45,6	45,0	46,2	40,8	35,1	43,9	46,4	43,9	50,7	53,7	53,4	55,3
Rio G. do Norte	43,5	42,9	44,3	37,1	32,8	40,4	44,4	41,9	48,8	52,2	51,5	55,8
Paraíba	42,9	41,5	44,6	39,0	33,1	42,4	44,0	41,3	48,7	50,7	50,1	54,2
Pernambuco	46,5	44,3	50,3	40,7	33,4	46,3	46,0	41,9	53,6	53,1	51,9	60,0
Alagoas	44,8	41,2	48,7	39,1	31,2	43,7	47,1	40,9	54,0	52,6	50,1	60,6
Sergipe	44,7	42,9	47,1	38,2	31,0	42,4	44,8	39,6	51,1	52,7	51,3	59,2
Bahia	46,2	44,9	47,7	37,8	31,9	40,7	46,7	41,5	51,3	54,9	52,7	61,2

Esta homogeneidade ou uniformidade da maioria das taxas, todavia, não significa que o fenômeno tenha as mesmas características em todos os Estados. O que sobressai são intensidades pouco variáveis, com exceções.

A partir do QUADRO 5 constata-se que no total da Região e Estados nordestinos as taxas de subemprego giravam em torno de 22 a 25%, significando que as demais pessoas ocupadas trabalhavam 40 ou mais horas por semana. Entre os empregados as taxas eram menores: em torno de 17 a 20%. Entre os autônomos eram

GRÁFICO 6
NÚMERO DE EMPREGADOS QUE CONTRIBUÍAM PARA A
PREVIDÊNCIA SOCIAL E QUE TINHAM CARTEIRA DE TRABALHO
ASSINADA, SEGUNDO OS ESTADOS DO NORDESTE — 1980

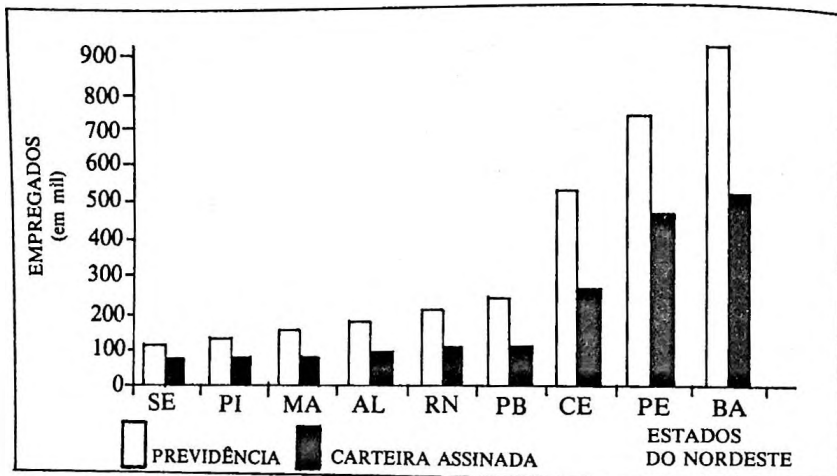
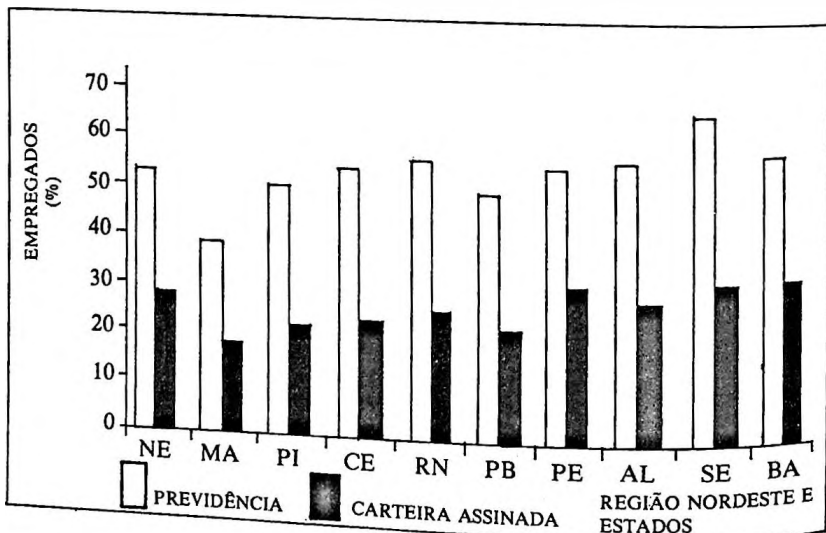


GRÁFICO 7
PORCENTAGEM DE EMPREGADOS QUE CONTRIBUÍAM PARA A
PREVIDÊNCIA SOCIAL E QUE TINHAM CARTEIRA DE TRABALHO
ASSINADA, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980



maiores: em torno de 21 a 30%, observando-se que as diferenças urbano-rurais se acentuam, comparativamente ao que se passa no total e entre os empregados.

Quanto aos sub-remunerados, isto é, aqueles trabalhadores com rendimento médio mensal até um salário mínimo,² observa-se a partir do QUADRO 6 que eles representavam quase 2/3 do total de ocupados na Região Nordeste. Alguns Estados, como o Piauí (77,2%), Maranhão (71,4%), Ceará (69,6%), Paraíba (68,5%) e Alagoas (67,5%) ultrapassavam aquela proporção, enquanto que em outros era menor, como Bahia (56,3%), Pernambuco (59,9%) e Sergipe (60,0%).

A sub-remuneração, definida pelo rendimento mensal, apresentava-se de forma bem desigual quando considerada a nível urbano e rural. Enquanto no urbano cerca da metade das pessoas ocupadas podiam ser consideradas sub-remuneradas, no rural chegava a ultrapassar os 80%.

A sub-remuneração entre empregados e autônomos não difere substancialmente, embora se verifique que era pouco mais acentuada entre os autônomos, notadamente da área rural.

O conjunto destas informações, mesmo levando em conta suas limitações, revela que as relações de trabalho são bastante precárias, mesmo nas unidades de produção formais, do que decorre o subemprego e a sub-remuneração, que constituem aspectos bem característicos da força de trabalho regional, o que já foi constatado amplamente em outro estudo. (Jatobá, 1983)

O rendimento médio mensal da PEA alcançava Cr\$ 6.106,00 ou o equivalente a 1,8 vezes o salário mínimo da Região, significando cerca de US\$ 106.³ As diferenças urbano-rurais eram de aproximadamente 3 vezes. Assim, enquanto a PEA urbana possuía um rendimento médio de Cr\$ 9.054,00 (ou US\$ 157), a rural alcançava Cr\$ 3.174,00 (ou US\$ 55).

O QUADRO 7, colocado nesta perspectiva, permite que se avalie não apenas o montante das desigualdades entre os Estados no que se refere ao rendimento médio mensal da PEA, como também permite concluir que a estrutura do rendimento no meio rural gira em torno do salário mínimo regional — como já se pôde deduzir do QUADRO 6 relativo à sub-remuneração — e a do meio urbano, de aproximadamente 3 vezes superior, indicando forte concentração dos rendimentos. (SUDENE, 1982)

² Os dados de rendimentos são apresentados em relação ao maior salário mínimo vigente na data do Censo, cujo valor era de Cr\$ 4.149,60. O salário mínimo vigente nos Estados do Nordeste nesta mesma data era de Cr\$ 3.189,60, exceto em Pernambuco e Bahia, que era de Cr\$ 3.436,80.

³ O maior salário do país, na data do Censo, equivalia a US\$ 72: O salário mínimo médio do Nordeste equivalia a US\$ 57. O dólar em setembro de 1980 representava Cr\$ 57,590.

QUADRO 5
PROPORÇÃO DE SUBEMPREGADOS ENTRE AS PESSOAS OCUPADAS,
EMPREGADOS E AUTÔNOMOS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	PROPORÇÃO DE SUBEMPREGADO								
	TOTAL			EMPREGADOS			AUTÔNOMOS		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
NORDESTE	22,5	21,0	24,0	17,0	17,5	15,8	24,6	30,4	21,5
Maranhão	26,0	23,8	27,1	21,6	22,0	19,0	24,1	27,2	23,4
Piauí	26,0	23,7	27,6	20,4	20,8	18,4	22,0	29,9	19,8
Ceará	20,7	22,9	17,8	16,0	17,6	12,8	24,7	34,3	15,1
Rio G. do Norte	17,8	17,0	14,8	14,9	16,9	10,7	21,2	29,9	13,5
Paraíba	21,8	22,5	21,0	18,0	20,3	13,7	22,0	29,5	17,6
Pernambuco	22,0	20,0	25,4	16,2	15,9	17,1	26,4	33,1	21,4
Alagoas	22,6	20,9	24,1	18,4	18,4	18,4	26,2	29,8	24,2
Sergipe	24,3	18,7	31,6	17,3	14,2	24,2	30,1	31,5	29,1
Bahia	22,3	19,7	25,0	16,6	16,9	16,0	25,2	28,7	23,7

QUADRO 6
PROPORÇÃO DE SUB-REMUNERADOS ENTRE AS PESSOAS OCUPADAS,
EMPREGADOS E AUTÔNOMOS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	PROPORÇÃO DE SUB-REMUNERADOS								
	TOTAL			EMPREGADOS			AUTÔNOMOS		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
NORDESTE	64,2	49,1	79,3	59,4	46,8	85,9	64,9	45,9	75,1
Maranhão	71,4	50,3	80,8	56,7	53,7	73,3	72,3	44,1	78,0
Piauí	77,2	56,3	90,6	63,3	57,0	89,5	81,0	54,9	88,6
Ceará	69,6	69,2	70,0	67,0	55,0	90,4	69,6	59,0	80,2
Rio G. do Norte	64,9	50,8	84,8	62,9	51,7	87,1	65,3	48,1	79,5
Paraíba	68,5	53,3	83,5	62,7	47,7	90,6	70,4	48,5	83,3
Pernambuco	59,9	43,2	85,0	55,5	43,0	88,1	59,6	46,5	76,4
Alagoas	67,5	47,2	84,4	67,0	48,9	87,7	63,7	42,2	75,8
Sergipe	60,0	44,0	80,4	58,8	44,9	89,8	56,0	42,6	66,2
Bahia	56,3	38,9	73,7	54,3	40,4	80,1	54,2	35,7	64,4

QUADRO 7
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA PEA, POR SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	RENDIMENTO MÉDIO DA PEA		
	TOTAL	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	
		Urbana	Rural
NORDESTE	6.106	9.054	3.174
Maranhão	4.356	7.037	3.335
Piauí	3.901	6.920	1.874
Ceará	5.478	8.081	2.365
Rio G. do Norte	5.872	7.890	2.865
Paraíba	5.011	7.465	2.309
Pernambuco	6.924	9.374	3.179
Alagoas	5.496	8.064	3.210
Sergipe	6.843	9.846	3.321
Bahia	7.534	11.101	4.068

Outra característica importante da PEA diz respeito à média de anos de estudo que possuía. Em 1980, segundo o QUADRO 8, a média a nível do total era de 2,6 anos, sendo que de 4,3 no meio urbano e 0,9 no rural. Estas médias refletem bem o que se passa em cada um dos Estados, na medida em que as variações, quando ocorrem, são muito reduzidas, permanecendo em torno do que se observa a nível da Região Nordeste.

Quando estas médias passam a ser desagregadas segundo o rendimento familiar *per capita*, sobressaem nitidamente as desigualdades entre as famílias. Enquanto a PEA das famílias com rendimento familiar *per capita* até 1/4 do salário mínimo possuía uma média de 0,9 anos de estudo, nas de mais de 1/4 a 1/2 e nas de mais de 1/2 salário mínimo a média era de 1,9 e 5,0 respectivamente. No meio urbano a média estava em torno de 1,7 anos no primeiro grupo de famílias (até 1/4 SM) e 2,9 e 6,1 no segundo (mais de 1/4 a 1/2 SM) e terceiro grupos (mais de 1/2 SM). Na área rural, segundo estes mesmos grupos, as médias registradas foram respectivamente de 0,6; 0,9 e 1,7 anos de estudo. É interessante observar que as diferenças urbano-rurais se acentuam na medida do crescimento do rendimento familiar. Isto é, a diferença que era de 2,8 vezes nas famílias até 1/4 do salário mínimo, aumentou para 3,2 e 3,6 vezes, sempre em favor do meio urbano.

O que se registra para a Região Nordeste vem a ocorrer igualmente para os Estados, no sentido de que os seus resultados médios refletem com bastante precisão o que se verifica em cada um deles.

QUADRO 8
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA PEA, POR RENDIMENTO FAMILIAR
PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO A
REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA PEA											
	TOTAL GERAL			FAMÍLIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA						Mais de 1/2 SM		
	Total	Urbana	Rural	Até 1/4 SM		Mais de 1/4 a 1/2 SM		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana
NORDESTE	2,6	4,3	0,9	1,7	0,6	1,9	2,9	0,9	5,0	6,1	1,7	1,7
Maranhão	1,9	3,9	1,2	2,3	0,8	1,8	3,5	1,1	4,0	5,7	2,6	2,6
Piauí	2,1	4,2	0,7	1,9	0,6	2,2	3,5	0,9	5,5	6,4	1,5	1,5
Ceará	2,5	4,1	0,7	1,6	0,6	2,0	2,8	0,9	5,4	6,0	1,4	1,4
Rio G. do Norte	2,9	4,2	1,0	1,7	0,8	2,2	3,0	1,1	5,4	6,2	1,9	1,9
Paraíba	2,5	4,0	0,9	1,6	0,7	2,1	2,9	1,0	5,5	6,3	1,6	1,6
Pernambuco	3,2	4,6	1,0	1,8	0,6	2,1	3,0	1,0	5,8	6,4	2,4	2,4
Alagoas	2,2	3,9	0,7	1,5	0,5	1,6	2,6	0,6	4,9	6,2	1,5	1,5
Sergipe	2,7	4,4	0,8	1,6	0,6	1,8	2,8	0,8	5,2	6,1	1,5	1,5
Bahia	2,6	4,4	0,8	1,7	0,6	1,5	2,7	0,7	4,5	5,9	1,3	1,3

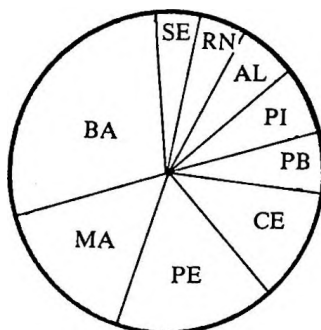
IV. Características e distribuição das famílias

Viviam na Região Nordeste aproximadamente 7,2 milhões de famílias em 1980, o que representava 26,8% do total existente no país.

O QUADRO 9 apresenta os números absolutos de famílias segundo os Estados do Nordeste, permitindo que se obtenha uma idéia mais precisa acerca da participação de cada um deles a nível da Região.

O GRÁFICO 8 informa a distribuição porcentual das famílias por Estado, que era de 3,4% em Sergipe; 5,5% no Rio Grande do Norte; 5,7% no Piauí; 5,8% em Alagoas; 8,0% na Paraíba; 11,4% no Maranhão; 14,8% no Ceará; 18,4% em Pernambuco e 27,0% na Bahia.

GRÁFICO 8
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO OS
ESTADOS DO NORDESTE — 1980



Quando se considera as famílias por níveis de rendimento familiar *per capita*, isto é, pelo rendimento familiar médio, verifica-se que a disponibilidade orçamentária para cada integrante da família era bastante reduzida (QUADROS 9 e 10 e GRÁFICOS 9 a 14).

Em 42,9% das famílias nordestinas, ou seja, em 3,1 milhões de famílias, o rendimento *per capita* alcançava a 1/4 do salário mínimo, enquanto que em 27,7%, ou seja, em 2 milhões, equivalia a mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo.⁴ Isso significava que em 70% das famílias o rendimento disponível para cada morador não era superior a Cr\$ 2.075,00. Esse valor coincide, praticamente, ao custo da ração essencial no Nordeste, ou seja, ao valor da quantidade mínima de alimentos indispensável para um trabalhador viver, segundo o que estabelece o Decreto-Lei 399, de 30/4/38, que institui o salário mínimo.⁵

⁴ Refere-se ao maior salários mínimo do país à época do Censo Demográfico de 1980.

⁵ O custo da ração essencial, segundo o DIEESE, era de Cr\$ 2.248,24 em setembro de 1980.

É verdade que esse critério monetário não se coaduna perfeitamente com a realidade econômico-social da área rural, sendo mais própria da urbana, onde a monetarização da economia já se tornou um fenômeno universal. Por isso também esse critério de renda não chega a ser suficiente para demarcar limites de pobreza, se bem que se poderia afirmar que as famílias com rendimento **per capita** até 1/4 do salário mínimo vivem em situação de pobreza absoluta, e as de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo em situação de pobreza relativa, notadamente as do meio urbano.

Pode-se observar, por exemplo, que das 3.747.045 famílias urbanas do Nordeste, 29,3% possuíam um rendimento **per capita** até 1/4 do salário mínimo, enquanto que 28,1% tinham de 1/4 a 1/2 salário mínimo. Um contingente de 42,6% dispunha de mais de 1/2 salário mínimo para cada um de seus membros.

A situação é bastante variável a nível de Estados. Fica mais ou menos claro que nos Estados do Piauí, Maranhão e Paraíba os rendimentos são mais achata-dos, ao passo que em Sergipe, Bahia e Pernambuco verifica-se que porcentagens maiores de famílias dispõem de mais renda **per capita**.

QUADRO 9
NÚMERO DE FAMÍLIAS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR
PER CAPITA, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE, ESTADOS E
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO — 1980

REGIÃO, ESTADOS DO NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL	FAMÍLIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR <i>PER CAPITA</i>		
		Até 1/4 SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
NORDESTE — TOTAL	7.187.573	3.086.045	1.990.515	2.111.013
Maranhão	818.635	418.211	232.351	168.073
Piauí	411.922	251.032	92.691	68.199
Ceará	1.063.341	509.830	275.385	278.126
Rio G. do Norte	399.239	170.130	112.098	117.011
Paraíba	575.715	290.134	152.010	133.571
Pernambuco	1.320.727	477.652	381.098	461.977
Sergipe	414.187	182.272	123.580	108.335
Bahia	243.803	89.190	73.333	81.280
	1.940.004	697.594	547.969	694.441
NORDESTE — URBANA	3.747.045	1.097.322	1.053.455	1.596.268
Maranhão	249.870	99.646	73.349	76.875
Piauí	175.075	71.595	49.541	53.939
Ceará	592.077	186.212	170.512	235.353
Rio G. do Norte	242.695	75.299	70.591	96.805
Paraíba	315.681	110.808	94.776	110.097
Pernambuco	842.040	215.292	242.940	383.808
Alagoas	211.017	68.095	63.180	79.742
Sergipe	137.130	33.325	39.107	64.698
Bahia	981.460	237.050	249.459	494.951
NORDESTE — RURAL	3.440.528	1.988.723	937.060	514.745
Maranhão	568.765	318.565	159.002	91.198
Piauí	236.847	179.437	43.150	14.260
Ceará	471.264	323.618	104.873	42.773
Rio G. do Norte	156.544	94.831	41.507	20.206
Paraíba	260.034	179.326	57.234	23.474
Pernambuco	478.687	262.360	138.158	78.169
Alagoas	203.170	114.177	60.400	28.593
Sergipe	106.673	55.865	34.226	16.582
Bahia	958.544	460.544	298.510	199.490

GRÁFICO 9
TOTAL DE FAMÍLIAS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR
PER CAPITA, SEGUNDO OS ESTADOS DO NORDESTE — 1980

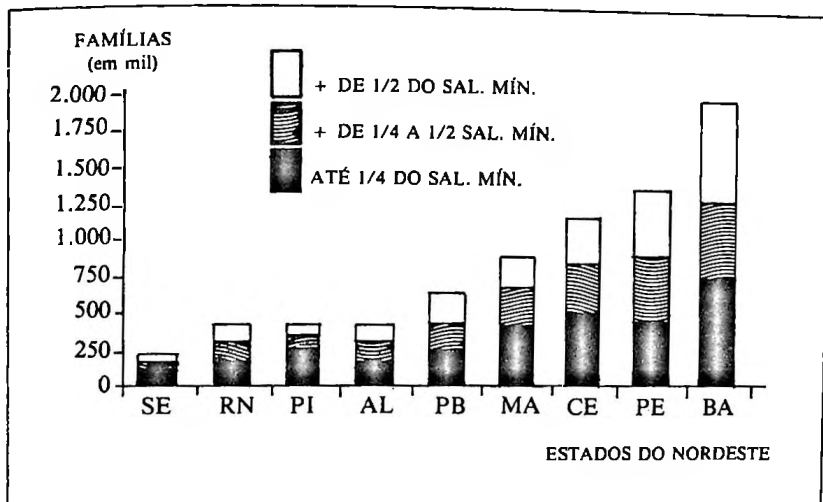


GRÁFICO 10
FAMÍLIAS URBANAS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR
PER CAPITA, SEGUNDO OS ESTADOS DO NORDESTE — 1980

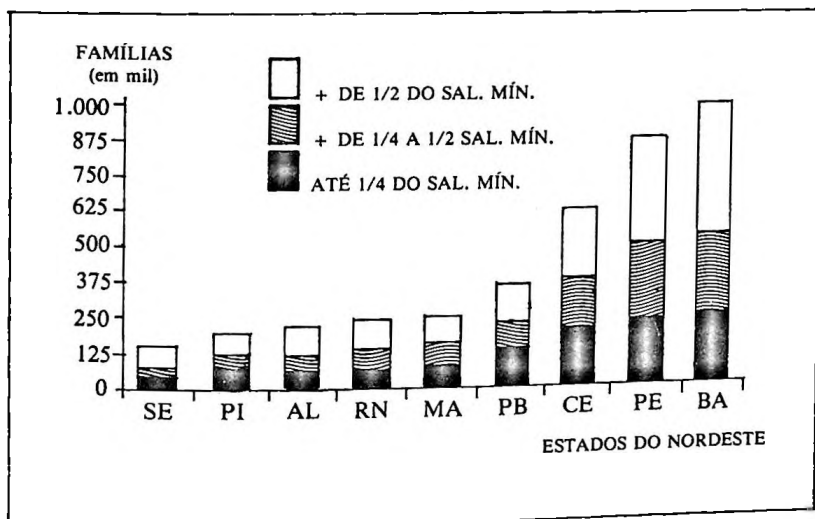
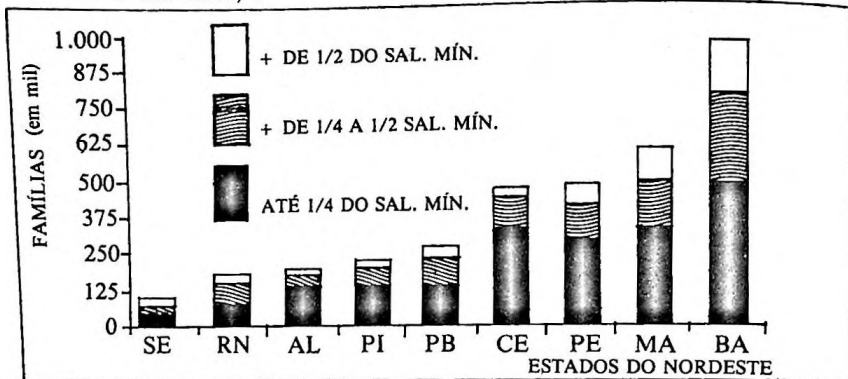


GRÁFICO 11
FAMÍLIAS RURAIS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR
PER CAPITA, SEGUNDO OS ESTADOS DO NORDESTE — 1980



QUADRO 10
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS FAMÍLIAS, POR NÍVEIS DE
RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA, SEGUNDO A REGIÃO
NORDESTE, ESTADOS E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO — 1980

REGIÃO NORDESTE, ESTADOS E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL	FAMÍLIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA		
		Até 1/4 SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
NORDESTE — TOTAL	100,0	42,9	27,7	29,4
Maranhão	100,0	51,1	28,4	20,5
Piauí	100,0	60,9	22,5	16,6
Ceará	100,0	47,9	25,9	26,2
Rio G. do Norte	100,0	42,6	28,1	29,3
Paraíba	100,0	50,4	26,4	23,2
Pernambuco	100,0	36,2	28,9	34,9
Alagoas	100,0	44,0	29,8	26,2
Sergipe	100,0	36,6	30,1	33,3
Bahia	100,0	36,0	28,2	35,8
NORDESTE — URBANA	100,0	29,3	28,1	42,6
Maranhão	100,0	39,9	29,4	30,7
Piauí	100,0	40,9	28,3	30,8
Ceará	100,0	31,5	28,8	39,7
Rio G. do Norte	100,0	31,0	29,1	39,9
Paraíba	100,0	35,1	30,0	34,9
Pernambuco	100,0	25,6	28,9	45,5
Alagoas	100,0	32,3	29,9	37,8
Sergipe	100,0	24,3	28,5	47,2
Bahia	100,0	26,6	28,0	45,4
NORDESTE — RURAL	100,0	57,8	27,2	15,0
Maranhão	100,0	56,0	28,0	16,0
Piauí	100,0	75,8	18,2	6,0
Ceará	100,0	68,7	22,4	9,0
Rio G. do Norte	100,0	60,6	26,5	12,9
Paraíba	100,0	69,0	22,0	9,0
Pernambuco	100,0	54,8	28,9	16,3
Alagoas	100,0	56,2	29,7	14,1
Sergipe	100,0	52,4	32,1	15,5
Bahia	100,0	48,0	31,2	20,8

GRÁFICO 12
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DO TOTAL DE FAMÍLIAS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

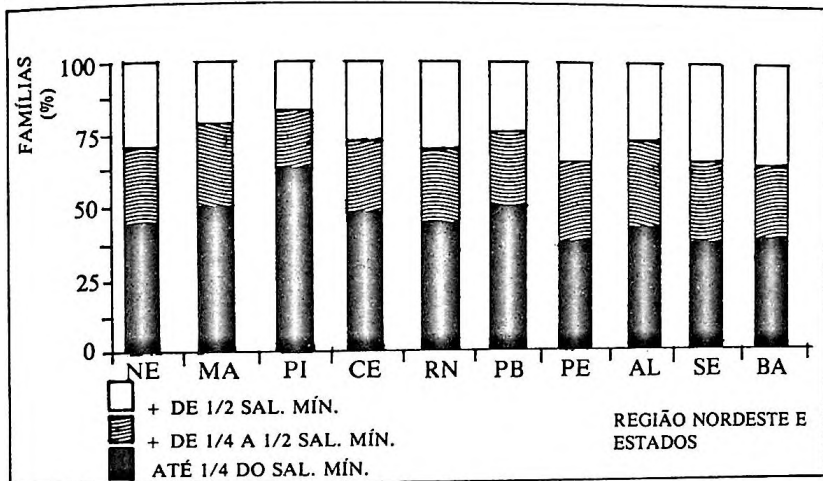


GRÁFICO 13
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS FAMÍLIAS URBANAS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

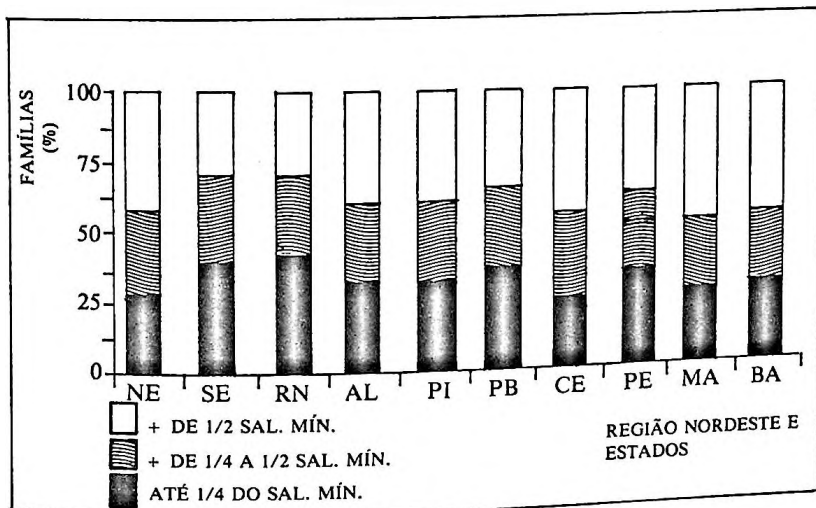
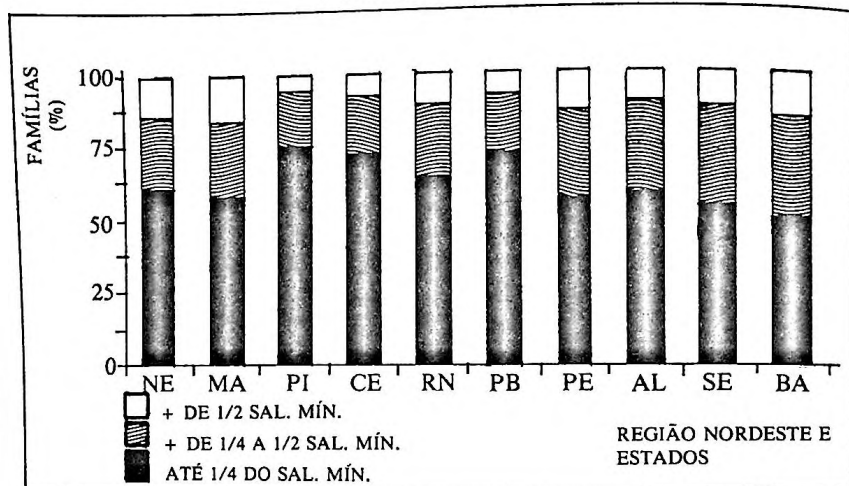


GRÁFICO 14
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980



Isso pode ser verificado com maior precisão no QUADRO 11, que reproduz o rendimento **per capita**, pela situação do domicílio, nos Estados do Nordeste. O rendimento médio da Região era de Cr\$ 2.156,00, equivalente a aproximadamente 65% do salário mínimo médio então vigente. Na área urbana ocorria quase que uma equiparação do rendimento médio e do salário mínimo médio, ao passo que na rural situava-se em cerca de 1/3 desse valor.

QUADRO 11
RENDIMENTO PER CAPITA, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	RENDIMENTO PER CAPITA		
	TOTAL	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural
NORDESTE	2.156	3.186	1.107
Maranhão	1.521	2.194	1.213
Piauí	1.335	2.263	663
Ceará	1.978	2.992	828
Rio G. do Norte	2.094	2.876	981
Paraíba	1.745	2.606	802
Pernambuco	2.551	3.412	1.169
Alagoas	1.909	2.733	1.110
Sergipe	2.378	3.427	1.137
Bahia	2.610	3.880	1.378

Mas é interessante registrar que nas famílias com menor renda *per capita* existia um número maior de pessoas, como pode ser confirmado a partir do QUADRO 12. A média era de 4,8 pessoas no Nordeste. Mas, nas famílias com rendimento familiar *per capita* até 1/4 do salário mínimo era de 5,6 pessoas, diminuindo para 4,4 nas de 1/4 a 1/2 salário mínimo e para 4,1 pessoas nas de mais de 1/2 salário mínimo. A tendência nos Estados é acompanhar a situação média da Região.

QUADRO 12
MÉDIA DE PESSOAS NAS FAMÍLIAS, POR RENDIMENTO FAMILIAR
PER CAPITA, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TOTAL	MÉDIA DE PESSOAS NAS FAMÍLIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA		
		Até 1/4 SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
NORDESTE	4,84	5,63	4,44	4,07
Maranhão	4,88	5,48	4,36	4,11
Piauí	5,19	5,70	4,34	4,47
Ceará	4,97	5,66	4,42	4,26
Rio G. do Norte	4,76	5,47	4,32	4,14
Paraíba	4,81	5,49	4,14	4,10
Pernambuco	4,65	5,51	4,41	3,96
Alagoas	4,79	5,63	4,34	3,89
Sergipe	4,68	5,81	4,24	3,83
Bahia	4,87	5,83	4,68	4,07

V. Características educacionais

Os níveis educacionais no Nordeste são extremamente reduzidos, tanto por influência da pobreza regional, quanto pela precariedade dos serviços existentes no meio rural, notadamente.

A partir das taxas de alfabetização das pessoas de 15 anos e mais, por exemplo, percebe-se que, em 1980, não mais de 54% sabiam ler e escrever. Essas taxas eram bem mais elevadas no meio urbano (69,5%), ao contrário do rural (36,5%) (QUADRO 13).

A alfabetização segundo o rendimento familiar *per capita* apresenta aspectos extremamente relevantes do ponto de vista das desigualdades sociais, na medida em que as famílias mais “pobres” apresentavam taxas que eram praticamente a metade das taxas das mais “ricas”. Das pessoas de 15 anos e mais das famílias com rendimento familiar *per capita* até 1/4 do salário mínimo, 40% eram alfabetizadas, enquanto das famílias com mais de 1/2 salário mínimo, as alfabetizadas representavam 75,6%. A alfabetização nas famílias com mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo *per capita* situava-se pouco acima das de até 1/4 do salário mínimo.

As diferenças urbano-rurais também eram marcantes entre o primeiro e o terceiro grupos de famílias. Entre o primeiro e o segundo, praticamente não se registavam defasagens acentuadas, embora com taxas sempre maiores nesse grupo. Nas famílias urbanas de até 1/4 do salário mínimo a taxa era de 51,7%, enquanto nas de mais de 1/2, era de 83,5%. Nas famílias rurais, respectivamente, eram de 33,9 e 47,8%.

QUADRO 13
TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS,
POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA, SEGUNDO A
REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS											
	FAMILIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA											
	TOTAL			Até 1/4 SM			Mais de 1/4 a 1/2 SM			Mais de 1/2 SM		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
NORDESTE	54,0	69,5	36,5	40,0	51,7	33,9	50,6	63,4	36,0	75,6	83,5	47,8
Maranhão	48,8	70,4	38,5	41,4	60,8	35,1	48,2	69,0	37,6	66,7	82,2	51,4
Piauí	50,3	69,5	35,2	40,3	56,2	34,1	53,9	68,3	36,0	77,2	84,6	45,7
Ceará	54,4	69,1	35,6	40,1	51,2	34,2	53,0	63,8	35,8	78,8	84,2	45,8
Rio G. do Norte	55,6	67,4	36,7	41,5	50,1	35,1	52,2	61,8	35,8	76,6	82,4	45,9
Paraíba	50,6	63,0	35,4	38,8	46,3	34,5	49,4	58,5	34,0	75,2	80,8	45,8
Pernambuco	57,8	69,4	36,6	39,8	49,6	32,4	52,5	62,0	35,7	78,4	82,9	52,8
Alagoas	45,9	62,4	28,0	32,2	44,7	24,9	43,1	57,3	27,6	70,3	79,4	41,5
Sergipe	53,4	69,4	31,9	36,2	49,4	28,8	48,1	61,9	32,0	75,3	82,4	42,6
Bahia	56,7	73,7	38,6	41,7	54,1	35,9	50,5	65,8	37,9	75,0	85,1	46,4

A nível dos Estados, observa-se que a grande maioria deles segue bem de perto a tendência verificada a nível do total da Região Nordeste, se bem que se pode destacar que Alagoas, Maranhão, Piauí e Paraíba apresentavam as menores taxas de alfabetização em relação aos demais Estados (QUADRO 13).

Enquanto ilustração inicial e geral a respeito dos baixos níveis de escolaridade, o QUADRO 14 fornece uma visão das proporções de pessoas de 11 anos e mais com 4.ª série do 1.º grau completa e de 15 anos e mais com o 1.º grau completo.

Com relação ao primeiro indicador, fica claro que são poucas as pessoas que conseguem completar (com aprovação) a 4.ª série do 1.º grau: 17,5% no Nordeste. Do mesmo modo que um número mais reduzido ainda de pessoas de 15 anos e mais conseguia completar (com aprovação) o 1.º grau completo: 6,1% destes nordestinos.

Verificando com um pouco mais de detalhe indicadores relativos à taxa de escolarização, especificamente para o grupo de 7 a 17 anos de idade, pela situação do domicílio e rendimento familiar per capita, manifestam-se não só os baixos níveis educacionais, como também as desigualdades urbano-rurais e de rendimentos (QUADROS 15 a 18).

Vale destacar, desde logo, que as variações verificadas a nível dos Estados não difere substancialmente da média regional, o que torna ocioso, de alguma forma, referir-se ao que se passa dentro de cada um deles. As considerações sobre o Nordeste — enquanto Região — procurarão então mostrar a tendência geral das Uni-

dades da Federação que a integram.

A nível do total (QUADRO 15), observa-se que não mais de 50% da população de 7 a 14 anos de idade iam à escola, enquanto que 45,6% de 15 a 17 anos. Essas taxas, contudo, indicam a forte influência exercida pelo meio urbano, uma vez que ao redor de 71% e 64% iam à escola, em comparação a 30% e 26% do meio rural, respectivamente, na população de 7 a 14 e 15 a 17 anos de idade.

A escolarização nas famílias com rendimento familiar *per capita* até 1/4, mais de 1/4 a 1/2 e mais de 1/2 salário mínimo revelava que o acesso à educação fazia-se

QUADRO 14
POPULAÇÃO DE 11 ANOS E MAIS COM 4ª SÉRIE DO 1º GRAU COMPLETA
E DE 15 E MAIS COM 1º GRAU COMPLETO, SEGUNDO A
REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	EDUCAÇÃO BÁSICA	
	% da população de 11 anos e mais com 4ª série do 1º grau completa	% da população de 15 anos e mais com 1º grau completo
NORDESTE	17,5	6,1
Maranhão	14,6	5,8
Piauí	14,7	5,4
Ceará	16,2	5,8
Rio G. do Norte	19,9	6,6
Paraíba	17,9	5,7
Pernambuco	22,8	7,6
Alagoas	16,1	5,2
Sergipe	18,5	6,6
Bahia	16,0	5,9

de forma muito desigual. As taxas de escolarização da população de 7 a 14 anos eram as seguintes em 1980:

Famílias até 1/4 do SM (<i>per capita</i>) — (QUADRO 16)	Total: 39,0%
	Urbana: 60,1%
	Rural: 27,3%
Famílias com mais de 1/4 a 1/2 SM (<i>per capita</i>) — (QUADRO 17)	Total: 56,9%
	Urbana: 73,8%
	Rural: 32,7%
Famílias com mais de 1/2 SM (<i>per capita</i>) — (QUADRO 18)	Total: 76,4%
	Urbana: 85,3%
	Rural: 43,4%

As taxas de escolarização da população de 15 a 17 anos de idade apresentam-se, para o Nordeste, da seguinte maneira em 1980:

Famílias até 1/4 do SM (per capita) — (QUADRO 16)	Total: 36,7%
	Urbana: 55,5%
	Rural: 26,0%
Famílias com mais de 1/4 a 1/2 SM (per capita) — (QUADRO 17)	Total: 44,2%
	Urbana: 61,0%
	Rural: 22,8%
Famílias com mais de 1/2 SM (per capita) — (QUADRO 18)	Total: 63,2%
	Urbana: 72,4%
	Rural: 29,7%

QUADRO 15
TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO TOTAL, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
E GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E
ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE											
	TOTAL			URBANA			RURAL					
	7 a 14 anos			15 a 17 anos	7 a 14 anos			15 a 17 anos	7 a 14 anos			15 a 17 anos
	Total	7 a 10	11 a 14	Total	7 a 10	11 a 14	Total	7 a 10	11 a 14	Total	7 a 10	11 a 14
NORDESTE	49,6	43,8	55,7	45,6	71,0	65,9	76,2	63,6	29,4	23,9	35,5	25,6
Maranhão	41,3	33,4	50,1	43,6	69,6	60,3	79,1	71,3	27,7	21,5	35,1	28,2
Piauí	50,6	42,8	58,8	49,6	75,6	67,6	83,5	73,0	33,1	26,2	40,7	29,8
Ceará	48,3	41,5	55,1	46,3	68,8	62,5	74,8	63,6	27,6	21,2	34,3	25,6
Rio G. do Norte	58,9	53,6	64,1	51,9	74,6	70,4	78,6	64,8	38,7	32,9	44,7	32,2
Paraíba	49,2	42,9	55,7	47,1	67,3	61,8	72,7	63,0	31,3	25,0	38,2	29,1
Pernambuco	58,8	55,8	62,1	47,2	74,7	72,7	76,7	59,4	36,2	32,3	40,5	26,8
Alagoas	43,8	38,5	49,5	40,6	65,9	61,1	71,0	58,7	23,7	18,9	29,1	21,3
Sergipe	54,5	48,1	61,3	51,1	74,1	68,2	80,1	68,5	33,8	27,8	40,6	28,7
Bahia	46,5	41,2	52,3	42,6	69,9	64,8	75,3	63,1	25,7	20,9	31,1	21,0

As diferenças das taxas urbanas e rurais, na população de 7 a 14 anos, são sempre superiores em duas vezes. Em magnitudes um pouco maiores, o mesmo acontece na população de 15 a 17 anos.

É fundamental que se destaque, a partir dos referidos quadros, que as taxas de escolarização da população de 7 a 10 anos são sempre menores do que da população de 11 a 14 anos, indicando que, relativamente, existem naquela faixa etária mais crianças que não estudam ou não frequentam a escola.

É de se destacar, ainda, que os Estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Ceará apresentavam, em geral com a inclusão da Bahia, as menores taxas de escolarização na população de 7 a 17 anos de idade, seja segundo a situação do domicílio, seja segundo o rendimento familiar per capita.

QUADRO 16
TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO NAS FAMÍLIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA ATÉ 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE											
	TOTAL				URBANA				RURAL			
	7 a 14 anos			15 a 17 anos	7 a 14 anos			15 a 17 anos	7 a 14 anos			15 a 17 anos
	Total	7 a 10	11 a 14	anos	Total	7 a 10	11 a 14	anos	Total	7 a 10	11 a 14	anos
NORDESTE	39,0	32,7	46,3	36,7	60,1	53,4	67,9	55,5	27,3	21,6	34,1	26,0
Maranhão	34,6	26,8	44,3	39,1	63,4	52,7	75,4	68,7	24,6	18,2	32,6	27,6
Piauí	43,3	35,7	51,9	42,0	68,7	59,6	79,2	68,9	32,0	25,1	39,8	29,8
Ceará	37,1	30,2	44,9	36,0	57,1	49,1	65,9	55,0	25,9	19,8	32,8	25,4
Rio G. do Norte	48,8	42,8	55,2	42,4	64,2	58,8	70,0	55,1	37,0	31,0	43,7	32,4
Paraíba	39,5	32,9	47,0	38,2	55,8	49,0	63,5	53,7	29,7	23,4	36,9	29,1
Pernambuco	46,1	42,2	50,6	35,9	63,5	60,5	67,1	48,4	32,3	27,9	37,4	25,9
Alagoas	34,1	28,6	40,8	32,6	55,3	49,1	62,5	49,7	21,5	16,7	27,5	21,6
Sergipe	42,6	35,9	50,5	41,2	62,5	55,0	71,1	60,0	31,1	25,3	38,3	29,6
Bahia	34,9	29,0	42,0	32,6	57,2	50,2	65,6	53,1	23,8	18,7	30,1	21,9

O QUADRO 19 informa os números absolutos de crianças de 7 a 14 anos que estavam fora da escola. Pode-se observar, por um lado, que das quase 3,8 milhões existentes nesta situação, 2,2 milhões (ou 57,3%) tinham de 7 a 10 anos e 1,6 milhões (ou 42,7%) de 11 a 14 anos. Por outro lado, em torno de 1 milhão (ou 27,8%) residia na área urbana, enquanto que 2,7 milhões (ou 72,2%) na rural. Através desse último número pode-se avaliar as dificuldades de acesso à escola e/ou precária disponibilidade de serviços educacionais no meio rural, que concentra o assim chamado déficit escolar da população de 7 a 14 anos. Apenas como informação adicional, vale observar que, das crianças urbanas dessa idade que se encontravam fora da escola, 60% e 26% respectivamente pertenciam a famílias com rendimento familiar per capita até 1/4 do salário mínimo e mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo. No caso das crianças do meio rural, as porcentagens eram respectivamente de 77% e 18%. A nível dos Estados a situação não era muito diversa.⁶

Deste conjunto de informações pode-se concluir que o processo educacional é bastante seletivo, tanto na dimensão espacial quanto dos rendimentos.

VI. Características dos menores

A população menor de 18 anos de idade representava em 1980 cerca de 17,7 milhões, o equivalente a 50,8% dos nordestinos. Essa proporção, a nível dos Estados, praticamente se mantém, embora no Piauí (53,1%), Maranhão (52,4%), Alagoas e Sergipe (ambos com 51,9%) ocorra uma participação um pouco maior de menores.

⁶ Esses dados constam de quadros não divulgados neste trabalho, e que se encontram disponíveis no CNRH/IPEA e UNICEF.

QUADRO 17
TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO NAS FAMÍLIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA DE MAIS DE 1/4 A 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE											
	TOTAL				URBANA				RURAL			
	7 a 14 anos			15 a 17 anos	7 a 14 anos			15 a 17 anos	7 a 14 anos			15 a 17 anos
	Total	7 a 10	11 a 14	anos	Total	7 a 10	11 a 14	anos	Total	7 a 10	11 a 14	anos
NORDESTE	56,9	52,9	60,8	44,2	73,8	69,3	78,2	61,0	32,7	28,5	36,5	22,8
Maranhão	47,1	40,2	54,1	42,5	72,8	64,3	81,1	70,3	31,1	25,8	36,7	25,4
Piauí	66,1	60,2	71,2	55,0	80,8	74,2	86,6	72,9	39,5	34,3	43,9	27,7
Ceará	61,1	56,3	65,3	48,7	73,2	67,7	78,3	62,1	34,1	28,5	38,4	24,4
Rio G. do Norte	67,6	64,1	70,6	51,4	78,7	74,9	82,2	63,0	42,9	38,9	46,1	29,4
Paraíba	62,7	59,3	65,7	49,6	73,6	69,8	77,0	62,1	38,3	33,9	41,8	26,2
Pernambuco	65,6	64,5	66,7	44,5	76,6	75,3	78,0	55,2	41,8	40,0	43,4	24,9
Alagoas	50,3	47,2	53,4	38,7	69,6	66,0	73,1	57,1	25,9	22,3	29,2	18,0
Sergipe	61,6	56,5	66,4	48,9	76,4	70,5	82,3	67,0	39,2	34,1	43,8	25,6
Bahia	49,5	45,4	53,5	38,3	70,3	65,0	75,8	59,6	27,1	23,3	30,7	18,7

QUADRO 18
TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO NAS FAMÍLIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA SUPERIOR A 1/2 SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE											
	TOTAL				URBANA				RURAL			
	7 a 14 anos			15 a 17 anos	7 a 14 anos			15 a 17 anos	7 a 14 anos			15 a 17 anos
	Total	7 a 10	11 a 14	anos	Total	7 a 10	11 a 14	anos	Total	7 a 10	11 a 14	anos
NORDESTE:	76,4	75,6	77,1	63,2	85,3	84,8	85,7	72,4	43,4	40,6	45,7	29,7
Maranhão	65,1	60,5	69,1	57,2	80,7	75,9	84,9	75,7	45,9	42,5	49,0	35,7
Piauí	81,4	78,5	83,7	72,1	88,2	86,0	90,0	78,8	47,0	40,0	52,4	35,3
Ceará	78,3	77,2	79,2	66,9	84,9	84,8	85,0	72,6	40,1	33,6	45,4	30,7
Rio G. do Norte	81,7	81,4	81,9	69,3	88,3	88,4	88,2	75,4	48,1	44,3	50,9	37,4
Paraíba	78,7	77,6	79,5	68,5	85,9	85,7	86,1	75,2	43,2	37,4	47,9	35,6
Pernambuco	83,5	84,5	82,6	65,1	87,8	88,6	87,1	70,5	59,3	60,5	58,3	35,4
Alagoas	73,4	72,7	73,9	59,1	83,0	82,6	83,5	69,8	41,0	38,0	43,4	27,9
Sergipe	81,7	79,8	83,3	68,1	87,2	85,3	88,9	75,3	50,1	45,2	53,9	33,2
Bahia	72,3	71,8	72,7	58,6	83,6	83,0	84,1	70,9	35,9	33,7	33,7	22,5

Observando o QUADRO 20, percebe-se claramente que a proporção de menores era bem desigual a nível das famílias. Isto é, as famílias com rendimento per capita mais baixo possuíam proporções mais elevadas de menores do que aquelas

QUADRO 19
CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS FORA DA ESCOLA, POR GRUPOS DE IDADE,
SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE, ESTADOS E SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO — 1980

REGIÃO NORDESTE, ESTADOS E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS FORA DA ESCOLA		
	TOTAL	Grupos de idade (anos)	
		7 a 10	11 a 14
NORDESTE — TOTAL	3.796.395	2.176.852	1.619.543
Maranhão	508.159	305.579	202.580
Piauí	237.152	140.911	96.241
Ceará	592.155	337.508	254.647
Rio G. do Norte	164.770	92.146	72.624
Paraíba	304.535	174.068	130.467
Pernambuco	537.444	296.252	241.192
Alagoas	243.952	138.904	105.048
Sergipe	115.251	67.913	47.338
Bahia	1.092.977	623.571	469.406
NORDESTE — URBANA	1.055.371	624.499	430.872
Maranhão	84.844	55.926	28.918
Piauí	48.332	31.997	16.335
Ceará	179.574	106.111	73.463
Rio G. do Norte	57.216	32.397	24.819
Paraíba	97.449	56.715	40.734
Pernambuco	194.492	106.526	87.966
Alagoas	70.435	41.040	29.395
Sergipe	33.676	20.913	12.763
Bahia	289.353	172.874	116.479
NORDESTE — RURAL	2.741.024	1.552.353	1.188.671
Maranhão	423.315	249.653	173.662
Piauí	188.820	108.914	79.906
Ceará	412.581	231.397	181.184
Rio G. do Norte	107.554	59.749	47.805
Paraíba	207.086	117.353	89.733
Pernambuco	342.952	189.726	153.226
Alagoas	173.517	97.864	75.653
Sergipe	81.575	47.000	34.575
Bahia	803.624	450.697	352.927

com maior rendimento. Exemplificando, as famílias com rendimento per capita até 1/4 do salário mínimo possuíam em torno de 60% de menores; as de mais de 1/4 a 1/2, o equivalente a 47%, e as de mais de 1/2, 36%.

QUADRO 20
PROPORÇÃO DE MENORES E MÉDIA DE MENORES, POR RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE E ESTADOS	TOTAL		RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA					
			Até 1/4 SM		Mais de 1/4 a 1/2 SM		Mais de 1/2 SM	
	proporção de menores	média de menores	proporção de menores	média de menores	proporção de menores	média de menores	proporção de menores	média de menores
NORDESTE	50,8	2,46	60,2	3,39	46,6	2,07	36,2	1,47
Maranhão	52,4	2,56	59,4	3,25	46,4	2,03	38,3	1,57
Piauí	53,1	2,76	59,3	3,32	43,3	1,88	37,3	1,67
Ceará	50,3	2,50	59,1	3,35	43,8	1,94	35,5	1,51
Rio G. do Norte	49,2	2,34	58,9	3,22	44,2	1,91	35,4	1,47
Paraíba	50,2	2,42	58,4	3,21	42,8	1,77	35,1	1,44
Pernambuco	49,2	2,29	60,4	3,33	47,3	2,09	34,9	1,38
Alagoas	51,9	2,49	61,1	3,44	46,9	2,03	36,1	1,41
Sergipe	51,9	2,42	63,3	3,68	47,9	2,03	36,5	1,40
Bahia	51,1	2,49	62,0	3,62	49,3	2,30	37,1	1,51

As implicações deste fato podem ser facilmente entendidas, mesmo porque, como o próprio QUADRO 20 ressalta, é a presença de um maior número de menores que estaria ocasionando a diminuição do montante de renda disponível para cada componente da família. Enquanto a média de menores era de 3,39 nas famílias com rendimento familiar *per capita* até 1/4 do salário mínimo, nas famílias com mais de 1/4 a 1/2 e mais de 1/2 era de 2,07 e 1,47, respectivamente (QUADRO 20).

Assim, fica bastante claro que os menores pertencem em sua grande maioria às famílias mais pobres ou com menor disponibilidade média de rendimentos. O QUADRO 21 ajuda a ilustrar melhor esta constatação, na medida em que apresenta a distribuição dos menores segundo o rendimento familiar *per capita*.

A nível de total, 59,1% dos menores da Região Nordeste eram de famílias com rendimento *per capita* até 1/4 do salário mínimo (condição de “pobreza absoluta”); 23,3% de famílias com rendimento *per capita* entre mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (condição de “pobreza relativa”) e 17,6% de famílias com rendimento *per capita* superior a 1/2 salário mínimo (condição de “não-pobres”).

As distinções urbano-rurais mostravam-se bem acentuadas. A distribuição no meio urbano era a seguinte: 42,4% dos menores pertenciam às famílias com rendimento *per capita* até 1/4 do salário mínimo e 28,4% e 29,2% respectivamente, integravam as famílias com rendimento médio que oscilava de mais de 1/4 a 1/2 e

QUADRO 21
PROPORÇÃO DE MENORES, POR RENDIMENTO FAMILIAR
PER CAPITA, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE, ESTADOS E
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO — 1980

REGIÃO NORDESTE	PROPORÇÃO DE MENORES				
	TOTAL		FAMÍLIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (%)		
	Nºs absolutos	%	Até 1/4 SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
NORDESTE —					
TOTAL	17.693.652	100,0	59,1	23,3	17,6
Maranhão	2.095.654	100,0	64,9	22,5	12,6
Piauí	1.136.980	100,0	74,7	15,3	10,0
Ceará	2.660.848	100,0	64,1	20,1	15,8
Rio G. do Norte	933.822	100,0	58,7	22,9	18,4
Paraíba	1.391.356	100,0	66,9	19,3	13,8
Pernambuco	3.023.979	100,0	52,6	26,3	21,1
Alagoas	1.029.753	100,0	60,8	24,4	14,8
Sergipe	590.517	100,0	55,6	25,2	19,2
Bahia	4.830.743	100,0	52,2	26,1	21,7
NORDESTE —					
URBANA	8.457.066	100,0	42,4	28,4	29,2
Maranhão	644.709	100,0	51,3	26,8	21,9
Piauí	457.305	100,0	54,7	24,4	20,9
Ceará	1.329.734	100,0	45,0	27,7	27,3
Rio G. do Norte	521.251	100,0	44,1	28,1	27,8
Paraíba	685.472	100,0	49,4	27,2	23,4
Pernambuco	1.765.949	100,0	38,5	30,6	30,9
Alagoas	479.511	100,0	46,5	28,9	24,6
Sergipe	301.411	100,0	38,5	29,4	32,1
Bahia	2.271.724	100,0	36,0	28,5	35,5
NORDESTE —					
RURAL	9.236.586	100,0	74,4	18,6	7,0
Maranhão	1.450.945	100,0	71,0	20,5	8,5
Piauí	679.675	100,0	88,1	9,3	2,6
Ceará	1.331.114	100,0	83,3	12,4	4,3
Rio G. do Norte	412.571	100,0	77,1	16,4	6,5
Paraíba	705.884	100,0	83,8	11,7	4,5
Pernambuco	1.258.030	100,0	72,3	20,3	7,4
Alagoas	550.242	100,0	73,3	20,5	6,2
Sergipe	289.106	100,0	73,4	20,8	5,8
Bahia	2.559.019	100,0	66,6	24,0	9,4

mais de 1/2 salário mínimo. Para os mesmos grupos de famílias no meio rural a distribuição dos menores era de 74,4%, 18,6% e 7,0% respectivamente.

Sua distribuição nos Estados era bem diversificada. Contudo, uma observação de caráter geral é possível, tendo em vista descrever sinteticamente a situação: quanto pior a distribuição dos rendimentos no Estado, no contexto da Região, maior a quantidade de menores que se concentrava nas famílias com rendimento **per capita** mais baixo. Este seria o caso dos Estados do Piauí, Ceará, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte e Alagoas (ver também GRAFICOS 15 a 17).

Outro indicador extremamente interessante diz respeito à distribuição dos menores de 10 a 17 anos de idade segundo sua frequência escolar e ocupação (QUADRO 22). Quanto à escolarização, já anteriormente apresentada (QUADROS 15 a 18), verifica-se que ela era bastante baixa tanto na área rural quanto nas famílias com menor rendimento **per capita**. Por outro lado, quanto à situação de trabalho, fica bastante claro que um número reduzidíssimo de menores trabalhavam em 1980. Dos que possuíam de 10 a 14 anos apenas 3,6% só trabalhava ou trabalhava e estudava conjuntamente.

Essa proporção elevava-se para 8,5% entre os de 15 a 17 anos, sendo maior no meio urbano do que no rural (respectivamente 10,8 e 6,0%).

A nível dos Estados repetem-se números bastante semelhantes, não merecendo comentários adicionais. Considerando as famílias segundo o rendimento familiar **per capita**, vale registrar que, exceto as variações nas taxas de escolarização, já referidas na parte anterior, as proporções de menores ocupados não apresentavam diferenças que merecessem a elaboração de quadros específicos. Os percentuais registrados no QUADRO 22 praticamente se repetem segundo os vários “tipos” de famílias.

Mas fica uma constatação digna de nota: quanto mais pobre a família, maior a proporção de menores que não fazia nada, isto é, que não estudava e não trabalhava.

Por último, cabe ainda considerar a distribuição etária dos menores, que apresentava uma estrutura muito semelhante, seja a nível da situação do domicílio, seja segundo o rendimento familiar **per capita**. Cerca de 1/4 dos menores tinham de 0 a 3 anos de idade, representando o grupo mais expressivo numericamente. Já na faixa de 4 a 6 anos havia 17,5%, o que significava que, até esse limite de idade (6 anos), haviam aproximadamente 6,7 milhões de crianças. Os grupos de 7 a 10 anos e de 11 a 14 anos representavam juntos 42,6% do total de menores, ou 7,5 milhões de pessoas. Os demais 14,6% eram constituídos de jovens de 15 a 17 anos de idade (QUADRO 23).

VII. Resumo

Do conjunto de informações apresentadas no decorrer deste trabalho é possível destacar a respeito da Região Nordeste e seus Estados que:

GRÁFICO 15

PROPORÇÃO DE MENORES NAS FAMÍLIAS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR *PER CAPITA*, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

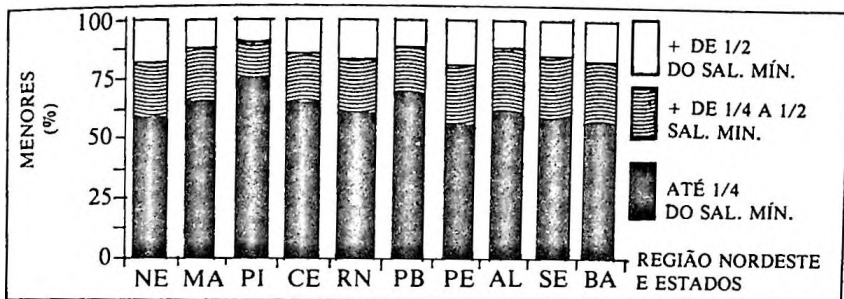


GRÁFICO 16

PROPORÇÃO DE MENORES NAS FAMÍLIAS URBANAS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR *PER CAPITA*, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

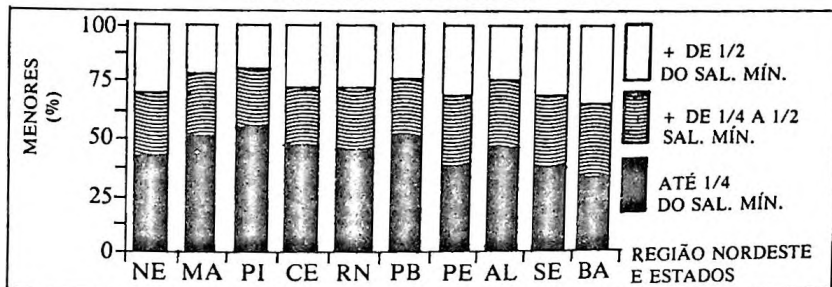
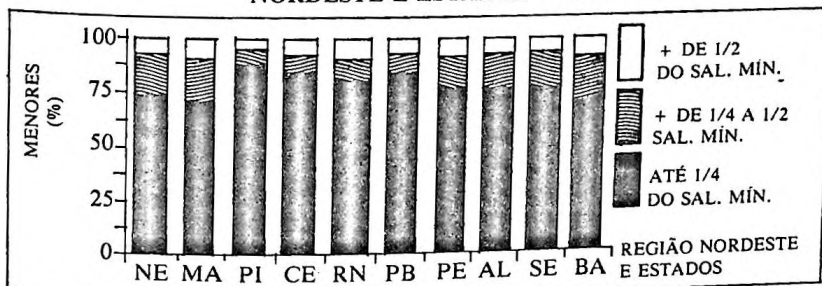


GRÁFICO 17

PROPORÇÃO DE MENORES NAS FAMÍLIAS RURAIS, POR NÍVEIS DE RENDIMENTO FAMILIAR *PER CAPITA*, SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980



QUADRO 22

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS MENORES DE 10 A 17 ANOS,
PELA SITUAÇÃO DE FREQUÊNCIA ESCOLA E OCUPAÇÃO, SEGUNDO
A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO NORDESTE, ESTADOS E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	MENORES DE 10 A 17 ANOS, POR FREQUÊNCIA ESCOLAR E OCUPAÇÃO					
	10 a 14 Anos			15 a 17 Anos		
	TOTAL (N ^o s absol.)	Só estuda (*)	Só trabalha	TOTAL (N ^o s absol.)	Só estuda (*)	Só trabalha
NORDESTE — TOTAL	4.658.195	51,4	3,6	2.593.043	37,7	8,5
Maranhão	525.008	45,1	3,3	285.036	36,2	7,9
Piauí	297.665	53,5	4,3	166.914	41,5	8,4
Ceará	720.612	50,4	3,9	416.168	38,2	8,7
Rio G. do Norte	254.724	60,1	3,9	148.584	43,4	9,2
Paraíba	374.803	50,2	4,7	209.481	38,4	9,3
Pernambuco	806.387	57,9	4,3	455.628	38,6	9,3
Alagoas	267.435	45,7	2,9	144.494	33,5	7,7
Sergipe	155.771	57,0	3,8	85.189	40,7	10,9
Bahia	1.255.790	48,9	2,8	681.549	36,7	7,6
NORDESTE — URBANA	2.284.625	72,9	3,0	1.363.911	53,5	10,8
Maranhão	176.175	74,4	3,4	102.191	60,4	11,3
Piauí	125.067	80,0	2,8	76.493	62,9	10,5
Ceará	367.404	71,0	3,4	227.380	43,4	11,3
Rio G. do Norte	145.298	75,4	3,3	89.876	54,3	11,2
Paraíba	188.467	68,6	3,7	111.404	52,3	11,2
Pernambuco	476.599	74,2	3,1	285.217	50,0	10,2
Alagoas	128.400	68,6	2,1	74.497	49,8	9,6
Sergipe	80.918	76,9	2,9	48.037	55,5	13,4
Bahia	596.297	72,3	2,7	348.816	53,5	10,4
NORDESTE — RURAL	2.373.570	30,6	4,2	1.229.132	20,2	6,0
Maranhão	348.833	30,3	3,3	182.845	22,6	6,0
Piauí	172.598	34,3	5,3	90.421	23,4	6,6
Ceará	353.208	29,1	4,4	188.788	20,5	5,7
Rio G. do Norte	109.426	39,7	4,7	58.708	26,7	6,2
Paraíba	186.336	31,7	5,7	98.077	22,5	12,7
Pernambuco	329.788	34,3	6,1	170.411	19,6	7,7
Alagoas	139.035	24,6	3,7	69.997	16,1	5,6
Sergipe	74.853	35,4	4,7	37.152	21,6	7,6
Bahia	659.493	27,7	2,9	332.733	17,0	4,6

(*) Completam os 100% os menores que não trabalham nem estudam.

QUADRO 23
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS MENORES, POR GRUPOS DE IDADE,
SEGUNDO A REGIÃO NORDESTE E ESTADOS — 1980

REGIÃO E ESTADOS DO NORDESTE	DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS MENORES						
	TOTAL		GRUPOS DE IDADE				
	Nº absolutos	%	0 - 3	4 - 6	7 - 10	11 - 14	15 - 17
NORDESTE	17.693.652	100,0	25,3	17,5	21,9	20,7	14,6
Maranhão	2.095.654	100,0	27,4	17,7	21,9	19,4	13,6
Piauí	1.136.980	100,0	25,5	17,6	21,7	20,5	14,7
Ceará	2.660.848	100,0	24,4	17,0	21,7	21,3	15,6
Rio G. do Norte	933.822	100,0	24,2	16,9	21,3	21,7	15,9
Paraíba	1.391.356	100,0	24,3	17,5	21,9	21,2	15,1
Pernambuco	3.023.979	100,0	24,3	17,5	22,1	21,0	15,1
Alagoas	1.029.753	100,0	25,6	18,3	21,9	20,2	14,0
Sergipe	590.517	100,0	25,2	17,6	22,1	20,7	14,4
Bahia	4.830.743	100,0	25,8	17,8	22,0	20,3	14,1

NOTA: A distribuição etária dos menores por situação do domicílio e faixas de rendimento familiar per capita apresenta-se semelhante a esta mostrada acima, razão pela qual não foi incluída no QUADRO.

a) Os 34,8 milhões de habitantes da Região representavam, em 1980, cerca de 29,3% do total da população brasileira. Estavam distribuídos pelos 9 (nove) Estados nas seguintes proporções: Bahia (27,1%), Pernambuco (17,6%), Ceará (15,2%), Maranhão (11,5%), Paraíba (8,0%), Piauí (6,1%), Alagoas (5,7%), Rio Grande do Norte (5,5%) e Sergipe (3,3%).

b) O tamanho populacional dos Estados era bem variável. A diferença entre Bahia (o maior) e Sergipe (o menor) era de 8,3 vezes. Por outro lado, Bahia possuía uma população que equivalia, praticamente, à dos 5 (cinco) menores Estados da Região.

c) A metade da população nordestina residia em cidades, o que significava algo em torno de 17,6 milhões de pessoas. A nível dos Estados, quatro deles possuíam taxas de urbanização superiores à média regional e os demais, taxas inferiores, destacando-se entre eles Maranhão (31,4%) e Piauí (42%).

d) A população economicamente ativa (PEA) correspondia a 11,2 milhões, apresentando uma taxa de desemprego aberto de 2,9%.

e) Praticamente metade das pessoas ocupadas faziam das atividades agropecuárias seu trabalho principal. Cerca de 1/3 ocupavam-se de atividades terciárias (notadamente comércio e atividades sociais) e 16% de atividades industriais. Verificava-se uma variabilidade bastante acentuada a nível dos Estados, podendo-se destacar que Maranhão, Piauí, Alagoas, Paraíba e Bahia possuíam maior propor-

ção de pessoas ocupadas no setor primário. Já Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Sergipe e Bahia conseguiam oferecer mais empregos no setor secundário.

f) No que se refere à posição na ocupação, percebia-se que pouco mais da metade era constituída de empregados (51,5%), enquanto que 38,1% de autônomos e 7,9% de não-remunerados. Os demais eram empregadores ou não haviam declarado sua posição na ocupação. Três grupos distintos de Estados podiam ser formados a partir desta variável. O primeiro, integrado por Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe, que possuía mais empregados e, conseqüentemente, menos autônomos e não-remunerados. O segundo, constituído por Ceará, Paraíba e Bahia, que apresentava percentuais intermediários de empregados, autônomos e não-remunerados. O terceiro grupo, formado por Maranhão e Piauí, registrava menores proporções de empregados e maiores de autônomos e não-remunerados.

g) As taxas de atividade das pessoas de 10 anos e mais oscilava entre 43% e 48% a nível do total e situação urbana e rural. Segundo o rendimento familiar **per capita**, verificava-se que, quanto menor o rendimento, tanto menor a taxa de atividade.

h) As relações de trabalho eram extremamente precárias no Nordeste, na medida em que não mais de 53% dos empregados urbanos eram segurados/contribuintes da previdência social e 29% tinham sua carteira de trabalho assinada. A situação não era muito diferente quando se considerava cada um dos Estados da Região.

i) Entendendo por subempregados aquelas pessoas ocupadas que trabalhavam menos de 40 horas por semana, constatava-se que as taxas de subemprego giravam em torno de 22% a 25% no Nordeste. Eram menores entre os empregados e mais elevadas entre os autônomos.

j) Quanto aos sub-remunerados, isto é, àqueles trabalhadores com rendimento médio mensal até 1 salário mínimo, observava-se que eles representavam quase 2/3 do total de ocupados da Região. É importante destacar que esse indicador é fortemente condicionado não só pela definição — na medida em que considera o maior salário mínimo do Brasil — como também pela remuneração do trabalho rural — que não se assemelha à economia monetarizada do urbano.

k) A média de anos de estudo da PEA ficava em torno de 2,6 anos no total, 4,3 no meio urbano e 0,9 no rural. Diferenças por vezes significativas observavam-se quando a variável era desagregada segundo o rendimento familiar **per capita**. A PEA das famílias mais pobres tinha cerca de 1,9 anos de estudo, enquanto que das mais ricas tinha 5 anos.

l) Viviam na Região Nordeste cerca de 7,2 milhões de famílias, representando 27% do total existente no país. Desse total, 42,9% possuía um rendimento **per capita** até 1/4 do salário mínimo, enquanto que 27,7% possuía mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo.

m) Pode-se considerar as famílias com rendimento **per capita** até 1/4 do salário mínimo como vivendo em situação de “pobreza absoluta”, e as famílias com mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo como em situação de “pobreza relativa”.

n) Por este critério monetário observa-se que cerca de 2/3 das famílias em situação de “pobreza absoluta” eram do meio rural, e 47% das que viviam em “pobreza relativa”.

o) É interessante registrar que nas famílias com menor renda **per capita** existia um número maior de pessoas. A média, que era de 4,8 pessoas na Região e 4,1 nas famílias com rendimento superior a 1/2 salário mínimo, nas famílias até 1/4 e mais de 1/4 a 1/2 era de 5,6 e 4,4 pessoas. A tendência nos Estados era semelhante.

p) Os níveis educacionais eram bastante reduzidos, tanto por influência da pobreza regional, quanto pela precariedade dos serviços existentes no meio rural. A taxa de alfabetização era de 54%, sendo 69,5% no meio urbano e 36,5% no rural. Segundo os três grupos de famílias, era respectivamente de 40%, 50,6% e 75,6%.

q) A seletividade do sistema educacional também pode se revelar a partir do contingente da população de 11 anos e mais com a 4ª série do 1º grau completa (17,5%) e de 15 anos e mais com 1º grau completo (6,1%).

r) O acesso à escola por parte da população de 7 a 17 anos de idade revelava-se muito desigual, não só quanto à situação urbano-rural como também em relação ao rendimento familiar **per capita**. Assim, aos menores rendimentos familiares e à situação rural correspondiam taxas mais reduzidas de escolarização e, conseqüentemente, a um maior número de crianças fora da escola.

s) A população menor de 18 anos de idade representava cerca de 17,7 milhões, o equivalente a 50,8% dos nordestinos. Proporções semelhantes ocorriam a nível dos Estados.

t) As famílias com rendimento **per capita** mais baixo possuíam proporções mais elevadas de menores do que aquelas com maior rendimento. Exemplificando, as famílias com rendimento **per capita** até 1/4 do salário mínimo possuíam cerca de 60% de menores; as de mais de 1/4 a 1/2 o equivalente a 47%, e as de mais de 1/2, 36%.

u) Do total de menores, 59,1% e 23,3% respectivamente pertenciam às famílias que viviam na “pobreza absoluta” e “pobreza relativa”. Apenas 17,6% eram de famílias não-pobres.

v) Era extremamente reduzido o número de menores de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos que trabalhava, significando que sua contribuição ao rendimento familiar não podia ser considerada significativa.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. JATOBÁ, J. (1983), **Emprego no Nordeste: 1950 - 1980**, Recife, SUDENE, Série População e Emprego n.º 15.
2. SUDENE (1982), **Indicadores Sociais do Nordeste: 1970 - 1980**, Recife.

Ernesto Aldo Isuani (UNICEF)
Elizeu Francisco Calsing (CNRH)

**CARACTERIZAÇÃO GLOBAL E
ANÁLISE TIPOLOGICA DOS
MUNICÍPIOS NORDESTINOS**

I. Introdução

Este trabalho objetiva realizar uma caracterização geral dos municípios do Nordeste brasileiro, através de dois caminhos básicos. **Em primeiro lugar**, apresentando como o conjunto dos municípios nordestinos se distribui de acordo com certos indicadores sócio-econômicos, obtidos a partir do Censo Demográfico de 1980. Esta é uma tarefa eminentemente descritiva, e que visa a apresentação de um conjunto de informações disponíveis para se obter um perfil global dos mencionados municípios. Pretende-se, acima de tudo, formar um retrato da situação sócio-econômica da Região, mas tendo como base ou unidades de observação e análise os municípios. **Em segundo lugar**, propondo um enfoque tipológico para complementar o desenvolvimento do tema. As diferenças entre, por exemplo, o tamanho populacional e o nível de urbanização dos municípios são suficientemente significativos para justificar a introdução de agrupamentos (tipos) que permitam abordar o estudo a partir de unidades de análise com um grau maior de homogeneidade. Com os agrupamentos resultantes procura-se estabelecer uma nova caracterização dos municípios em termos de sua situação sócio-econômica, predominando a preocupação de indicar, além da magnitude dos problemas e carências, uma possível “escala” de níveis sócio-econômicos dos municípios.

Fica evidente que o Nordeste, como de resto é característica do país, apresenta uma situação municipal extremamente matizada e com inevitáveis disparidades. Esse perfil variado procura ser mostrado através de informações dos Censos Demográfico, Industrial e Agropecuário, de forma a melhor caracterizar e entender as dificuldades e limitações dos municípios para atender seus compromissos básicos para com a elevação dos níveis de vida de suas populações.

A necessidade de estudos sobre municípios em particular ou sobre conjuntos (tipos) de municípios torna-se cada vez mais evidente, senão pelo propósito declarado de descentralização da administração governamental, também pelo fato de

que os problemas, as carências, as necessidades básicas têm seu locus no município, que abriga um determinado contingente populacional. Apreender o que constituem as demandas da população parece um bom e seguro início para a implementação das soluções requeridas.

Este trabalho, principalmente por questões de espaço, não identifica os municípios nominalmente, mas apenas conjuntos de municípios. Contudo, esta possibilidade é real, desde que haja interesse por parte de instituições governamentais, na medida em que a base de dados disponível foi preparada tendo em vista tais objetivos.

II. Caracterização geral dos municípios nordestinos

Pretende-se, nesta parte do trabalho, apresentar uma caracterização geral da situação social dos municípios nordestinos, de forma que seja possível observar como eles se distribuem em relação ao conjunto das informações selecionadas. Para tal finalidade foram escolhidos alguns indicadores referentes ao tamanho da população, urbanização, rendimento familiar, educação e população economicamente ativa (PEA).

Existiam 1.374¹ municípios no Nordeste em 1980, o que significava 34,4% do total existente no país. A preocupação básica é a de retratar uma imagem global e, por sua vez, sintética destes municípios, sem qualquer pretensão de situá-los a nível dos seus respectivos Estados dentro da Região.

2.1 Tamanho da População

A partir do QUADRO 1 pode-se observar a predominância de municípios com pouca população, na medida em que em 2/3 deles ela não era superior a 20.000 habitantes. Pouco mais de 1/4 apresentava entre 20.000 e 49.999 habitantes, enquanto que em apenas 2,5% do total havia uma população superior a 100 mil, ou seja, em apenas 34 municípios.

Havia uma média de 25.338 pessoas por município em 1980 na Região Nordeste, o que significava a segunda menor média no país, logo após a Região Centro-Oeste.²

De qualquer modo, o Nordeste, no que se refere ao tamanho de seus municípios, segue o padrão brasileiro, representado pela predominância de municípios pequenos e ainda, como se verá no item a seguir, de população residente no meio rural.

¹ Foi excluído o Município de Fernando de Noronha. Daí a diferença com o que é apresentado pela Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980, ou seja, 1.375 municípios para a Região Nordeste.

² A média por município na Região Centro-Oeste era de 23.180 pessoas.

QUADRO 1
NÚMERO DE MUNICÍPIOS NORDESTINOS, SEGUNDO GRUPOS DE
HABITANTES — 1980

GRUPOS HABITANTES	NÚMERO DE MUNICÍPIOS		
	N ^o s absolutos	%	% acumulada
TOTAL	1.374	100,0	—
Até 1.999	16	1,1	1,1
De 2.000 a 4.999	141	10,3	11,4
De 5.000 a 9.999	337	24,5	35,9
De 10.000 a 19.999	424	30,9	66,8
De 20.000 a 49.999	352	25,6	92,4
De 50.000 a 99.999	70	5,1	97,5
De 100.000 a 249.999	22	1,7	99,2
De 250.000 a 499.999	9	0,6	99,8
500.000 e mais	3	0,2	100,0

2.2 Grau de Urbanização

Verifica-se no Nordeste uma predominância de municípios rurais e, conseqüentemente, o grau de urbanização acaba sendo o mais baixo do país: 50,9%.

As informações contidas no QUADRO 2 permitem apreciar que em mais da metade dos 1.374 municípios nordestinos a urbanização não alcançava os 30%. Ainda, que em torno de 83% dos municípios não possuíam metade de sua população

QUADRO 2
NÚMERO DE MUNICÍPIOS NORDESTINOS, SEGUNDO TAXAS DE
URBANIZAÇÃO — 1980

TAXAS DE URBANIZAÇÃO (%)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS		
	N ^o s absolutos	%	% acumulada
TOTAL	1.374	100,0	—
Menos de 10	54	3,9	3,9
De 10 a 19	333	24,2	28,1
De 20 a 29	318	23,2	51,3
De 30 a 39	249	18,1	69,4
De 40 a 49	190	13,8	83,2
De 50 a 59	93	6,8	90,0
De 60 a 69	57	4,1	94,1
De 70 a 79	47	3,4	97,5
De 80 a 89	18	1,3	98,8
90 e mais	15	1,2	100,0

residindo em áreas caracterizadas como urbanas. Apenas 10% dos municípios apresentavam uma taxa de urbanização superior a 60%.

Como se poderá observar em continuação, e dada esta característica dos municípios e população nordestinos, verifica-se a existência de padrões de vida bastante distintos de outras regiões brasileiras, mais urbanizadas e, até por isso, com níveis de emprego e renda superiores. A característica rural do Nordeste, considerada "como característica uniforme da ocupação territorial nordestina" (SUDENE, 1983), deve ser considerada em toda a sua plenitude para se poder compreender não apenas as condições atuais de vida de sua população, como, e principalmente, as possibilidades de se alterar a posição de desvantagem que ocupa em relação às demais regiões. Trata-se, pois, de um fenômeno extremamente importante do ponto de vista social, em função das dimensões apresentadas pelos problemas vividos pela população.

2.3 Rendimento Familiar

Com relação aos indicadores rendimento familiar *per capita* até 1/4 e até 1/2 salário mínimo, cumpre fazer alguns comentários prévios e gerais. Em primeiro lugar, estes indicadores permitem avaliar a proporção de famílias que se encontravam dentro dos limites de "pobreza absoluta" e "pobreza relativa", respectivamente. Algumas tentativas anteriores mostraram serem válidas tais definições, embora sempre reconhecendo que não passam de medidas bem simplificadas, ajustadas e brutas de pobreza, porque baseadas num único critério sócio-econômico (PASTORE e outros, 1983; CALSING, 1983). E, com isso, não se desconhece a existência de outras medidas mais "finas", que em geral consideram em sua medição índices de desigualdade da distribuição de renda (ROMÃO, 1982; SEN, 1976; ALTIMIR, 1979; BOURGUIGNON, 1979), ou outros critérios, tais como o custo de uma cesta básica de alimentos que teria condições de cobrir adequadamente as necessidades nutricionais mínimas de uma família (ALTIMIR, 1979), o índice de qualidade física da vida (GRANT, 1978), e assim por diante.

Em segundo lugar, os indicadores referidos são mais apropriados para definir pobreza em áreas urbanas, onde a monetarização da economia é praticamente universal. Num contexto rural, como o nordestino, onde a existência da economia de subsistência e troca não pode ser desprezada, as medidas monetárias podem não refletir fielmente a situação sócio-econômica das famílias, pelo menos em relação a um dos elementos fundamentais para a definição da pobreza, que é o acesso à alimentação e a outros bens de consumo básico.

Em terceiro lugar, há que considerar a variação do valor "real" do rendimento familiar nas diferentes áreas do Nordeste, ao lado da própria política salarial que estabelecia valores diferentes para o salário mínimo dentro da Região. Contudo, o IBGE utiliza como referência o maior salário mínimo do país para apresentar a estrutura do rendimento, o que, certamente, significa sobre-estimar as dimensões

da “pobreza” regional, notadamente na área rural.³

É por isso que, embora se apresente nos QUADROS 3 e 4 a situação dos municípios a nível do total, urbano e rural para os indicadores mencionados, é conveniente analisar apenas o componente urbano, e considerar a área rural e o total simplesmente como informação geral adicional.⁴

Como se pode observar no QUADRO 3 e no GRÁFICO 1, em praticamente 1/3 dos municípios a porcentagem de famílias urbanas em situação de “extrema pobreza” superava os 50% do total de famílias urbanas. Isto é, mais de 50% das famílias urbanas de 448 municípios nordestinos possuíam um rendimento familiar *per capita* que não ultrapassava 1/4 do salário mínimo. Em 30,7% dos municípios a porcentagem de famílias nesta mesma situação oscilava entre 40 e 49%, e em 24,5% dos municípios encontrava-se até 29% de famílias urbanas com um rendimento familiar *per capita* até 1/4 do salário mínimo.

QUADRO 3
NÚMERO DE MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO, SEGUNDO A PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS COM
RENDIMENTO FAMILIAR *PER CAPITA* ATÉ 1/4 DO
SALÁRIO MÍNIMO — 1980

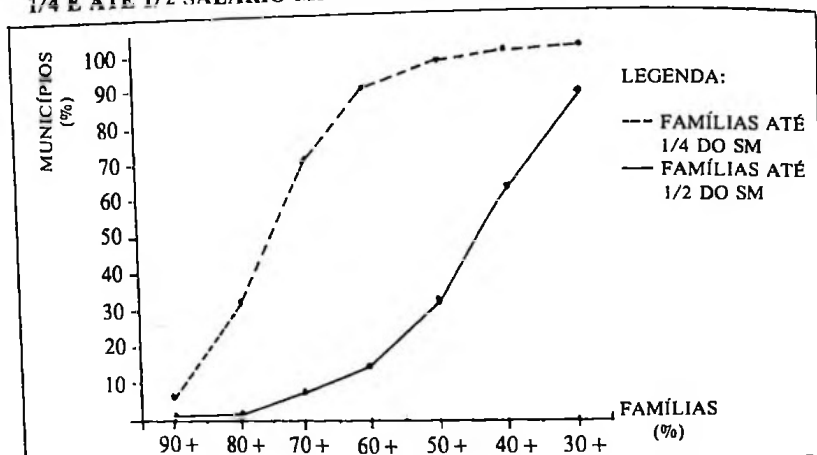
% DE FAMÍLIAS COM RENDIMENTO FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> ATÉ 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS					
	Total	%	Urbano	%	Rural	%
TOTAL	1.374	100,0	1.374	100,0	1.372 ⁽¹⁾	100,0
Até 19	11	0,8	26	1,9	2	0,1
De 20 a 29	49	3,6	142	10,3	28	2,0
De 30 a 39	169	12,3	336	24,5	115	8,4
De 40 a 49	283	20,6	422	30,7	230	16,8
De 50 a 59	339	24,7	254	18,5	293	21,4
De 60 a 69	295	21,5	138	10,0	317	23,1
De 70 a 79	185	13,4	46	3,3	264	19,2
De 80 a 89	43	3,1	9	0,7	114	8,3
90 e mais	—	—	1	0,1	9	0,7

(1) Em dois municípios do Nordeste a população era 100% urbana (Fortaleza e Natal).

³ O maior salário mínimo era de Cr\$ 4.149,60 na época do Censo Demográfico. O salário mínimo médio regional era estimado em Cr\$ 3.282,00.

⁴ Acredita-se que mesmo o componente urbano apresenta distorções, fundamentalmente porque mais de 65% dos “centros urbanos” do Nordeste (o que representa aproximadamente 55% da população urbana) tinham menos de 5.000 habitantes, e que viviam sobretudo do setor agropecuário e, em grande parte, também da economia de subsistência. Ver a respeito trabalhos da PE/CPR/SUDENE e tabulações especiais no CNRH/IPEA e UNICEF.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS,
SEGUNDO O RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA ATÉ
1/4 E ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO DAS FAMÍLIAS URBANAS — 1980



A partir do QUADRO 4, e do mesmo GRÁFICO 1, depreende-se que na quase totalidade (98%) dos municípios nordestinos a porcentagem de famílias urbanas com rendimento familiar per capita até 1/2 salário mínimo superava os 50%. Ou seja, sempre mais da metade das famílias poderiam ser classificadas como vivendo

QUADRO 4
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO, SEGUNDO A PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS COM
RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO — 1980

% DE FAMÍLIAS EM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS					
	Total	%	Urbano	%	Rural	%
TOTAL	1.374	100,0	1.374	100,0	1.372 ⁽¹⁾	100,0
Até 39	3	0,2	4	0,3	1	0,1
De 40 a 49	11	0,8	24	1,7	1	0,1
De 50 a 59	21	1,5	95	6,9	11	0,8
De 60 a 69	133	9,7	288	21,0	62	4,5
De 70 a 79	284	20,7	528	38,4	189	13,8
De 80 a 89	621	45,2	364	26,5	532	38,8
90 e mais	301	21,9	71	5,2	576	41,9

(1) Em dois municípios do Nordeste a população era 100% (Fortaleza e Natal).

na “pobreza relativa”, em função da disponibilidade monetária para cada um de seus membros. O mesmo gráfico indica que em 1/3 dos municípios estas famílias pobres superavam a 80% do total das famílias urbanas residentes.

Este conjunto de informações permite apresentar uma observação para o Nordeste como um todo: o volume de famílias urbanas vivendo na “pobreza absoluta” equivalia a 30%, ou seja, a 1,1 milhão de famílias e 5,9 milhões de pessoas; e as famílias urbanas vivendo na “pobreza relativa” chegava a 2,2 milhões, representando 57% do total, e a 10,8 milhões de pessoas.

2.4 Alfabetização e Escolarização

As variáveis educativas são úteis para descrever diferenças urbano-rurais, o mesmo não acontecendo, como foi dito anteriormente, com os indicadores de renda. Alfabetização e escolarização, por exemplo, em contraste com a renda em economias não monetarizadas, não apresentam maiores problemas de medição ou, pelo menos, não se espera que as diferenças urbano-rurais influenciem significativamente sua medição, ainda que o seu significado para a população, independente da faixa etária, seja diferente.

O panorama educativo nos municípios do Nordeste em 1980 apresentava sérios problemas. Como ilustração, pode-se dizer que na quase totalidade dos municípios (98,8%) a porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais que haviam completado o primeiro grau não superava 10%. Do mesmo modo, em 90% dos municípios a porcentagem de pessoas de 11 anos ou mais que haviam concluído a 4ª série do 1º grau não chegava a 20%. Na Região como um todo, as porcentagens eram, respectivamente, 6,1% e 17,5%.

Estas informações se completam com as do nível de alfabetização das pessoas de 15 anos e mais (QUADRO 5), ou com seu oposto, o de analfabetismo (GRÁFICO 2). Considerando como alfabetizadas aquelas pessoas que sabem ler e escrever, verifica-se que o esforço educacional que vem sendo empreendido nas últimas duas décadas não tem redundado em significativas melhorias das condições educacionais da população, ocasionando níveis educativos insuficientes, e reveladores de forte seletividade no sistema de ensino do país. Quando se observa o conjunto dos municípios nordestinos, sobressai o fato de que em 73,8% deles as taxas de escolarização não chegavam aos 50% e em apenas 7,5% as taxas eram superiores a 60%.

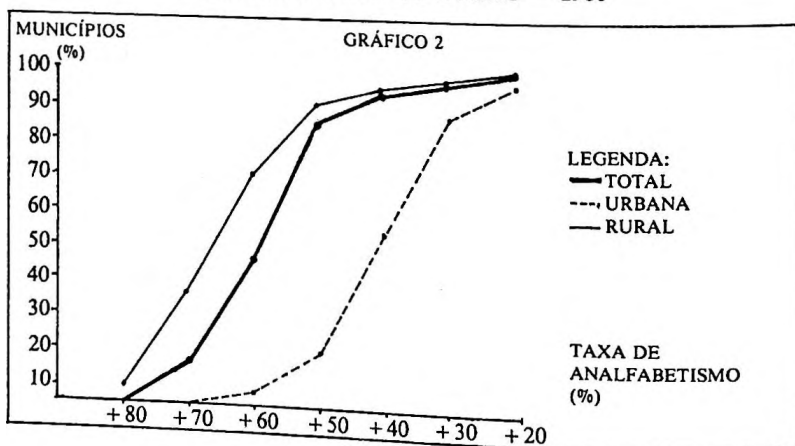
Não resta a menor dúvida de que o grande problema educacional reside basicamente no meio rural, e que as diferenças são enormes quando se analisa o contingente absoluto e relativo de pessoas urbanas e rurais analfabetas. Enquanto que em pouco mais de 20% dos municípios a proporção de analfabetos urbanos superava os 50%, a porcentagem de municípios onde os analfabetos rurais superavam os 50% se elevava dramaticamente para quase 90% (GRÁFICO 2).

QUADRO 5
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO, SEGUNDO AS TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO DAS
PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS — 1980

TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO (%)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
	Nº de munic.	%	Nº de munic.	%	Nº de munic.	%
TOTAL	1.374	100,0	1.374	100,0	1.372 ⁽¹⁾	100,0
Até 9	1	0,1	—	—	2	0,1
De 10 a 19	3	0,2	—	—	66	4,8
De 20 a 29	90	6,6	8	0,6	298	21,7
De 30 a 39	405	29,5	59	4,3	566	41,3
De 40 a 49	514	37,4	219	15,9	304	22,2
De 50 a 59	257	18,7	422	30,7	102	7,4
De 60 a 69	87	6,3	451	32,8	27	2,0
De 70 a 79	13	0,9	184	13,4	5	0,4
80 e mais	4	0,3	31	2,3	2	0,1

(1) Em dois municípios do Nordeste a população era 100% urbana (Fortaleza e Natal).

GRÁFICO 2
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO, SEGUNDO AS TAXAS DE ANALFABETISMO DAS
PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS — 1980



Também se evidenciam a partir do QUADRO 6 fortes contrastes entre as taxas de escolarização da população de 7 a 14 anos de idade, segundo a situação urbana e rural. É inegável que se atingiu no meio urbano à maior parte das crianças das idades a quem se aplica o ensino obrigatório (pessoas de 7 a 14 anos para as oito séries do 1º grau). Assim, o maior gargalo se localiza no campo, que apresenta menores taxas de escolarização e, conseqüentemente, maiores de crianças fora da escola.

No GRÁFICO 3 (relativo às crianças fora da escola ou às taxas de “não escolarização”) pode-se observar que, enquanto em apenas 18% dos municípios urbanos a porcentagem de crianças fora da escola na faixa de 7 a 14 anos superava os 50%, a porcentagem de municípios rurais onde existiam estas taxas chegava a 90% do total dos municípios.

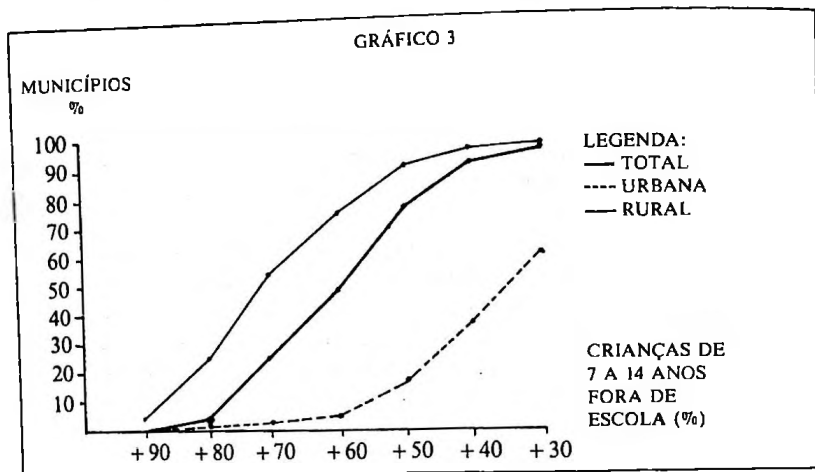
Embora esta breve caracterização dos municípios nordestinos em relação aos aspectos educativos mostre que um esforço importante deve ser realizado nas áreas urbanas para melhorar o comportamento dos indicadores de educação básica — alfabetização e escolarização —, não resta a menor dúvida de que é nas zonas rurais que reside ainda um grande desafio para a política educacional brasileira, mesmo considerando que a educação para o meio rural tenha uma funcionalidade diferente do que para o urbano.

QUADRO 6
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 7 A 14 ANOS — 1980

TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO (%)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
	Nº de munic.	%	Nº de munic.	%	Nº de munic.	%
TOTAL	1.374	100,0	1.374	100,0	1.372 ⁽¹⁾	100,0
Até 9	7	0,5	5	0,4	75	5,4
De 10 a 19	72	5,2	10	0,7	267	19,5
De 20 a 29	239	17,4	26	1,9	389	28,3
De 30 a 39	358	26,1	65	4,7	289	21,1
De 40 a 49	325	23,7	142	10,3	200	14,6
De 50 a 59	206	15,0	239	17,4	101	7,4
De 60 a 69	120	8,7	348	25,3	35	2,5
De 70 a 79	37	2,7	349	25,4	11	0,8
De 80 a 89	10	0,7	156	11,4	5	0,4
90 e mais	—	—	34	2,5	—	—

(1) Em dois municípios do Nordeste a população era 100% urbana (Fortaleza e Natal).

GRÁFICO 3
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO A PORCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS FORA DA ESCOLA — 1980



2.5 Características da PEA

A proporção de empregados, ou ao contrário, a de trabalhadores por conta própria, pode ser tomada como um indicador bruto do nível de formalização do mercado de trabalho. Assim, para uma maior proporção de empregados sobre a PEA (População Economicamente Ativa) pode-se supor uma maior formalização, isto é, relações de trabalho relativamente mais estáveis, com maior número de assalariados e passíveis dos benefícios trabalhistas e previdenciários proporcionados pelas normas laborais.

Com base nestas considerações, pode-se tentar considerar este indicador tanto em relação à PEA urbana quanto rural, reproduzido nas respectivas curvas apresentadas no GRÁFICO 4. De sua leitura depreende-se claramente o caráter de distribuição normal que apresenta o indicador no contexto urbano, ressaltando o contraste com relação à PEA rural, que aparece drasticamente caracterizada pelo autonomismo. Observa-se nitidamente que em 2/3 dos municípios a porcentagem de empregados rurais não ultrapassava 20% do total da PEA, o que significa praticamente o mesmo que afirmar que 80% da PEA rural destes municípios era integrada por trabalhadores autônomos.

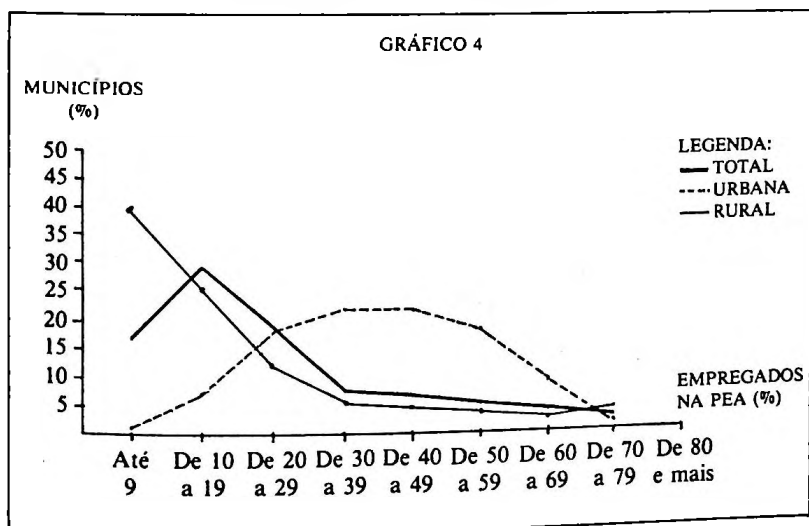
Além da proporção de empregados no total da PEA, a porcentagem de trabalhadores que contribuem para a previdência social constitui outro importante indicador da formalização do mercado de trabalho. O GRÁFICO 5 mostra a distribuição dos municípios para estes dois indicadores no contexto urbano. Pode-se obser-

QUADRO 7
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA SITUAÇÃO
DO DOMICÍLIO, SEGUNDO A PROPORÇÃO DE EMPREGADOS
NA PEA — 1980

EMPREGADOS NA PEA (%)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS					
	Total	%	Urbano	%	Rural	%
TOTAL	1.374	100,0	1.374	100,0	1.372 ⁽¹⁾	100,0
Até 9	230	16,7	6	0,4	551	40,1
De 10 a 19	404	29,4	90	6,5	324	23,6
De 20 a 29	244	17,7	229	16,6	155	11,3
De 30 a 39	158	11,4	291	21,1	108	7,8
De 40 a 49	105	7,6	287	20,9	59	4,3
De 50 a 59	96	7,0	257	18,7	48	3,5
De 60 a 69	71	5,1	131	9,5	52	3,8
De 70 a 79	57	4,1	74	5,3	38	2,8
80 e mais	9	0,6	9	0,6	37	2,7

(1) Em dois municípios do Nordeste a população era 100% urbana (Fortaleza e Natal).

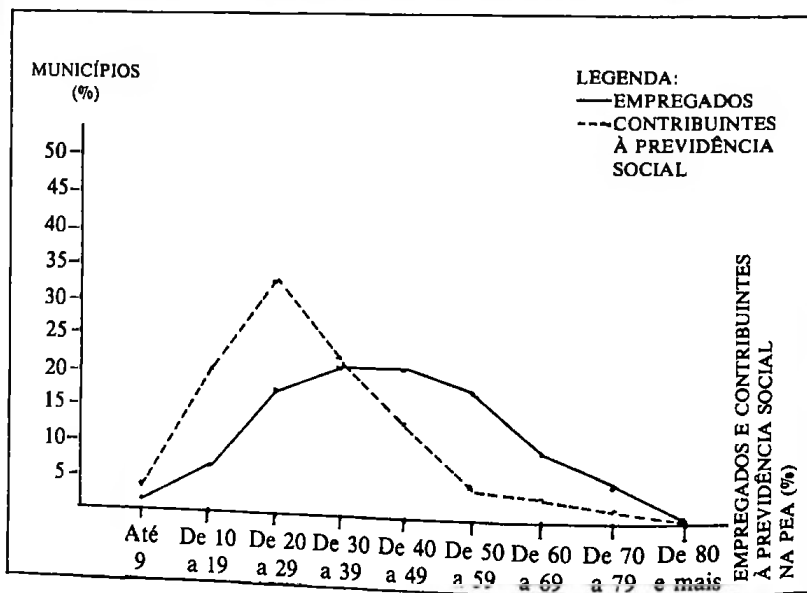
GRÁFICO 4
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA SITUAÇÃO
DO DOMICÍLIO, SEGUNDO A PORCENTAGEM DE
EMPREGADOS NA PEA — 1980



QUADRO 8
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA PROPORÇÃO
DE CONTRIBUINTES URBANOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL — 1980

PEA URBANA (%)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	
	Absolutos	%
TOTAL	1.374	100,0
Até 9	40	2,9
De 10 a 19	275	19,9
De 20 a 29	433	31,4
De 30 a 39	313	22,1
De 40 a 49	162	11,7
De 50 a 59	75	5,3
De 60 a 69	53	3,8
De 70 a 79	21	2,1
80 e mais	2	0,1

GRÁFICO 5
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS, PELA PROPORÇÃO
DE EMPREGADOS URBANOS E DE CONTRIBUINTES URBANOS À
PREVIDÊNCIA SOCIAL NA PEA URBANA — 1980



var que a curva que reflete a distribuição previdenciária tem um perfil relativamente semelhante à dos empregados urbanos. Contudo, fica bastante evidente o fato de que, mesmo no meio urbano, o contingente de trabalhadores protegidos pelo sistema trabalhista e previdenciário não é muito numeroso, o que bem demarca o padrão de utilização da força de trabalho no Nordeste.

III. Caracterização tipológica dos municípios nordestinos

A distribuição dos municípios de acordo com algumas características sócio-econômicas, realizada na parte anterior, permitiu apresentar uma visão global do que acontecia na Região Nordeste em 1980. Como deve ter ficado claro, eles não constituem unidades de análise homogêneas, uma vez que coexistem municípios mais e menos populosos ou, apenas como exemplo, municípios rurais menos populosos e municípios urbanos mais populosos, e estas diferenças passam despercebidas em análises como a que foi executada anteriormente.

Assim, torna-se importante introduzir nesta parte do trabalho um tipo de análise distinto, procurando captar justamente algumas diferenças existentes no interior dos municípios nordestinos, tendo em vista avaliar com mais precisão o comportamento dos indicadores de nível sócio-econômico, tanto em termos relativos como, e essencialmente, em termos absolutos.

3.1 Tipologias Alternativas: primeira opção

Como primeira opção para a construção de uma tipologia dos municípios nordestinos procedeu-se, antes de mais nada, a um cruzamento das variáveis nível de urbanização e tamanho da população.⁵ O resultado está refletido no QUADRO 9, que contém, em cada uma de suas células, o número de municípios e sua respectiva população. Pode-se observar, grosso modo, a virtual inexistência, ou insignificância, de municípios mais populosos entre os de média e baixa urbanização, e de municípios menos populosos entre os de alta urbanização, segundo a categorização prévia estabelecida para as duas variáveis.

Em seguida, e como consequência natural do cruzamento das variáveis do QUADRO 9, decidiu-se proceder ao estabelecimento dos cortes em ambas as variáveis, para permitir a definição dos diferentes tipos de municípios. Três foram os cortes introduzidos na variável urbanização:

- a) Taxa de 0 a 39%: baixa urbanização;
- b) Taxas de 40 a 69%: média urbanização;
- c) Taxas de 70 a 100%: alta urbanização.

⁵ A variável tamanho da população dos municípios é diretamente influenciada pela área do município e pela eventual concentração urbana. Por conta disto, qualquer conclusão baseada na variável tamanho da população, sem as devidas restrições, pode ser falsa. Contudo, como o objetivo do trabalho é apresentar tipos de municípios e caracterizá-los, a variável tamanho da população apenas terá valor para esta finalidade.

QUADRO 9
NÚMERO DE MUNICÍPIOS E DE POPULAÇÃO, POR TAXAS DE
URBANIZAÇÃO, SEGUNDO TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS NORDESTINOS — 1980

TAMANHO DE POPULAÇÃO (Nº DE HABITANTES)	TAXAS DE URBANIZAÇÃO (%)																		
	-10	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80-89	+ 90									
Até 2.000	2	3.198	2	3.461	3	5.131	5	7.129	1	1.863									
Mais de 2.000 a 5.000	2	7.084	32	118.492	38	143.157	25	102.227	26	96.285	7	22.396	3	9.280	1	3.799			
Mais de 5.000 a 10.000	12	91.876	90	705.491	84	618.481	64	486.564	49	355.095	18	143.790	97.138	44.922	1	8.616			
Mais de 10.000 a 20.000	24	366.882	123	1.813.342	100	1.435.936	82	1.203.952	52	783.599	25	352.063	119.718	94.974	6	13.749	2	29.850	
Mais de 20.000 a 50.000	14	403.194	77	2.234.905	82	2.476.834	65	1.952.898	49	1.410.411	27	886.261	520.140	547.333	16	274.719	7		
Mais de 50.000 a 100.000	2	124.340	9	571.918	11	712.578	8	481.566	10	649.596	7	464.088	573.997	705.490	10	160.301	2	124.083	
Mais de 100.000 a 250.000			1	103.815	2	212.933	1	125.509	3	385.658	3	503.997	700.278	615.994	6	383.447	4	2	
Mais de 250.000 a 500.000									1	449.433						3	999.693	5	1.721.463
Mais de 500.000																3	4.013.508	3	

Por sua vez, também foram efetuados três cortes na variável tamanho da população. Devido às dificuldades em decidir o limite entre os municípios menos populosos (“pequenos”) e medianamente populosos (“médios”), foram introduzidas duas alternativas distintas para esta variável:

	Alternativa 1	Alternativa 2
a) Municípios menos populosos (“pequenos”)	Até 20 mil hab.	Até 50 mil hab.
b) Municípios medianamente populosos (“médios”)	Mais de 20 a 50 mil hab.	Mais de 50 a 250 mil hab.
c) Municípios mais populosos (“grandes”)	Mais de 50 mil hab.	Mais de 250 mil hab.

As combinações dos cortes da variável urbanização com as duas alternativas dos cortes da variável tamanho da população definem os dois espaços tipológicos apresentados nos QUADROS 10 (Tipologia 1) e 11 (Tipologia 2), contendo cada um oito tipos diferentes de municípios.

Com o objetivo de captar e esclarecer as diferenças entre estas duas tipologias obtidas, foram selecionados alguns indicadores e seus comportamentos comparados e analisados. Alguns resultados do QUADRO 12 podem ser sintetizados da seguinte maneira:

a) Em linhas gerais, pode-se observar que as diferenças apresentadas pelos indicadores para os vários tipos de municípios de ambas as tipologias são muito pequenas;

b) Contudo, a Tipologia 2 apresenta resultados em geral melhores do que a Tipologia 1, notadamente no que se refere aos rendimentos, na medida em que possui um contingente menor de famílias com rendimento familiar *per capita* até 1/4 do salário mínimo. Isso se deve, seguramente, à inclusão como “pequenos” na Tipologia 2 de municípios que na Tipologia 1 são considerados “médios”, o que parece sugerir níveis sócio-econômicos mais elevados segundo o tamanho da população do município. Em outras palavras, os municípios mais populosos apresentariam melhores condições relativas de vida para sua população, ao contrário dos demais. Certo, todavia, é que existe uma correlação mais significativa entre densidade populacional e nível sócio-econômico;

c) Os tipos VII e VIII, de ambas as tipologias, apresentam os mesmos valores em todos os indicadores, na medida em que estão definidos pelos mesmos critérios.

QUADRO 10
TIPOLOGIA 1 DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS — 1980

TAMANHO DA POPULAÇÃO	URBANIZAÇÃO		
	Baixa	Média	Alta
"Pequenos" (Municípios menos populosos)	I 7.105.115 683	III 2.013.480 215	V 205.190 20
"Médios" (Municípios medianamente populosos)	II 9.270.981 271	IV 5.519.657 124	VI 3.511.645 49
"Grandes" (Municípios mais populosos)		VII 449.433 1	VIII 6.734.664 11

QUADRO 11
TIPOLOGIA 2 DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS — 1980

TAMANHO DA POPULAÇÃO	URBANIZAÇÃO		
	Baixa	Média	Alta
"Pequenos" (Municípios menos populosos)	I 14.172.946 921	III 4.830.292 306	V 1.027.242 43
"Médios" (Municípios medianamente populosos)	II 2.207.150 33	IV 2.702.845 33	VI 2.689.593 26
"Grandes" (Municípios mais populosos)		VII 449.433 1	VIII 6.734.664 11

QUADRO 12
 ALGUNS INDICADORES SELECIONADOS, POR TIPOS DE MUNICÍPIOS
 NORDESTINOS, SEGUNDO AS TIPOLOGIAS — 1980

TIPOS DE MUNICÍPIOS	Famílias com rendimento familiar <i>per</i> <i>capita</i> até 1/4 do SM (%)		Pessoas de 7 a 10 anos que estudam (%)		Empregados na PEA (%)		Pessoas ocupadas que contribuem para a Previdência Social (%)		Domicílios com Geladeira (%)	
	Tipol.	Tipol.	Tipol.	Tipol.	Tipol.	Tipol.	Tipol.	Tipol.	Tipol.	Tipol.
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Tipo I	47,7	45,5	30,7	29,5	20,9	21,9	27,1	28,7	6,6	7,6
Tipo II	42,7	40,5	28,4	28,8	22,7	21,9	31,8	36,1	9,1	10,6
Tipo III	42,7	39,0	39,1	40,8	37,4	41,8	31,6	37,6	13,9	16,9
Tipo IV	33,7	31,0	43,8	45,8	45,2	45,6	45,9	50,0	22,3	25,7
Tipo V	35,6	32,9	56,2	52,6	51,6	53,3	43,4	46,3	26,4	28,4
Tipo VI	28,7	27,7	56,6	58,1	59,1	60,8	54,8	57,1	32,4	34,2
Tipo VII	25,4	25,4	77,9	77,9	68,9	68,9	62,9	62,9	53,6	53,6
Tipo VIII	16,7	16,7	78,1	78,1	74,7	74,7	69,7	69,7	61,9	61,9

QUADRO 13
NÚMERO DE MUNICÍPIOS E DE POPULAÇÃO, POR TAXAS DE
URBANIZAÇÃO E TIPOS DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO TAMANHO DA
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS — 1980

TAMANHO DE POPULAÇÃO (Nº DE HABITANTES)	TAXAS DE URBANIZAÇÃO (%)											+ 90						
	-10	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80-89	80-89	+ 90							
Até 2.000	2	3.198	2	3.461	3	4.972	3	5.131	5	7.129	1	1.863						
Mais de 2.000 a 5.000	2	7.084	32	118.492	38	143.157	25	102.227	26	96.285	7	22.396	3	9.280		1	3.799	
Mais de 5.000 a 10.000	12	91.876	84	705.491	84	618.481	64	486.564	49	355.095	18	143.790	6	44.922	1	8.616		
Mais de 10.000 a 20.000	24	366.882	123	1.813.342	100	1.435.936	82	1.203.952	52	783.599	25	352.063	6	94.974	1	13.749	2	29.850
Mais de 20.000 a 50.000	14	403.194	77	2.234.905	82	2.476.834	65	1.952.898	49	1.410.411	27	886.261	15	547.333	7	274.719		
Mais de 50.000 a 100.000	2	124.340	9	571.918	11	712.578	8	481.566	10	649.596	7	464.088	9	705.490	2	160.301	2	124.083
Mais de 100.000 a 250.000			1	103.815	2	212.933	1	125.509	3	385.658	3	503.997	6	700.278	4	615.994	2	383.447
Mais de 250.000 a 500.000							1	449.433							3	999.693	5	1.721.463
Mais de 500.000																	3	4.013.508

Tendo em vista estas observações, seria possível escolher qualquer das duas tipologias para realizar uma análise mais exaustiva dos indicadores sobre níveis de desenvolvimento sócio-econômico. Não obstante, decidiu-se escolher a **Tipologia 1** pela única razão de que ela apresenta tipos com tamanho de população mais equilibrados. A este respeito, apenas para exemplificar, deve-se notar que na Tipologia 2, num só tipo (Tipo I), concentravam-se 14 milhões de habitantes.

3.2 Tipologias Alternativas: segunda opção

Uma vez escolhida a Tipologia 1, tentou-se ainda um outro processo que pudesse minimizar critérios arbitrários quando do estabelecimento dos limites das variáveis urbanização e tamanho da população (ou quando da definição dos cortes das duas variáveis contínuas). Este passo consistiu em estabelecer uma nova tipologia, baseada na definição de tipos "típicos" de municípios, que dizer, conjuntos de municípios que melhor se adequassem às definições dos cortes (isto é, "pequenos", "médios" e "grandes", ou, menos povoados, medianamente povoados e mais povoados) das variáveis urbanização e tamanho da população, produzindo, dentro do possível, o que se poderia denominar da "saltos" em ambas as variáveis contínuas. A definição desta tipologia pode ser apreciada no QUADRO 13, e vem sintetizada no QUADRO 14.

QUADRO 14
TIPOLOGIA 3 (SINTÉTICA) DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS — 1980

TAMANHO DA POPULAÇÃO	URBANIZAÇÃO		
	Baixa	Média	Alta
"Pequenos" (Municípios menos populosos)	I 4.573.250 397	III 1.634.547 144	
"Médios" (Municípios medianamente populosos)	II 1.388.311 21	IV 1.743.190 21	V 2.689.593 26
"Grandes" (Municípios mais populosos)			VI 6.734.664 11

Também neste caso foram comparadas as Tipologias 1 e 3, através do mesmo conjunto de indicadores utilizados no item anterior, e que permitiu a comparação das tipologias então obtidas. Os resultados desta nova comparação podem ser apreciados no QUADRO 15, podendo-se considerar que:

a) As diferenças, por tipos de municípios, de ambas as tipologias, são novamente muito pequenas;

p) Por definição, os tipos VIII (Tipologia 1) e VI (Tipologia 3) são equivalentes, e por isso apresentam os mesmos valores para ambas as variáveis;

c) Não se observam desvios sistemáticos na comparação das Tipologias 1 e 3, ao contrário do que sucedeu quando da comparação das Tipologias 1 e 2.

Em função destes comentários, decidiu-se finalmente pela adoção da **Tipologia 1**, mesmo porque, e isto acaba sendo fundamental para o trabalho, ela abarca o universo dos municípios e população.

QUADRO 15
ALGUNS INDICADORES SELECIONADOS, POR TIPOS DE MUNICÍPIOS NORDESTINOS, SEGUNDO AS TIPOLOGIAS — 1980

TIPOS DE MUNICÍPIOS	Famílias com rendimento familiar per capita até 1/4 do SM (%)		Pessoas de 7 a 10 anos que estudam (%)		Empregados na PEA (%)		Pessoas ocupadas que contribuem para a Previdência Social (%)		Domicílios com Geladeira (%)	
	Tipol. 1	Tipol. 3	Tipol. 1	Tipol. 3	Tipol. 1	Tipol. 3	Tipol. 1	Tipol. 3	Tipol. 1	Tipol. 3
Tipo I	47,7	48,6	30,7	29,5	20,9	18,5	27,1	26,4	6,6	5,8
Tipo II	42,7	42,2	28,4	25,8	22,7	20,7	31,8	33,2	9,1	9,0
Tipo III	42,7	42,1	39,1	38,1	37,4	37,0	31,6	30,1	13,9	13,5
Tipo IV	33,7	30,7	43,8	44,1	45,2	41,6	45,9	48,1	22,3	25,0
Tipo V	35,6	—	56,2	—	51,6	—	43,4	—	26,4	—
Tipo VI	28,7	27,7(*)	56,6	58,1(*)	59,1	60,8(*)	54,8	57,1(*)	32,4	34,2(*)
Tipo VII	25,4	—	77,9	—	68,9	—	62,9	—	53,6	—
Tipo VIII	16,7	16,7(**)	78,1	78,1(**)	74,7	74,7(**)	69,7	69,7(**)	61,9	61,9(**)

(*) = Refere-se ao Tipo V; (**) = Refere-se ao Tipo VI.

3.3 Tipologia Selecionada

Uma vez decidida a adoção da Tipologia 1, considerou-se necessário reduzir o número de tipos para facilitar a análise dos indicadores sociais e econômicos. Desta forma, foram eliminados os tipos V e VII, por conterem um número muito pequeno de municípios e de população. Em outras palavras, ambos os tipos continham menos que 2% do total de população e de municípios nordestinos.

Assim ficaram definidos finalmente apenas 6 tipos de municípios, como se pode ver no QUADRO 16, e que podem ser definidos da seguinte maneira:

- Tipo I: municípios rurais “pequenos” (menos populosos)
 Tipo II: municípios rurais “médios” (medianamente populosos)
 Tipo III: municípios “pequenos” (menos populosos) com urbanização média
 Tipo IV: municípios “médios” (medianamente populosos) com urbanização média
 Tipo V: municípios urbanos “médios” (medianamente populosos)
 Tipo VI: municípios urbanos mais populosos.

Dentro desta tipologia é que se começa agora a analisar um conjunto de indicadores econômicos e sociais.

QUADRO 16
 TIPOLOGIA FINAL DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS — 1980

TAMANHO DA POPULAÇÃO	URBANIZAÇÃO		
	Baixa	Média	Alta
“Pequenos” (Municípios menos populosos)	I 7.105.115 683	III 2.013.480 215	
“Médios” (Municípios medianamente populosos)	II 9.274.981 271	IV 5.519.657 124	V 3.511.645 49
“Grandes” (Municípios mais populosos)			VI 6.734.664 11

3.3.1 Aspectos industriais e agropecuários

A informação apresentada nesta parte foi obtida a partir dos Censos Industrial e Agropecuário de 1975. Sua introdução no trabalho se deve ao interesse em se obter uma caracterização mínima dos aspectos da estrutura industrial e agropecuária dos diferentes tipos de municípios da Região Nordeste. Não se pretende, portanto, aprofundar a análise com informações que pertencem a quase uma década atrás e, portanto, já bastante desatualizadas, mas apenas ter uma noção mais completa, embora necessariamente geral, dos tipos de municípios que se analisa neste trabalho.

A respeito dos indicadores industriais contidos no QUADRO 17 pode-se ver o seguinte:

a) Enquanto que o número de estabelecimentos não apresenta nenhuma linha definida na sua distribuição por tipos (chama a atenção o alto número de estabelecimentos nos Tipos I e II), o número de pessoas ocupadas tende a elevar-se à medida que se passa do Tipo I ao Tipo VI, fazendo com que a média de pessoas ocupadas por estabelecimento siga a mesma tendência;

b) O valor da produção cai entre os Tipos I e III, para crescer depois até seus níveis máximos no Tipo VI, e o mesmo acontece com a produtividade por estabelecimento. Na realidade, pode parecer surpreendente o desempenho do Tipo I com relação à produtividade do trabalho, onde o indicador alcança seu nível máximo. Apenas a presença de um conjunto apreciável de indústrias modernas, intensivas em capital, neste tipo de municípios poderia explicar este fenômeno. Acontece, contudo, que essa aparente alta produtividade do trabalho nas pequenas unidades industriais — quase sempre semi-artesanais — ocorre em geral pela utilização em grande proporção do trabalho avulso ou informal, não considerando esse trabalho como de pessoal efetivamente ocupado por ocasião do recenseamento;

c) O valor dos salários e o salário médio mantêm a tendência descrita anteriormente para o valor da produção.

Concluindo, enquanto os Tipos IV, V e VI (especialmente este último) apresentam os maiores valores para os indicadores pessoas ocupadas, valor de produção, produtividade por estabelecimento, valor dos salários e salário médio, os Tipos II e III apresentam os níveis mais baixos, sendo superados pelo Tipo I. No caso da produtividade de trabalho, o Tipo I alcança o nível mais alto. Isto poderia significar que os pequenos municípios rurais apresentam uma produtividade de trabalho industrial superior à dos grandes municípios urbanos, fenômeno este que, sem dúvida, merece um estudo maior, tendo em vista, fundamentalmente, conhecer as características produtivas e de ocupação da força de trabalho.

Os indicadores agropecuários incluídos no QUADRO 18 não mostram dados inesperados, e sua análise pode ser resumida da seguinte maneira:

a) Os Tipos I e II concentram a grande maioria dos estabelecimentos, pessoas ocupadas e valor da produção. A área média por estabelecimento não apresenta variações significativas por tipo;

b) Ao contrário, a produtividade por estabelecimento e do trabalho tende a crescer à medida que se passa para os municípios mais urbanos, com exceção do Tipo VI, no qual pode-se supor um caráter mais secundário para a atividade agropecuária;

c) Se o uso de energia elétrica for tomado como indicador de modernização, à medida que se passa do Tipo I para o VI se encontra uma produção agropecuária mais tecnificada, embora se possa verificar percentagens bem baixas de uso de energia elétrica em todos os tipos. No caso do Nordeste, contudo, este indicador não parece ser dos mais confiáveis para medir o grau de modernização. Isto porque, exceto nas áreas de irrigação e nas áreas hortigranjeiras, a energia elétrica é muito pouco utilizada nas atividades rurais, independentemente do grau de modernização.

QUADRO 17
INDICADORES INDUSTRIAIS, POR TIPOS DE MUNICÍPIOS DO
NORDESTE — 1975

INDICADORES INDUSTRIAIS	TIPOS DE MUNICÍPIOS					
	I	II	III	IV	V	VI
Nº de estabelecimentos	5.635	7.157	2.450	6.113	4.802	5.767
Pessoal ocupado	27.809	44.703	17.571	81.220	66.727	154.513
Média do pessoal ocupado por estabelecimento	4,9	6,2	7,2	13,2	13,9	26,8
Valor da produção (Cr\$ bilhões)	5,4	3,5	1,6	9,8	10,5	20,7
Produtividade por estabelecimento (Cr\$ mil)	968,8	494,6	660,3	1.605,8	2.198,7	3.590,7
Produtividade do trabalho (Cr\$ mil)	196,3	79,1	92,0	120,8	158,2	134,0
Valor dos salários (Cr\$ milhões)	203,0	205,6	105,4	698,5	613,9	1.514,2
Salário médio (Cr\$ mil)	7,3	4,6	6,0	8,6	9,2	9,8

NOTA: O dólar em dezembro de 1975, mês de referência do Censo, representava Cr\$ 9,070.

QUADRO 18
INDICADORES AGROPECUÁRIOS, POR TIPOS DE MUNICÍPIOS
DO NORDESTE — 1975

INDICADORES AGROPECUÁRIOS	TIPOS DE MUNICÍPIOS					
	I	II	III	IV	V	VI
Nº de estabelecimentos	824.401	969.926	142.736	302.213	83.862	19.629
Pessoal ocupado	3.045.826	3.572.424	536.485	1.169.291	332.418	56.674
Área média por estabelecimento (Ha.)	33,6	32,0	39,4	34,8	37,2	16,6
Média de pessoal ocupado por estabelecimento	3,7	3,7	3,8	3,9	4,0	2,9
Valor da produção (Cr\$ milhões)	3.961,9	4.715,2	1.262,5	2.772,5	786,7	92,9
Produtividade por estabelecimento (Cr\$ mil)	4,8	4,8	8,8	9,1	9,3	4,7
Produtividade do trabalho (Cr\$ mil)	1,3	1,3	2,3	2,4	2,3	1,6
Estabelecimentos utilizando energia elétrica (%)	0,7	0,6	1,5	1,8	4,5	8,7

NOTA: O dólar em dezembro de 1975, mês de referência do Censo, representava Cr\$ 9,070.

3.3.2 Indicadores sócio-econômicos

O conjunto de indicadores contidos no QUADRO 19 revela que, de forma sistemática, à medida que se passa para maiores níveis de urbanização, e dentro de cada faixa de urbanização para populações de tamanho maior, os indicadores mostram um nível sócio-econômico mais elevado. Em outras palavras, os níveis de formalização do mercado de trabalho, de remuneração, de profissionais da educação e da saúde, de domicílios adequados e de acesso a bens aumentam à medida que se avança do Tipo I ao Tipo VI. Em vários destes indicadores as diferenças por tipos são marcantes, revelando níveis hierárquicos bem distintos entre os seis tipos de municípios.

QUADRO 19
INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS, POR TIPOS DE MUNICÍPIOS
DO NORDESTE — 1980

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS	TIPOS DE MUNICÍPIOS					
	I	II	III	IV	V	VI
Empregados na PEA (%)	20,9	22,7	37,4	45,3	59,2	74,7
PEA sub-remunerada (%)	79,8	76,4	73,2	65,4	57,6	40,3
Famílias com rendimento familiar <i>per capita</i> até 1/4 do SM (%)	47,6	42,7	42,7	33,7	28,7	16,7
Famílias com rendimento familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM (%)	76,9	72,2	73,9	64,8	59,9	40,9
Taxa de escolarização das pessoas de 7 a 10 anos (%)	30,8	28,4	39,1	43,8	56,6	78,1
Professores por 1.000 habit.	5,1	4,6	6,0	5,8	6,6	8,0
Médicos por 1.000 habit.	0,5	1,0	1,2	2,3	4,0	16,8
Domicílios rústicos (%)	13,5	18,3	7,3	9,2	3,3	1,5
Domicílios com geladeira (%)	6,6	9,2	13,9	22,3	32,9	61,9
Domicílios com televisão (%)	7,0	9,7	15,6	26,0	42,0	70,1

Levando-se em conta os problemas de medição da renda nas zonas rurais, e sabendo-se, ainda mais, que o comportamento deste indicador reflete o grande peso da situação rural nos Tipos I e II, que vai decrescendo à medida que se chega ao Tipo VI, tentou-se a mesma sistemática de análise para os indicadores de renda e outros, mas desta vez apenas para o contexto urbano, como se pode ver no QUADRO 20. Na realidade, também neste caso a situação não é diferente do que já foi apresentado anteriormente. A linha de melhora no nível dos indicadores à medida que se passa do Tipo I ao VI é notável. Os dados sobre a situação urbana,

relativos à formalização do mercado de trabalho (porcentagem de empregados no PEA e contribuição ao sistema previdenciário), escolarização, famílias em pobreza extrema e relativa, e domicílios com água inadequada, indicam que mesmo dentro do contexto urbano existe uma “escala” de melhor nível sócio-econômico, que vai crescendo do Tipo I ao Tipo VI.

QUADRO 20
INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS PARA O MEIO URBANO, POR
TIPOS DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE — 1980

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS	TIPOS DE MUNICÍPIOS					
	I	II	III	IV	V	VI
Empregados urbanos na PEA urbana (%)	39,7	45,1	46,3	57,5	63,8	75,3
Contribuintes urbanos à Previdência Social na PEA urbana (%)	27,1	31,8	31,6	45,9	54,8	69,7
PEA urbana sub-remunerada (%)	66,2	60,5	63,8	55,2	52,5	39,7
Taxa de escolarização das pessoas de 7 a 10 anos do meio urbano (%)	55,7	56,0	54,0	60,0	63,5	78,9
Famílias urbanas com rendimento familiar <i>per capita</i> até 1/4 do SM (%)	47,6	42,7	42,7	33,7	28,7	16,7
Famílias urbanas com rendimento familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM	76,9	72,2	73,9	64,8	59,9	40,9
Domicílios urbanos com água inadequada (%)	71,5	62,9	66,0	51,2	49,7	40,2

Se houver uma mudança de enfoque e uma troca das porcentagens por números absolutos para se obter uma quantificação de alguns indicadores por tipo de municípios, obter-se-á a informação contida no QUADRO 21. Dele se depreende claramente como o volume de certas carências está fortemente concentrado nos tipos de municípios menos urbanizados. Os níveis de trabalhadores autônomos e de sub-remuneração da PEA, de crianças em idade escolar fora da escola, de famílias em situação de extrema pobreza e de domicílios sem acesso a bens que demonstram qualidade de vida, como é o caso da geladeira, são drasticamente maiores nos municípios do Tipo I e do Tipo II.

IV. CONCLUSÕES

Algumas conclusões fundamentais podem ser extraídas das informações e análises apresentadas nas partes anteriores:

QUADRO 21
INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS, POR TIPOS DE MUNICÍPIOS
DO NORDESTE — 1980

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS	TIPOS DE MUNICÍPIOS					
	I	II	III	IV	V	VI
PEA	2.233.802	2.957.614	612.475	1.719.475	1.101.911	2.331.601
Empregados na PEA	466.132	671.439	228.841	778.480	652.024	1.742.235
PEA Sub-remunerada	1.783.730	2.260.181	448.575	124.663	635.385	939.701
População de 7 a 10 anos	835.087	1.091.355	232.720	624.284	382.266	638.722
População de 7 a 10 anos não escolarizada (fora da escola)	578.098	781.087	141.589	350.359	165.927	139.678
Total de famílias	1.430.860	1.852.058	419.357	1.149.110	745.196	1.456.534
Famílias com rendimento familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM	840.602	1.024.455	207.242	478.316	241.455	252.833
Total de domicílios	1.363.068	1.761.648	396.885	1.079.006	692.956	1.333.348
Domicílios sem geladeira	1.272.983	1.599.938	341.595	838.170	464.712	507.916

a) Uma proporção significativa e às vezes assustadora de municípios nordestinos apresentavam em 1980 uma situação muito precária, refletida pelos indicadores selecionados. Em outras palavras, níveis muito baixos de formalização do mercado de trabalho, de proteção previdenciária, de escolarização, etc., afetavam um conjunto alarmante de municípios e de suas populações;

b) Com a introdução da análise tipológica dos municípios nordestinos, os indicadores apresentam quase que invariavelmente um desempenho melhor na medida que se progride nos níveis de urbanização e tamanho populacional para cada nível de urbanização. Em outras palavras, quanto menos populoso e urbano um município, tanto maiores suas possibilidades de apresentar níveis sócio-econômicos mais baixos, ao contrário dos mais populosos e urbanos. Daí a necessidade de caracterizar o Nordeste como uma Região eminentemente rural, o que limita suas condições de alterar a posição de desvantagem que ocupa em relação às demais regiões brasileiras;

c) Em termos absolutos sucede o mesmo, embora as carências nos municípios maiores e mais urbanizados não sejam desprezíveis, mas são bem mais acentuadas nos municípios predominantemente rurais;

d) Um conjunto de quase 1.000 municípios, abarcando pelo menos 16 milhões de habitantes, surge deste trabalho como de prioridade absoluta para uma política de desenvolvimento social, sem no entanto esquecer que carências substanciais também existem no resto dos municípios. O desafio que os municípios nordestinos apresentam é tão grande e complexo quanto o país que os contém.

Em suma, duas preocupações centrais deste trabalho merecem ser salientadas mais uma vez. **Em primeiro lugar**, uma caracterização geral da situação sócio-econômica dos municípios nordestinos permite apreender sua imagem global e ao mesmo tempo sintética dentro da Região, de forma a compreender sua distribuição em relação à determinadas variáveis fundamentais, e que proporcionam indicações sobre a dinâmica do desenvolvimento municipal e usufruto por parte da população de necessidades básicas de consumo. **Em segundo lugar**, a construção de tipologias de municípios permite apreender as dimensões das desigualdades sócio-econômicas que separam os diferentes conjuntos de municípios, de forma a estabelecer o que se poderia denominar de uma “escala” de níveis sócio-econômicos.

Estes dois objetivos foram alcançados em parte, e os resultados podem vir a se constituir num rico material para o entendimento de dificuldades que podem estar impedindo ou atrasando o encaminhamento de soluções de problemas enfrentados pela Região. Certamente que resultados mais precisos, indicando os municípios mais vulneráveis, com maior volume de carências sócio-econômicas, poderia ser um desafio mais imediato, e que o Projeto CNRH/IPEA e UNICEF estaria em condições de enfrentar num curto prazo, na medida do interesse de determinadas instituições governamentais.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. ALTIMIR, O. (1979), **La Dimensión de la Pobreza en América Latina**, Santiago de Chile, Cuadernos de la CEPAL, nº 27, Naciones Unidas.
2. BOURGUIGNON, F. (1979), “Decomposable Income Inequality Measures”, *Econometrica* 4(47), july.
3. CALSING, E. (1983), “Extensão e Características da Pobreza no Brasil”, Brasília, dezembro, mimeografado.
4. GRANT, P. (1978), **Disparity Reduction Rates in Social Indicators**, New York, Overseas Development Council, monograph 11.
5. PASTORE, J. E OUTROS (1983), **Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970 - 1980 (O que ocorreu com a família brasileira?)**, São Paulo, Livraria Pioneira Editora e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
6. ROMÃO, M. (1982), “Índices de Pobreza: alternativas, decomposição e uso com dados agregados”, *Revista Estudos Econômicos* 12(3), dezembro.

7. SEN, A. (1976), "Poverty: an ordinal approach to measurement", **Econometrica** 2(44), march.
8. SUDENE (1983), "Proposta de Política de Desenvolvimento Regional para o Nordeste", Recife, **Relatório Preliminar do Grupo 1 do Projeto Nordeste**, setembro.

Ruben Alberto Cervini (UNICEF)
Freda Burger (CNRH)

**ORDENAMENTO E
DESIGUALDADES INTRA-REGIONAIS:
O CASO DO NORDESTE**

I. INTRODUÇÃO

No final da década de 50 o problema das desigualdades regionais no Brasil encontra-se não só amplamente reconhecido como tal, mas também institucionalizado. Criam-se instâncias orgânicas cujo objetivo principal é o de estabelecer e comandar as diretrizes para o enquadramento das áreas menos desenvolvidas no processo de formação capitalista nacional, induzindo modificações no perfil da economia e tendo como ponto de apoio principal a implementação industrial. O problema das desigualdades sociais e regionais se desenvolve concomitantemente com as profundas transformações ocorridas a partir de meados da década de 60 e baseadas, em geral, na adoção de um modelo de crescimento econômico que acentuava o caráter central da industrialização e relegava a segundo plano objetivos de homogeneização social (Ferreira, 1983; Furtado, 1984).

Tendo este processo como pano de fundo vão surgindo, pouco a pouco, numerosos trabalhos e estudos acerca das desigualdades regionais, com ênfase especial na denominada “questão nordestina”. Ainda que existam duas atitudes interpretativas nestes estudos, uma abordando a desigualdade espacial como uma consequência inevitável e condição do desenvolvimento, e outra acentuando o caráter estrutural e irreversível de tais processos que exigiam a intervenção do Estado para sua atenuação, a maioria deles coincidiam em diagnosticar o aprofundamento das desigualdades durante a década de 60.

Os estudos sobre a tendência na distribuição da renda durante a década de 60, estimulados por interrogações acerca dos resultados do “milagre brasileiro”, além dos debates de tipo conceitual e metodológico¹ coincidiram, em geral, em indicar uma deterioração da renda pessoal e o agravamento da desigualdade interregional. Diversas análises, utilizando outro tipo de indicadores sociais, concluiriam que, ou

¹ Uma síntese da controvérsia conceitual e técnico-metodológica pode-se encontrar em Leal (1984).

o agravamento teria começado na segunda metade da década, como por exemplo no caso do PIB *per capita* ou que não teria havido tal agravamento, como no caso de alguns indicadores de educação. No entanto, ao final da década, regiões como o Nordeste todavia se mantinham muito distantes de outras mais desenvolvidas e abaixo de padrões aceitáveis de desempenho (Redwood III, 1984).

Posteriormente, estudos realizados com base no ENDEF 1974/75, bem como com dados do Censo de 80 permitiram que se pudesse esboçar algumas idéias sobre o ocorrido durante os anos 70. Ainda que tais estudos não sejam abundantes, parece existir uma coincidência em que os níveis de pobreza tenham diminuído. Ou seja, o número de famílias abaixo da linha de pobreza teria diminuído durante a década de 70, elevando-se o padrão de vida de setores menos favorecidos da sociedade brasileira (Pfefferman e Webb, 1979; Thomas, 1982; Knight, 1981; Pastore, 1983; Denslow, 1983) ou ao menos mantendo-se constante (Romão, 1981). Paralelamente, no entanto, verifica-se que o nível de concentração da renda e a desigualdade relativa poderiam haver aumentado, apesar da melhoria absoluta dos setores mais pobres.

Por outra parte, tem sido sugerido que não apenas diminuíram as desigualdades inter-regionais, quando medidas através da renda *per capita*, mas que teria ocorrido também uma diminuição da desigualdade inter-setorial (urbano-rural). Além do mais, a transferência da PEA agrícola de setores menos produtivos para mais produtivos estaria na base de explicação da acentuação de desigualdades intra-setoriais dentro do setor primário (Denslow, 1983). Outros estudos, no entanto, têm registrado a permanência de padrões de acentuada desigualdade regional, não apenas em variáveis estritamente econômicas (renda e PIB), mas também em outros indicadores sociais. Indicavam, por exemplo, que as diferenças nutricionais intra-regionais não são tão acentuadas como as inter-regionais (Thomas, 1982).

A ênfase de análise da maioria destes trabalhos tem sido nas mudanças ocorridas na estrutura da desigualdade inter-regional ou mesmo inter-setorial, tendo normalmente como critério básico de avaliação as comparações entre Sudeste e Nordeste. No entanto, são escassos os estudos que tentam aprofundar o conhecimento da situação inter-regional.

De certa maneira, sem subestimar estudos enfocados sobre diferenças inter-regionais a nível do país, o presente trabalho pretende chamar a atenção para a importância que também possui a consideração da própria estrutura do Nordeste. Tal ênfase na heterogeneidade espacial interna possibilita o aporte de alguns elementos empíricos que permitam fundamentar uma idéia mais realista e objetiva da região.

Subjacente a esta perspectiva está a suposição de que o conhecimento das tendências de transformação das relações entre as áreas mais e menos desenvolvidas não pode ser completada se não se aborda simultaneamente o estudo das transformações internas de ambas as áreas. Em conseqüência, o foco de análise é a distribuição espacial das condições de vida, medidas através de um conjunto de indica-

dores, deixando-se para uma etapa posterior a abordagem das mudanças ocorridas e as tendências identificáveis durante a década 1970-1980.

Por outra parte, os resultados obtidos através de metodologias específicas devem ser considerados apenas como um primeiro passo na determinação de um marco empírico de referência que pode ser pertinente para os processos de alocação de recursos e de implementação de políticas, sobretudo na área social. Obviamente, este tipo de abordagem deve ser completado com outros esforços mais qualitativos e localizados que possam permitir a geração de idéias mais abrangentes da realidade subjacente às construções numéricas aqui apresentadas.

Finalmente, convém ressaltar que o presente esforço não constitui senão o elo de um processo que pretende culminar com uma visão global a nível de país. Portanto, pode ser considerado mais como um exercício conducente a testar metodologias e experimentar comportamentos dos dados do que como estudo conclusivo.

No presente estudo elaborou-se uma hierarquia de áreas espaciais do Nordeste, a partir de uma medição multidimensional do conceito de qualidade física de vida, e realizou-se um diagnóstico das desigualdades intra-regionais existentes em 1980, de acordo com os dados do Censo deste ano. Prestou-se, igualmente, ênfase especial em indicadores sociais de tipo não monetário, em detrimento das medições clássicas baseadas na renda.

Na Seção II descreve-se brevemente algumas propostas de medição do bem-estar, para posteriormente (Seção III) apresentar a própria proposta. Com base nela, obteve-se um ordenamento dos espaços geográficos, o qual é apresentado na Seção IV. Na Seção V realiza-se uma análise das desigualdades intra-regionais do Nordeste com base em alguns indicadores selecionados do Censo Demográfico de 1980. Finalmente, expõe-se uma síntese das principais idéias sustentadas durante o trabalho.

II. MEDIÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL²

Durante muito tempo, a medição do bem-estar da população ou o nível de desenvolvimento de países ou áreas geográficas se realizou quase exclusivamente através de indicadores tais como Produto Nacional Bruto *per capita*, renda média pessoal e renda familiar *per capita*, todos de tipo predominantemente monetário. Igualmente respondendo à preocupação de determinar os níveis de pobreza existentes em certas áreas ou países, estas medidas tradicionais foram incorporadas a índices mais complexos que consideram aspectos tais como níveis monetários mínimos para satisfazer necessidades essenciais e características da desigual distribuição intra ou inter-unidades. Diversos trabalhos foram realizados a partir desta perspectiva na região e no país (Altimir, 1979; da Mata, 1979; Pastore, 1983; Thomas, 1982; Pfeiffermann e Webb, 1983), mostrando o estado e a tendência dos níveis de pobreza da população.

² Algumas das idéias constantes desta parte do trabalho já foram apresentadas em Calsing e outros (1984).

Nos últimos anos vêm sendo realizadas reiteradas críticas ao uso exclusivo deste tipo de indicadores para a estimativa do bem-estar da população. Os diferentes métodos de computação, a falta de comparabilidade dos níveis monetários nominais, a falta de cobertura total da população e o distinto significado que possuem, dependendo das áreas, têm sido as principais críticas dirigidas às medidas baseadas na quantificação monetária. Vinculadas especialmente ao enfoque das “necessidades básicas”, iniciado na “Conferência Mundial do Emprego” da OIT em 1976³, foram propostas recentemente algumas estratégias de medição através de determinados indicadores sociais ou de conjuntos deles.

O uso de diversos indicadores sociais tem como base a intenção de medir mais diretamente o nível de desfrute efetivo de certos bens e serviços básicos por parte da população. Seus proponentes sustentam que tais medidas substituem adequadamente as medições tradicionais, produzindo distribuições mais realistas, facilitando a comparação inter-regional, resumindo o efeito combinado de diversas dimensões (nutrição, saúde pública, renda e meio ambiente) e estando disponíveis em diversos países e regiões para seu uso generalizado (Grant, 1978).

Guiado por tais critérios, Morris (1979) propôs um índice (PQLI) integrado por três variáveis (alfabetização, esperança de vida e mortalidade infantil), o qual foi bastante divulgado através de seu uso em estudos comparativos dos padrões de vida a nível internacional. Outros autores propuseram o uso de indicadores sociais individuais como melhor “proxy” e uma medição mais confiável do bem-estar (Silver, 1983). Finalmente, encontram-se numerosos estudos que utilizam baterias mais ou menos extensas de indicadores disponíveis para determinados níveis de agregação, a partir dos quais se definem uma ou diversas medições das diferentes dimensões do bem-estar social.

Algumas observações formuladas em relação a esta estratégia merecem ser consideradas aqui. Em primeiro lugar, colocou-se em dúvida se algumas destas medidas agregam algo aos resultados proporcionados pelas medidas mais tradicionais (por exemplo, Produto Nacional Bruto per capita), ou seja, se existe ou não um elevado nível de redundância no uso de tais indicadores “alternativos” (Larson e Wilford, 1979). Tais observações metodológicas deveriam conduzir não ao abandono deste enfoque de trabalho, mas sustentar, sempre que possível, o critério de comparação dos resultados que se obtêm pelos dois tipos de medição, tentando inclusive definir novas medidas que combinem indicadores de natureza diferente (Ram, 1982).

Em segundo lugar, observou-se que existe uma tendência muito acentuada para o uso de indicadores sociais “objetivos” em detrimento de outros tipos de medições consideradas mais subjetivas. Estas últimas proporcionariam idéias acerca de

³ Está fora do alcance do presente trabalho apresentar as extensas discussões conceituais e metodológicas desenvolvidas em torno deste enfoque. Uma apresentação sistemática do mesmo, a partir de um posicionamento crítico ao enfoque da “pobreza”, encontra-se em Graziarena (1983).

dimensões da existência não apreensíveis objetivamente, ajudariam a melhor compreender o significado das distribuições dos indicadores objetivos e, para fins de planejamento, teriam um efeito particular nas decisões vinculadas ao bem-estar da população. Já que se questiona o suposto do comportamento concomitante entre ambos os tipos de indicadores, podendo existir até desacordos (insatisfação-satisfação) marcados entre ambas as dimensões (Kuz, 1978), a maioria dos autores considera adequado utilizar as medições de base objetiva como ponto de partida a ser complementado por estudos de percepção e desejos (Knox, 1976; Dale, 1980), desenvolvidos com metodologias específicas para cada caso (Moller e Schlemer, 1982).

A preocupação em sistematizar a informação sobre diferentes tipos de indicadores sociais em todos os níveis político-administrativos tem sido bastante evidente no Brasil durante os últimos anos.⁴ Além disso, é cada vez mais evidente o interesse em incluir indicadores sociais na análise do bem-estar da população. Isto se manifesta não só no surgimento de alguns estudos técnicos e metodológicos realizados com um enfoque específico de indicadores sociais (Guerrero e Hoyos, 1983), mas também no fato das análises centradas em variáveis do tipo monetário freqüentemente terem incorporado a consideração de indicadores sociais.

No presente trabalho experimenta-se uma medida com indicadores múltiplos (Índice) dos níveis relativos de bem-estar, a nível municipal-microrregional para a região Nordeste. Como resultado desta operação pôde-se estabelecer um ordenamento das diversas áreas do Nordeste em termos de satisfação das necessidades, bem como inferir uma idéia dos graus de desigualdade intra-regional subsistentes.

A técnica de análise dos componentes principais, aplicada para um conjunto de variáveis previamente selecionadas e disponíveis a nível municipal e microrregional, foi a estratégia escolhida para levar a cabo o objetivo proposto. Uma breve explicação dos problemas compreendidos em diversos aspectos desta proposta ajudará a melhor entender os alcances e limitações dos resultados obtidos.

III. O ÍNDICE

A técnica de análise dos componentes principais tem sido freqüentemente utilizada para obter uma medida única do bem-estar da população a partir de um conjunto de indicadores considerados relevantes para tal fim (Coughlin, 1973; Smith, 1973; Cullingford e Openshaw, 1982). No Brasil ela tem sido aplicada com a finalidade de ordenar e/ou tipificar cidades (Faissol, 1971; Buarque e Correa, 1977) ou municípios (Castro, 1979; Medeiros, 1978).

Em resumo, esta técnica permite definir novas variáveis (fatores) a partir de um conjunto inicial de indicadores. Estes fatores são o resultado de combinações lineares das variáveis originais e possuem a propriedade de "explicar" a maior pro-

⁴ Uma seleção preliminar de algumas publicações e seminários realizados no Brasil foi apresentada em Calsing e outros (1984).

porção possível de variação daquele conjunto de variáveis.

Na análise do componente principal sem rotação, o primeiro componente capta uma grande parte da variação total das variáveis. Se esta variação é muito alta, tal componente pode ser interpretado como um "constructo" geral subjacente a todas estas variáveis e, portanto, ser utilizado na substituição de cada uma delas. A técnica permite conhecer também o grau de relação que cada variável original possui com cada fator ("factor loading") e a posição de cada unidade em relação ao fator e às unidades restantes ("factor scores").⁵

A partir daí pode-se definir o valor do índice-resumo em cada área (observação), através de uma equação linear de todas as variáveis intervenientes com suas respectivas ponderações, as quais são proporcionadas pela análise do componente principal. Obviamente, se o somatório das ponderações se igualar a 1, o índice variará de 0 a 100.

No presente estudo pretende-se definir um primeiro componente principal que possa constituir-se em bom substituto de um conjunto de indicadores sociais de bem-estar. Conseqüentemente, ele poderia ser considerado uma medida do bem-estar geral de cada área. No entanto, é necessário atentar para duas observações. Em primeiro lugar, a posição que cada área ocupa está definida em relação às características das outras áreas (posição relativa) e não em relação a algum valor considerado como mínimo aceitável de satisfação das necessidades. Em segundo lugar, a particularidade de tal "constructo" ficará definida pela estrutura fatorial, ou seja, pela distribuição das variáveis intervenientes em relação ao fator.

3.1 As variáveis

Na construção do Índice decidiu-se utilizar as seguintes seis variáveis: alfabetização (ALFA), escolarização (ESCOL), educação básica (EDUC), água (AGUA), esgoto (ESGO) e habitação (HABIT).⁶ Evidentemente, este conjunto de indicadores não possui uma cobertura conceitual muito ampla. Faltam, por exemplo, indicadores mais diretos de aspectos tais como nutrição, saúde, etc.

Obviamente, a presente seleção ficou restrita aos dados do IBGE, disponíveis a nível de município. No entanto, tais indicadores podem ser interpretados como claramente vinculados ao nível do bem-estar da população. Estudos específicos têm tentado demonstrar o efeito combinado de água e esgoto junto com a renda sobre o estado de saúde da população (IBGE, 1981). A educação, e em especial a alfabetização da mãe, além de indicar um nível de participação social e econômica (distribuição da renda), possui também um efeito específico sobre os níveis de enfermidade e mortalidade da população infantil (UNICEF, 1984).

⁵ Para um maior detalhamento desta técnica e demais aspectos metodológicos deste trabalho, ver o Anexo A.

⁶ A definição das variáveis se encontra no Anexo B. Indica-se aqui que a definição de AGUA neste trabalho é muito restrita. Isto pode conduzir a uma sub-estimativa das carências (ver Quadro 1, Anexo C), sobretudo no setor rural. No entanto, este problema não é relevante para fins da construção do Índice.

Em consequência, a maioria destas variáveis tem sido utilizada para indicar níveis de pobreza ou qualidade de vida. Às vezes apresentam-se de forma isolada (Guerrero e Hoyos, 1983; Denslow e Tyler, 1983), de forma conjunta em medidas multidimensionais (Sizaret e Muñoz Porras, 1983) ou participando de índices padronizados muito divulgados (Morris, 1979).

Diversos estudos têm demonstrado o significado desigual que um mesmo indicador possui à luz do eixo urbano-rural e, em consequência, propuseram trabalhar com indicadores e metodologias específicas segundo o contexto (Castro e Hakanson, 1981; Cullingford e Openshaw, 1982). Assim, alguns dos indicadores aqui selecionados (por exemplo, AGUA E ESGO) possuem um viés claramente "urbano", devendo tal fato ser levado em conta na leitura dos resultados. Entretanto, na medida em que o interesse não se esgota apenas no ordenamento geral das unidades consideradas, mas também abrange aqueles que foram definidos em cada sub-universo (urbano-rural), além de estar-se considerando uma gama de indicadores, alguns dos quais possuem caráter mais geral, decidiu-se conduzir a análise com o conjunto de variáveis definidas inicialmente.

3.2 Níveis de agregação

Todo o estudo do bem-estar da população, baseado em dados agregados a nível de áreas espaciais, traz embutido um problema metodológico bem conhecido. Os mesmos dados originais podem apresentar resultados significativamente diferentes, segundo o nível de agregação escolhido para realizar a análise (Yule e Kendall, 1950). Tais diferenças se produzem tanto nos ordenamentos ou posições relativas que cada observação pode assumir em distribuições bi ou multi-variadas em geral, quanto na estrutura de relação das variáveis consideradas (Blalock, 1964; Clark e Avery, 1976; McCracken, 1983).

A abordagem deste problema é especialmente pertinente, porque no presente estudo propõe-se a operacionalizar um conceito através de um espaço multidimensional e, conseqüentemente, definir a posição relativa que cada uma das unidades de observação ocupa ao longo deste conceito. Por isso, parece pertinente apresentar, ainda que brevemente, os diferentes resultados que se obtêm em diferentes níveis espaciais de uma mesma população, quando se tenta medir o estado de bem-estar com o mesmo conjunto de indicadores sociais. A principal finalidade de tal apresentação é transmitir uma idéia mais clara e precisa dos limites e pressupostos de alguns instrumentos e resultados que serão apresentados ao longo deste trabalho.

Os dados do Censo Demográfico de 1980 podem ser tratados em vários níveis de agregação. Foram escolhidas três formas diferentes de agregação dos dados, para serem comparadas em termos de seus respectivos resultados.

— **Municípios (MUNI).** Este é o menor nível de desagregação possível para uma utilização representativa e extensiva dos dados censais e constitui, ao mesmo tempo, a menor unidade dentro da subdivisão político-administrativa do Estado

brasileiro. Em 1980 existiam 1.374 municípios no Nordeste.⁷ Tanto o tamanho como a densidade populacional variam significativamente neste universo (QUADRO 1).

— **Microrregião (MICRO).** O IBGE definiu uma subdivisão territorial do Brasil em microrregiões, baseada em uma metodologia de tipo principalmente geográfico (IBGE, 1968). No ano de 1980 existiam 127 microrregiões definidas para o Nordeste. Cada uma delas constitui-se por um número de municípios muito variável e, portanto, a variação de seu tamanho populacional é muito grande. Ao mesmo tempo, estas microrregiões podem conter uma gama muito diversa de municípios quanto à distribuição urbano-rural de sua população. Ou seja, em uma microrregião pode-se encontrar desde municípios tipo cidade média ou capital de Estado (alto nível de urbanização), até municípios totalmente agrários.

— **Misto (MISTO).** Nesta terceira opção de agregação, o universo escolhido constitui-se por um conjunto de municípios particularmente urbanos e pelos municípios restantes, agrupados por microrregiões a que pertencem. Consideraram-se "municípios urbanos" aqueles que cumpriam simultaneamente duas condições: nível de urbanização superior a 55% e população urbana acima de 25.000 habitantes. Assim, pode-se afirmar que a informação destes municípios possui um viés claramente urbano e que nestes, pelo menos um aglomerado urbano pode ser considerado como cidade (superior a 20.000 habitantes). Desta forma, foram definidos 76 municípios, cada um dos quais será considerado como uma observação particular no universo.

Os municípios restantes que não cumpriram as condições acima indicadas foram agrupados de acordo com a microrregião a que pertencem. Em conseqüência, ficaram redefinidas 126 microrregiões marcadamente rurais.⁸

A partir do QUADRO 1, pode-se observar as diferenças nos tamanhos populacionais dos diferentes níveis de agregação. Por outro lado, observa-se a alta variabilidade do tamanho do universo municipal em relação às outras duas agregações. Finalmente, convém chamar a atenção sobre o fato de que, apesar de MISTO ser mais numeroso do que MICRO, a variação no tamanho de suas unidades é menor que no caso das microrregiões.

A seguir, serão apresentados alguns aspectos das estruturas dos dados em cada um dos níveis de agregação.

a) Em primeiro lugar, é conveniente observar o comportamento das variáveis que serão utilizadas na construção do índice multidimensional e de outros indicadores sócio-econômicos. No QUADRO 2 apresentam-se os coeficientes de variação (CV) para cada uma das variáveis, segundo diferentes níveis de agregação.

⁷ Não está sendo considerado neste trabalho o município de Fernando de Noronha.

⁸ Todos os municípios que constituem a microrregião de Recife cumpriram as duas condições e, portanto, o total de microrregiões diminuiu para 126.

QUADRO I
**ALGUMAS ESTATÍSTICAS DO NORDESTE, POR NÍVEIS DE
 AGREGAÇÃO — 1980**

Agregação	Nº de observações	População média	Desvio-padrão	C.V.
Municípios (MUNI)	1.374	25.337,8	70.907	2.80
Microrregiões (MICRO)	127	274.127,0	304.193	1.11
Misto (MISTO)	202	172.346,3	182.399	1.06

QUADRO 2
**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO E MÉDIAS (\bar{x}) DAS VARIÁVEIS,
 POR NÍVEIS DE AGREGAÇÃO — 1980**

VARIÁVEIS	MUNI	MICROS	MISTO		
			TOTAL	Munic. Urbanos	Micros (Rurais)
ALFA C.V. (\bar{x})	.24 (44.1)	.20 (46.6)	.23 (49.9)	.16 (60.1)	.13 (43.3)
ESCOL C.V. (\bar{x})	.36 (41.4)	.27 (43.2)	.30 (48.3)	.19 (62.4)	.22 (39.7)
EDUC C.V. (\bar{x})	.45 (12.2)	.37 (13.6)	.43 (16.1)	.22 (23.3)	.27 (11.8)
AGUA C.V. (\bar{x})	.98 (14.5)	.66 (19.6)	.68 (25.2)	.35 (42.3)	.54 (14.9)
ESGO C.V. (\bar{x})	.65 (31.2)	.51 (36.0)	.51 (44.3)	.24 (67.0)	.45 (30.7)
HABIT C.V. (\bar{x})	.33 (64.6)	.28 (64.7)	.26 (68.3)	.18 (79.0)	.28 (61.8)
GELADEIRA C.V. (\bar{x})	.85 (10.7)	.76 (15.1)	.74 (19.7)	.40 (34.2)	.49 (10.9)
TELEVISÃO C.V. (\bar{x})	.97 (11.8)	.85 (16.6)	.79 (22.9)	.37 (41.6)	.62 (11.6)
RENDA C.V. (\bar{x})	.43 (4.257)	.45 (4.939)	.46 (5.659)	.32 (8.014)	.29 (4.237)
SALFAM C.V. (\bar{x})	.32 (45.2)	.27 (48.1)	.28 (53.3)	.14 (67.0)	.24 (4.5)

Como era de se esperar, todas as variáveis, exceto a renda média pessoal (RENDA), apresentam uma maior variabilidade a nível de município. Indubitavelmente tal fenômeno pode, em grande parte, ser efeito de uma maior variação nos tamanhos das unidades de análise e, particularmente, da existência de unidades muito pequenas ou distantes do tamanho médio.⁹

Por outro lado, quando se compara MISTO com MICRO, observa-se que para quase todas as variáveis existe uma maior heterogeneidade no primeiro, especialmente naquelas do Índice e na RENDA. Já que em MISTO a média populacional é notavelmente superior à de MUNI e que nele quase não existem valores populacionais extremos, cabe interpretar tal tendência nos CV como uma consequência do controle sobre os efeitos específicos da urbanização. Em outras palavras, ao considerar os Municípios Urbanos separadamente, recupera-se a heterogeneidade urbano-rural que se neutraliza (efeito de homogeneização por agregação) quando se trabalha a nível de microrregiões.¹⁰

b) A comparação dos coeficientes de correlação entre as variáveis do Índice em cada um dos três níveis de agregação ajuda também a compreender melhor os alcances do efeito de agregação. As matrizes indicam em geral uma consistência aceitável, ou seja, elas são congruentes entre si. No entanto, pode-se observar algumas particularidades e diferenças indicativas (QUADRO 3).

Em geral, os coeficientes são maiores nos níveis de agregação superior, ou seja, em MICRO e MISTO. Aqui, o padrão geral é o da agregação vir acompanhada de uma maior relação entre as variáveis, tendência que se encontra em alguns trabalhos realizados nesta área (Robinson, 1950; Clark e Avery, 1976).

No entanto, esta tendência geral é válida na medida em que se trata da relação entre municípios e outros níveis de agregação. Quando se compara MICRO com MISTO, observa-se que a tendência se inverte, já que as correlações de MISTO são sistematicamente mais elevadas que as de MICRO, ainda que este seja um nível de agregação maior. Tal pode reconfirmar a importância que existe em distinguir as áreas urbanas quando as análises se realizam a nível microrregional.

Os níveis de agregação cujas correlações mais diferem são MUNI e MISTO. No entanto, de todas as diferenças entre MUNI e MISTO, apenas cinco destas são superiores a .300 e são justamente as que correspondem principalmente às correla-

⁹ Diversos autores mestraram reservas quanto ao uso de indicadores na forma de razões ou percentuais quando as bases populacionais variam significativamente. Tais medidas tendem a produzir valores mais extremos em populações pequenas e valores médios nas populações maiores (Choynowsky, 1959; Visvalingam, 1983).

¹⁰ Isto se confirma também quando se comparam os CV de Municípios Urbanos e Micros Rurais, separadamente e em relação ao total. Todos estes coeficientes são menores que os do total, sendo que em geral existe uma maior heterogeneidade no setor rural em relação ao urbano, fato que será posteriormente analisado mais detalhadamente.

ções entre AGUA e ESGO, por uma parte, com ALFA e ESCOL por outra.¹¹

c) Finalmente, pode-se comparar a estrutura do primeiro componente principal das seis variáveis¹² indicadas para a construção do Índice, em cada um dos níveis de agregação. Em termos gerais, observa-se uma estrutura fatorial relativamente similar nos três níveis. As variáveis ESGO e EDUC tendem a constituir-se nas mais importantes (maior peso) na definição do fator e ALFA e HABIT nas menos importantes (Quadro 4).

QUADRO 3
CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS DO ÍNDICE, POR NÍVEIS DE AGREGAÇÃO

Variáveis	1	2	3	4	5	6
1. ALFA	1.00 1.00 1.00					
2. EDUC	.625 .845 .890	1.00 1.00 1.00				
3. ESCOL	.650 .817 .884	.709 .902 .929	1.00 1.00 1.00			
4. AGUA	.359 .713 <u>.776</u>	.547 .796 .813	.303 .671 <u>.758</u>	1.00 1.00 1.00		
5. ESGO	.320 .598 <u>.712</u>	.609 .795 .859	.421 .690 <u>.790</u>	.621 .820 .838	1.00 1.00 1.00	
6. HABIT	.254 .298 .422	.231 .319 .448	.234 .320 .459	.252 .472 <u>.585</u>	.246 .371 .532	1.00 1.00 1.00

NOTA: As linhas 1 a 3 de cada variável indicam as correlações em MUNI, MICRO e MISTO, respectivamente: $r_{mu} = .425$; $r_{mi} = .628$; $r_{mis} = .713$.

¹¹ Desvios da magnitude indicada (.300) poderiam estar sugerindo diferenças significativas dos comportamentos das variáveis implicadas em cada um dos universos comparados. Tais desvios do padrão geral de consistência podem dever-se, indubitavelmente, à existência de bases populacionais extremas (menores) do universo de municípios, como já foi indicado anteriormente.

¹² Para o cálculo do componente principal, todas as variáveis foram previamente transformadas (ver Anexo A).

QUADRO 4
"LOADING" DO PRIMEIRO COMPONENTE PRINCIPAL DE CADA
NÍVEL DE AGREGAÇÃO

Variáveis	Níveis de Agregação		
	MUNI	MICRO	MISTO
ESGO	.83223	.88451	.92922
EDUC	.82116	.93924	.94794
AGUA	.77151	.90330	.91743
ESCOL	.68821	.88173	.92018
ALFA	.62821	.84548	.88280
HABIT	.51544	.52036	.62145
% Variância explicada	<u>51.30</u>	<u>69.12</u>	<u>77.97</u>
% Variância explicada (2º componente)	19.97	16.14	10.79

Os dados permitem inferir que qualquer que fosse o nível escolhido, a posição relativa de cada variável em relação ao primeiro componente seria muito semelhante, indicando o comportamento estável destas variáveis quando comparadas umas com as outras.

No entanto, existem acentuadas diferenças na quantidade total de variância explicada pelo fator em cada nível de agregação. A nível de município, o conjunto de variáveis escolhidas não permite definir um componente suficientemente forte para substituir com segurança o conjunto de variáveis consideradas, enquanto que nos níveis de maior agregação os primeiros componentes são consideravelmente maiores.¹³

Por outra parte, observa-se uma apreciável diferença entre MICRO e MISTO, diferença que se deve, neste caso, ao isolamento do efeito específico de urbanização. No MISTO obtém-se um fator muito mais forte (quase 80% da variância), o que pode ser aceito sem maiores objeções a tal respeito, como representando uma dimensão mais geral do bem-estar ou da qualidade de vida.

Em resumo, supondo-se uma melhor medição quando se recupera maior heterogeneidade (urbano-rural), com variáveis mais consistentes entre si (correlações mais elevadas) e através de uma única medida mais representativa (primeiro componente principal), decidiu-se trabalhar com resultados particulares a nível de agregação MISTO. Como já foi visto, neste nível as variáveis se apresentam com as

¹³ É conveniente assinalar que, se houvesse disponibilidade de um maior número de variáveis pertinentes para a medição dos níveis de bem-estar, teria sido possível encontrar algum tipo de combinação entre as mesmas, com um componente principal suficientemente forte para substituí-las a nível de município, reduzindo desta forma as diferenças entre os níveis de agregação. No entanto, tal não foi possível pelas limitações indicadas anteriormente.

maiores correlações entre si, recupera-se a heterogeneidade urbano-rural e se obtém um componente principal forte que permite ser utilizado para a construção do Índice proposto.

Baseados neste primeiro componente principal, construiu-se um Índice que permite medir o nível relativo de qualidade física de vida de cada uma das 202 observações que integram o universo MISTO. O valor que o Índice assume em cada uma das observações é definido por uma equação linear com todas as variáveis originais, cujas ponderações vêm determinadas por suas respectivas “cargas” com o componente principal.¹⁴ Desta forma, menores valores em cada uma das variáveis componentes resultam em um menor valor no Índice, indicando um nível de qualidade de vida mais baixo e vice-versa.

IV. O ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS

No QUADRO 5 são apresentados os valores do Índice para cada uma das unidades do Nordeste, previamente ordenados de menor a maior, juntamente com os valores de cada uma das variáveis consideradas em sua definição.

Em geral, pode-se observar que existe uma clara tendência do Índice em situar os Municípios Urbanos nos lugares mais altos. Tal resultado era esperado pela natureza marcadamente urbana das variáveis consideradas, segundo foi anteriormente indicado.

Com o fim de permitir uma representação da distribuição espacial dos resultados, o Índice foi inicialmente dividido em quatro intervalos.¹⁵ Os intervalos foram definidos da seguinte forma: (I) Áreas muito baixas (Índice = até 25); (II) Áreas baixas (Índice = 25 - 50); (III) Áreas médias (Índice = 50 - 75); (IV) Áreas altas (Índice = + 75), indicando diferentes níveis relativos de bem-estar da população. Posteriormente, o primeiro intervalo (áreas muito baixas) foi dividido em dois sub-grupos: extremamente baixa (Índice = até 18) e muito baixa (Índice = 18 - 25). Em conseqüência, cada uma das observações se situa em algum destes intervalos. No mapa em anexo pode-se observar a representação geográfica dos resultados assim agrupados.

Deve-se registrar que a designação de cada intervalo tem caráter puramente relativo na medida em que a construção do Índice-resumo não se realiza com referência a valores fixos pré-determinados. Em outras palavras, não existe uma “linha de pobreza” (ou de necessidades básicas insatisfeitas) previamente definida e em

¹⁴ As ponderações foram padronizadas a 1 (um), razão pela qual a ordem de variação do Índice será de 0 a 100, facilitando a leitura dos resultados. Para maiores informações acerca desta técnica e outros aspectos metodológicos desta parte do trabalho, consultar o Anexo A.

¹⁵ Os cortes do Índice foram definidos com base em uma aproximação aos limites de agrupamentos obtidos através do algoritmo contido no FASTCLUS do SAS/82.

relação à qual se distribuem as observações. Assim, o valor obtido por uma área qualquer depende dos valores das observações restantes, significando simplesmente seu posicionamento relativo na distribuição do conjunto das áreas consideradas.

Por outra parte, o Índice possui uma distribuição claramente contínua, comportamento esperado quando se aplica este tipo de técnica. Portanto, tais agrupamentos não constituem compartimentos estanques de limites nítidos, mas a indicação de níveis relativos aproximados.

QUADRO 5
ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA E SUAS VARIÁVEIS ORIGINAIS,
SEGUNDO UNIDADES ESPACIAIS DO NORDESTE — 1980

Unidades Espaciais	Índice	% Alfabetização	Educação Básica	% Escolarização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
Baixo Parnaíba Maranhense	9.63	37.14	7.85	32.16	4.15	11.09	29.11
Pindaré	10.46	38.46	9.66	24.55	5.54	21.52	15.72
Alto Munim	10.62	37.22	8.90	34.01	3.11	14.70	22.28
Sertão de Paulo Afonso	11.16	29.06	4.12	23.59	12.09	12.48	66.43
Baixo Parnaíba Piauiense	12.16	35.18	8.83	36.02	7.93	10.14	34.82
Alto Mearim e Grajaú	12.26	38.60	11.03	29.95	5.71	16.84	24.19
Itapecuru	14.03	37.31	11.14	34.92	7.29	20.65	15.95
Alto Itapecuru	14.81	42.64	12.96	34.91	4.03	14.03	30.46
Ibiapaba	15.48	35.90	7.46	30.15	7.63	19.54	54.84
Arapiraca	15.73	27.66	6.78	22.90	12.17	31.22	50.76
Ibiapaba Meridional	15.85	39.68	8.68	25.23	10.31	15.12	63.88
Mearim	16.40	39.92	11.35	30.86	13.89	23.19	18.70
Serra do Pereiro	16.47	38.12	7.87	26.08	7.89	18.19	69.67
Baixada Oriental Maranhense	16.51	46.29	11.46	40.10	1.22	19.07	24.32
Chapadões do Alto Rio Grande	16.55	44.20	6.77	29.78	10.62	15.21	57.11
Sertão Sergipano do São Francisco	16.89	36.09	8.62	32.73	11.30	19.90	47.49
Gurupi	17.05	43.24	8.89	29.43	2.16	39.37	13.91
Sobral	17.30	41.49	8.31	29.09	9.93	17.29	60.24
Arcoverde	17.38	31.45	8.27	30.38	10.93	18.96	68.65
Litoral do Camocim e Acarau	17.55	40.96	7.85	29.88	8.70	24.39	47.80
Sertão de Canudos	18.25	43.50	6.90	21.61	15.39	15.97	77.86
Teresina	18.27	40.07	9.84	49.32	7.25	17.01	25.77
Médio Mearim	18.35	40.62	13.17	36.71	14.05	17.56	27.34
Baixo-Médio Acarau	18.58	38.71	9.20	36.89	5.19	19.40	59.03
Sertões de Canindé	19.01	42.75	8.74	30.74	9.18	20.68	59.61
Sertão dos Inhamuns	19.07	39.22	9.96	29.28	9.61	16.84	73.87
Chapada do Araripe	19.40	38.75	7.16	35.75	15.42	14.47	65.84
Araripina	19.56	39.36	10.08	33.32	10.38	16.46	67.29
Planalto de Conquista	19.57	37.25	6.03	22.58	13.88	26.86	75.50

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Alfabe- tização	Educação Básica	% Escola- rização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
Altos Piauí e Canindé	20.13	46.41	8.75	35.97	8.38	10.05	78.59
Campo Maior	20.84	40.59	10.22	44.04	9.57	18.15	48.19
Feira de Santana	21.09	44.38	7.49	35.96	9.53	16.77	74.67
Senhor do Bonfim	21.54	47.91	8.22	28.98	17.41	23.11	53.49
Baixo-Médio São Francisco	21.56	46.92	8.70	30.79	14.31	22.76	56.86
Serra de Caririasu	21.82	40.74	8.60	44.73	6.95	16.97	67.87
Sertões de Senador Pompeu	21.90	42.43	9.87	34.12	7.86	18.59	79.52
Agreste de Alagoinhas	22.40	38.13	8.65	32.63	14.35	24.01	71.08
Baixo Balsas	22.43	49.92	12.18	49.04	2.57	16.97	44.74
Sertões de Cratêus	22.71	46.58	11.70	32.61	13.41	17.95	66.29
Chapadas do Extremo Sul Piauiense	22.76	54.04	11.74	51.87	4.91	11.80	43.52
Pastos Bons	22.90	47.35	14.49	43.93	8.40	17.80	42.43
Médio Gurgueia	22.97	46.26	10.55	52.42	6.70	13.12	53.94
Salgueiro	23.28	47.20	11.94	47.53	10.90	13.09	52.57
Serra do Teixeira	23.35	44.40	10.83	29.60	13.41	17.47	85.88
Sertão de Cajazeiras	23.38	41.15	13.17	32.53	14.18	17.31	75.94
Pastoril de Itapetinga	23.70	35.21	7.83	30.73	21.01	30.64	62.84
Sertão do Cariri	23.79	43.60	11.38	35.57	15.27	21.56	61.29
Batalha	24.00	38.91	10.32	36.58	14.52	25.95	62.76
Baixada Ocidental Maranhense	24.12	48.37	12.69	40.70	5.50	38.84	17.28
Chapada Diamantina Meridional	24.26	45.95	7.67	40.68	9.08	15.18	84.00
(*) Cascavel	24.26	44.26	11.86	36.98	6.10	30.10	57.00
Sertão do Rio Real	24.53	41.92	8.04	33.79	14.98	30.64	63.15
Florianópolis	24.69	47.81	12.45	48.46	8.25	15.29	58.89
Baixões Agrícolas Piauiense	24.72	43.42	10.83	40.09	15.08	15.30	76.61
Curimataú	24.81	34.38	10.51	28.74	8.35	38.99	74.15
Alto Parnaíba Piauiense	24.82	49.51	11.24	41.40	12.99	19.06	57.79
Uruburetama	25.03	45.66	11.21	41.71	12.37	27.64	45.22
Valença do Piauí	25.26	43.02	12.98	51.23	11.32	15.05	57.58
Sertão Alagoano	25.50	41.28	11.01	38.41	12.71	21.80	78.23
Chapadões do Rio Corrente	26.33	44.75	9.52	35.84	14.27	24.95	78.66
Serrinha	26.96	48.93	9.71	35.92	13.49	20.80	87.82
Serra Geral da Bahia	26.99	45.67	9.42	39.66	13.28	20.20	87.93
Chapadas do Sul Maranhense	27.04	54.39	13.58	38.75	12.77	29.93	38.73
Jequié	27.09	43.20	9.36	33.82	16.89	31.90	69.60
Mata Alagoana	27.80	32.92	11.33	33.13	21.60	38.66	60.74
Médio Jaguaribe	27.89	45.60	10.94	41.40	13.75	23.15	77.84
Litoral Norte Baiano	28.15	40.33	11.54	39.51	21.32	30.50	56.91
Sertões de Quixeramobim	28.16	43.92	12.44	40.89	13.73	28.79	64.88
Tabuleiros de Valença	28.49	42.46	10.85	37.99	27.53	26.27	59.38
Sertão do Salgado	28.73	44.65	12.34	40.52	13.10	27.32	74.30
Sertão do Moxotó	28.95	42.92	13.89	38.79	13.84	26.74	77.63

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Alimen- tização	Educação Básica	% Escola- rização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
Litoral de São Bento do Norte	29.02	33.74	8.45	35.61	6.99	57.31	56.99
Sertão de Angicos	29.08	41.21	11.76	44.22	11.38	32.92	66.07
Piemonte da Diamantina	29.10	48.77	10.36	38.61	16.31	28.82	70.84
Serra Verde	29.24	36.95	11.74	45.04	3.67	43.56	62.22
Litoral Norte Alagoano	29.62	36.12	12.00	36.23	24.45	40.89	49.04
Seridó Paraibano	30.12	42.61	12.96	37.66	15.48	29.97	81.56
Litoral de Pacajus	30.15	46.64	12.02	41.52	8.90	37.48	64.45
Iguazu	30.19	46.23	13.00	45.96	17.95	24.08	66.67
(*) Aquiraz	30.31	42.58	16.43	39.44	8.16	41.56	53.90
Depressão do Alto Piranhas	30.39	45.48	15.23	40.17	16.94	25.49	73.77
Penedo	30.45	40.53	11.31	44.38	14.77	40.05	54.37
Fortaleza	30.97	47.73	14.83	46.50	7.63	35.51	55.99
Serra do Baturité	31.08	43.08	12.19	43.31	11.67	39.87	61.46
Agreste Meridional Pernambucano	31.13	37.09	10.85	41.98	15.97	36.02	79.98
Nossa Senhora das Dores	31.15	39.12	12.57	42.59	18.63	40.39	53.19
Agreste Potiguar	31.33	38.20	11.98	43.43	3.71	47.02	70.72
Interiorana do Extremo Sul da Bahia	31.35	42.78	11.67	29.07	19.37	47.01	64.18
Médio Parnaíba Piauiense	32.07	47.69	17.28	59.44	7.91	29.47	41.84
Brejo Paraibano	32.13	36.06	10.93	37.68	19.49	41.04	79.17
Chapada Diamantina Setentrional	32.13	56.03	11.49	40.67	15.82	26.68	80.55
Médio São Francisco	32.48	44.83	8.83	33.77	31.17	40.55	60.01
Borborema Potiguar	32.82	38.96	11.38	45.70	12.29	42.26	72.14
Cariri	32.91	44.89	12.67	47.61	20.30	31.06	65.37
Catolé do Rocha	32.95	43.46	15.34	41.12	17.67	29.66	82.95
Piemonte da Borborema	33.58	35.86	11.53	39.30	17.14	49.12	70.17
Encosta do Planalto de Conquista	33.98	42.05	10.08	31.79	26.84	47.22	69.22
Tabuleiros de São Miguel dos Campos	34.04	37.35	13.09	34.65	27.49	42.32	71.95
(*) Pedreiras	34.10	52.24	18.60	49.81	26.70	26.67	35.47
Cariris Velhos	34.47	46.35	14.87	46.19	11.84	35.24	78.43
Sertão Pernambucano do São Francisco	34.81	50.99	15.90	45.49	26.32	28.06	59.24
Baixo Jaguaribe	34.84	47.10	12.84	49.15	13.98	39.60	64.87
Açu e Apodi	35.13	47.28	15.33	53.64	13.55	32.82	66.24
Palmeira dos Índios	35.55	39.63	13.71	38.98	24.25	47.73	61.47
Agreste Setentrional Pernambucano	35.62	40.65	13.98	46.52	9.25	44.42	81.85
Serrana Norte-Riograndense	35.85	50.02	15.35	48.73	12.75	30.23	86.41
Litoral Sul Sergipano	35.86	42.68	14.51	46.81	26.07	37.54	60.02
Litoral Paraibano	36.36	42.28	14.92	43.01	19.39	49.59	55.78
Alto Pajéu	36.51	49.45	17.03	48.08	16.64	28.10	85.71
Imperatriz	36.59	52.81	16.28	40.18	19.46	51.33	37.31
Agreste de Lagarto	36.96	41.85	12.78	47.36	17.94	46.52	69.17
Agreste da Borborema	37.71	42.46	13.56	45.74	15.16	45.54	83.37
Agro-Pastoril do Baixo Paraíba	38.13	37.26	11.24	41.50	19.64	57.86	72.72

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Alfabetização	Educação Básica	% Escolarização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
Cacueira	38.15	48.23	12.42	31.75	33.69	44.16	77.46
Agreste de Itabaiana	38.45	44.74	14.47	51.96	26.04	37.18	66.44
Vale do Ipojuca	39.44	40.22	13.66	46.38	20.39	43.41	93.39
(*) Sobral	39.68	30.40	16.48	45.96	32.70	38.62	56.13
Mata Seca Pernambucana	40.36	39.06	15.93	41.67	21.01	53.85	78.38
(*) Timon	40.58	51.97	22.79	47.60	13.07	53.64	39.32
Mata Úmida Pernambucana	41.08	40.87	15.04	42.01	28.36	52.64	70.96
Litorânea do Extremo Sul da Bahia	41.09	45.29	13.90	37.15	28.90	54.82	71.87
(*) Itaberaba	43.18	53.65	14.10	50.87	27.65	38.78	85.20
(*) Caucaia	43.20	55.35	19.59	52.88	14.96	51.45	54.59
Propriá	43.91	47.74	16.97	52.52	31.24	47.24	59.05
(*) Santa Inês	44.23	52.59	19.53	49.20	26.39	56.66	39.10
Seridó	44.69	54.84	16.76	59.14	16.50	42.83	80.72
Salineira Norte-Riograndense	45.81	54.88	19.81	54.08	14.21	53.71	68.47
Reconcavo Baiano	46.19	53.32	17.68	54.03	31.28	43.97	70.00
(*) Paudalho	46.95	44.05	15.76	44.66	24.35	67.59	74.71
(*) Sousa	47.90	52.30	19.72	53.18	38.86	40.53	73.09
(*) Belo Jardim	48.83	43.44	12.54	40.79	45.27	56.99	92.89
Natal	49.02	45.22	16.80	57.02	20.94	65.32	70.39
Cordeiras do São Francisco	49.84	61.11	15.81	45.02	42.73	51.81	68.97
(*) Pesqueira	50.14	50.57	19.88	53.60	29.88	49.95	87.46
São Luís	50.29	60.66	21.71	67.01	15.76	61.04	37.09
(*) Senhor do Bonfim	50.49	58.92	17.17	50.34	36.65	49.62	79.33
Maceió	50.55	48.30	18.63	49.31	40.61	55.35	72.53
Salvador	52.27	63.05	21.71	62.06	28.22	50.25	60.84
(*) Salgueiro	52.70	60.31	21.95	61.95	38.79	42.40	65.81
(*) Brumado	53.02	57.27	18.13	64.69	25.40	47.27	95.71
(*) Maranguape	53.54	63.10	22.25	58.93	21.86	56.77	73.08
(*) Barreiras	53.71	63.49	20.59	51.08	43.24	49.39	70.89
(*) Gravata	53.99	43.35	19.35	48.12	37.91	65.69	88.19
(*) Ipiau	54.33	53.78	16.97	46.47	48.66	57.63	82.73
(*) Santo Amaro	54.37	61.26	22.36	63.84	37.23	44.65	69.42
(*) Parnaíba	54.84	62.31	22.59	63.46	27.67	56.89	60.87
(*) Escada	55.38	50.01	18.96	54.54	30.31	69.23	81.75
Cotinguiba	55.51	46.16	16.50	52.08	39.32	74.54	71.05
(*) Arapiraca	56.02	45.42	16.05	46.70	31.90	81.15	88.94
(*) Jequié	56.16	58.03	17.69	48.75	50.53	55.83	83.13
(*) Crato	56.63	61.59	22.41	66.66	39.79	48.16	66.10
(*) Floriano	56.98	67.40	24.56	70.68	35.32	38.59	76.01
(*) Santo Antonio de Jesus	57.06	59.47	20.73	64.91	35.30	49.36	88.91
(*) Simões Filho	57.36	70.89	24.98	62.20	29.16	56.77	58.48
(*) Igarassu	58.35	55.65	24.00	66.46	26.98	67.59	63.08
(*) Palmares	59.00	49.55	19.09	52.13	41.85	74.13	79.92

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Alfabetização	Educação Básica	% Escolarização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
(*) Ilhéus	60.08	63.94	20.43	52.54	49.22	58.67	82.12
(*) Timbaúba	60.36	51.89	22.09	58.02	35.11	69.80	88.22
(*) Catu	60.87	64.76	23.58	67.26	42.97	57.36	59.48
(*) Limoeiro	61.82	53.05	22.89	62.12	35.85	70.96	81.45
(*) Goiana	62.38	56.62	25.11	62.78	35.73	68.55	77.28
(*) Cajazeiras	62.62	55.77	23.73	57.72	46.94	61.51	90.74
(*) Candeias	62.66	64.08	25.53	68.36	28.98	62.09	83.12
(*) Cabo	62.76	58.65	23.54	57.04	35.01	78.49	71.80
(*) Juazeiro do Norte	63.40	52.80	20.33	56.59	40.68	77.98	87.78
(*) Mossoró	64.30	62.66	24.99	68.55	34.00	66.54	78.21
(*) Camaçari	64.61	66.07	26.16	56.67	44.37	68.46	71.58
(*) Itapetinga	64.86	60.12	16.65	58.99	62.11	64.80	82.11
(*) Carpina	65.20	53.11	22.64	56.45	34.31	82.35	96.47
(*) Estância	65.36	58.21	21.49	60.76	46.70	73.83	78.73
(*) Alagoinhas	65.75	66.99	24.90	70.95	39.44	59.29	84.08
(*) Santa Rita	66.20	50.82	21.11	62.86	38.79	84.56	83.97
(*) Petrolina	66.21	65.45	23.18	64.87	44.01	66.57	82.10
(*) Moreno	66.89	59.12	29.48	63.18	37.10	73.87	77.11
(*) Vitória da Conquista	67.55	62.18	20.72	56.29	51.43	72.92	94.52
(*) Penedo	67.58	56.15	24.74	57.87	63.24	71.71	66.27
(*) Vitória de Santo Antão	67.66	53.16	22.58	60.84	48.50	80.23	81.83
(*) Guarabira	69.65	51.11	19.43	57.56	64.08	80.58	85.62
(*) Currais Novos	69.66	61.29	23.06	75.38	35.15	75.09	90.15
(*) São Lourenço da Mata	70.15	61.09	31.09	66.75	27.15	85.34	78.23
(*) Garanhuns	70.17	56.67	23.33	68.31	52.61	69.94	93.54
(*) Itabuna	71.96	69.48	24.04	57.58	58.61	71.65	91.25
(*) Bayeux	73.16	60.29	26.36	64.99	50.27	86.15	72.94
(*) Teresina	73.49	73.00	27.13	75.63	48.68	73.24	63.16
(*) Feira de Santana	73.49	70.84	24.34	69.90	51.68	68.51	94.53
(*) Paulo Afonso	73.96	65.59	23.70	70.80	52.03	73.82	93.16
(*) Caruaru	76.09	60.69	25.99	73.41	53.33	75.58	97.53
(*) Arcoverde	76.61	64.10	27.41	71.06	57.54	74.03	91.59
(*) Caiçó	77.21	63.91	27.45	68.49	53.44	80.74	94.15
(*) Patos	78.31	63.15	26.41	66.33	65.53	80.11	88.86
(*) Campina Grande	79.37	69.58	28.52	73.31	53.38	79.48	90.55
(*) Fortaleza	81.12	79.67	27.82	78.86	40.54	85.88	88.04
(*) Maceió	81.57	71.02	33.50	77.21	38.50	88.33	89.01
(*) São Luís	85.53	74.00	29.90	75.84	65.99	83.96	84.02
(*) João Pessoa	86.21	85.40	30.46	81.99	55.78	86.81	66.62
(*) Olinda	90.40	76.56	28.71	79.92	69.54	91.08	87.76
(*) Recife	91.79	80.26	35.52	83.75	58.56	89.91	87.03
	92.21	81.19	33.46	84.47	58.32	90.94	91.92

(Continua)

(Conclusão)

Unidades Espaciais	Índice	% Alfabetização	Educação Básica	% Escolarização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
(*) Paulista	93.10	77.07	37.76	83.23	63.64	90.22	85.02
(*) Natal	94.19	78.63	31.45	82.93	69.24	92.14	96.27
(*) Aracaju	94.26	79.85	31.69	82.98	69.14	91.67	95.22
(*) Salvador	95.62	86.11	31.72	83.51	72.88	89.70	91.37

(*) Municípios urbanos

4.1. Ordenamento: as variáveis

Já que a medida proposta é o resumo de um conjunto de variáveis, ela pode produzir ordenamentos das observações, mais ou menos aproximados daqueles que produziriam cada uma das variáveis consideradas separadamente. Para ter uma idéia mais ampla dos alcances do ordenamento apresentado no QUADRO 5, é necessário compará-lo com o resultado quando se considera cada variável separadamente.

Pode-se utilizar a correlação de postos de Spearman (QUADRO 6) para se ter uma idéia das discrepâncias entre tais ordenamentos. Em geral, a maioria das variáveis produz um ordenamento próximo ao Índice, com exceção de ALFA e HABIT. Em consequência, nos ordenamentos produzidos por estas variáveis se encontrarão maiores inconsistências em relação ao produzido pelo Índice.

QUADRO 6
CORRELAÇÃO DE POSTOS DE SPEARMAN ENTRE AS VARIÁVEIS
E O ÍNDICE

ESGO	.93
EDUC	.92
ÁGUA	.89
ESCOL	.88
ALFA	.79
HABIT	.64
RENDA	.83
SALFAM	.81

Da mesma forma, as posições relativas atribuídas através das variáveis monetárias freqüentemente tenderiam a diferir daquelas definidas pelo Índice, na mesma medida em que diferem as duas variáveis anteriormente mencionadas.

Pode-se ter uma idéia sintética da posição relativa ocupada por cada observação no Índice e em cada uma das variáveis se os ordenamentos mais detalhados (de 1 a 202) são resumidos em uma escala de 0 a 9. Isto significa, por exemplo, que as vinte áreas geográficas com os valores mais baixos no Índice ou a variável que se queira considerar, aparecem com valor igual a 0 (zero), as vinte seguintes com valor igual a 1 (um) e assim sucessivamente.

O Quadro 7 apresenta o resultado de tal operação e tem por objetivo facilitar a comparação das posições relativas em cada variável e no Índice. Pode-se detectar facilmente quais as unidades claramente consistentes em suas posições relativas no Índice e em cada uma das variáveis consideradas, seja nos níveis inferiores (Baixo Parnaíba Maranhense, Pindaré e Alto Munim) ou nos mais elevados (as sete últimas observações mostram uma consistência quase perfeita). Da mesma forma, é possível identificar as que não são consistentes. Por exemplo, certas observações estão localizadas em zonas inferiores ao Índice com níveis de alfabetização não esperados ali (Senhor do Bonfim, Baixo Médio São Francisco, Chapada do Extremo Sul Piauiense) ou inversamente, com baixa alfabetização e melhor posicionamento relativo na medida-resumo (Vale do Ipojuca, Mata Seca Pernambucana e Gravatá). Simões Filho e Catú se encontram nesta mesma situação quando se considera a variável HABIT, existindo outras unidades em situação inversa à anterior (Planalto da Conquista, Alto Piauí e Canindé e Serra do Teixeira).

QUADRO 7
ORDENAMENTO DAS UNIDADES ESPACIAIS, SEGUNDO O
ÍNDICE E ALGUMAS VARIÁVEIS — 1980

Unidades Espaciais	Índice	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada	% Alfabetização	% Escolarrização	Educação Básica	Renda Média Pessoal	% Filas. mais de 1/4 Sal.	% Urbanização
Baixo Parnaíba Maranhense	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Pindaré	0	0	2	0	1	0	1	4	4	0
Alto Munim	0	0	0	0	0	1	1	0	2	1
Serião de Paulo Afonso	0	2	0	4	0	0	0	2	3	0
Baixo Parnaíba Piauiense	0	1	0	0	0	2	1	1	1	1
Alto Mearim e Grajaú	0	0	0	0	1	0	2	4	3	1
Itapecuru	0	0	2	0	0	1	2	0	2	2
Alto Itapecuru	0	0	0	0	3	1	4	1	5	1
Ibiapaba	0	0	1	1	0	0	0	2	1	2
Arapiraca	0	2	3	1	0	0	0	1	2	0
Ibiapaba Meridional	0	1	0	3	1	0	1	1	0	3
Mearim	0	3	2	0	1	1	2	3	4	2
Serra do Pereiro	0	1	1	4	1	0	0	2	1	1
Baixada Oriental Maranhense	0	0	1	0	4	3	3	0	2	0

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada	% Alfabetização	% Escolarização	Educação Básica	Renda Média Pessoal	% Filhas. mais de 1/4 Sal	% Urbanização
Chapadões do Alto Rio Grande	0	2	0	2	3	0	0	4	3	0
Sertão Sergipano do São Francisco	0	2	1	1	0	1	0	1	2	1
Gurupi	0	0	4	0	3	0	1	4	5	0
Sobral	0	1	1	2	2	0	0	0	1	3
Arcoverde	0	2	1	4	0	0	0	0	1	0
Litoral do Camocim e Acarau	0	1	2	1	2	0	0	3	1	4
Sertão de Canudos	1	4	0	6	3	0	0	3	3	0
Teresina	1	0	1	0	1	6	1	0	0	2
Médio Mearim	1	3	1	0	2	2	4	2	2	2
Baixo-Médio Acarau	1	0	1	2	1	2	1	0	2	2
Sertões de Canindé	1	1	2	2	3	1	1	0	0	1
Sertão dos Inhamuns	1	1	1	5	1	0	1	2	0	1
Chapada do Araripe	1	4	0	3	1	2	0	1	0	3
Araripina	1	2	0	4	1	1	1	2	2	2
Planalto de Conquista	1	3	3	6	0	0	0	3	4	1
Altos Piauí e Canindé	1	1	0	6	4	2	1	0	0	0
Campo Maior	1	1	1	1	2	4	2	0	0	2
Feira de Santana	1	1	0	5	3	2	0	3	4	0
Senhor do Bonfim	1	4	2	1	5	0	0	5	4	0
Baixo-Médio São Francisco	1	3	2	2	5	1	1	4	3	3
Serra de Caririasu	1	0	1	4	2	4	0	0	0	1
Sertões de Senador Pompeu	1	1	1	7	2	1	1	2	1	1
Agreste de Alagoinhas	1	3	2	5	1	1	1	4	4	1
Baixo Balsas	1	0	1	1	5	5	3	0	0	0
Sertões de Crateús	1	3	1	4	4	1	3	2	0	3
Chapadas do Extremo Sul Piauiense	1	0	0	1	6	6	3	3	1	0
Pastos Bons	2	1	1	1	5	4	5	1	1	3
Médio Gurguéia	2	0	0	1	4	6	2	0	0	3
Salgueiro	2	2	0	1	5	5	3	2	1	0
Serra do Teixeira	2	3	1	8	3	0	2	0	0	0
Sertão de Cajazeiras	2	3	1	6	2	1	4	1	0	1
Pastoril de Itapetinga	2	5	3	3	0	0	0	4	4	4
Sertão do Cariri	2	4	2	3	3	2	3	2	1	1
Baralha	2	3	2	3	1	2	2	1	1	2
Baixada Ocidental Maranhense	2	0	4	0	5	3	4	1	2	0
Chapada Diamantina Meridional	2	1	0	7	5	3	0	3	4	0
(*) Cascavel	2	0	3	2	3	2	3	3	4	8
Sertão do Rio Real	2	3	3	3	2	1	0	5	4	4
Floriano	2	1	0	2	5	5	4	1	0	3
Baixões Agrícolas Piauiense	2	3	0	6	3	3	2	0	0	2

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada	% Alfabetização	% Escolarização	Educação Básica	Renda Média Pessoal	% Fias. mais de 1/4 Sal	% Urbanização
Curimataui	2	1	4	5	0	0	2	2	1	3
Alto Parnaíba Piauiense	2	2	1	2	5	3	2	0	0	2
Uruburetama	2	2	3	1	4	4	2	2	2	2
Valença do Piauí	2	2	0	2	3	6	4	0	0	3
Sertão Alagoano	2	2	2	6	2	2	2	2	3	1
Chapadões do Rio Corrente	2	3	2	6	4	2	1	3	3	1
Serrinha	3	3	2	8	5	2	1	5	5	1
Serra Geral da Bahia	3	2	1	8	4	3	1	3	3	0
Chapadas do Sul Maranhense	3	2	3	0	7	2	4	5	3	4
Jequié	3	4	3	4	3	1	1	5	6	4
Mata Alagoana	3	5	4	2	0	1	2	4	5	3
Médio Jaguaribe	3	3	2	6	4	3	2	1	1	2
Litoral Norte Baiano	3	5	3	2	1	3	3	5	5	5
Sertões de Quixeramobim	3	3	3	3	3	3	3	1	1	1
Tabuleiros de Valença	3	6	2	2	2	2	2	6	8	4
Sertão do Salgado	3	2	3	5	4	3	3	3	2	3
Sertão do Moxotó	3	3	2	6	3	3	4	3	3	3
Litoral de São Bento do Norte	3	0	7	2	0	2	0	3	4	3
Sertão de Angicos	3	2	3	3	2	4	3	1	2	5
Piemonte da Diamantina	3	4	3	5	5	2	2	5	5	2
Serra Verde	3	0	5	3	0	4	3	3	3	5
Litoral Norte Alagoano	3	5	4	1	0	2	3	4	5	4
Seridó Paraibano	3	4	3	7	2	2	4	3	3	3
Litoral de Pacajus	3	1	4	3	4	3	3	1	3	4
Iguatu	3	4	2	4	4	4	4	5	4	5
(*) Aquiraz	3	1	5	1	2	3	5	3	6	8
Depressão do Alto Piranhas	3	4	2	5	4	3	5	2	0	3
Penedo	4	3	4	1	2	4	2	1	2	3
Fortaleza	4	1	4	1	5	5	5	3	5	6
Serra do Baturité	4	2	4	3	3	4	3	2	2	1
Agreste Meridional Pernambucano	4	4	4	7	0	4	2	1	3	2
Nossa Senhora das Dores	4	4	4	1	1	4	4	4	4	4
Agreste Potiguar	4	0	5	4	1	4	3	2	3	4
Interiorana do Extremo Sul da Bahia	4	4	5	3	3	0	3	6	6	5
Médio Parnaíba Piauiense	4	1	3	0	5	7	6	0	0	5
Brejo Paraibano	4	5	5	6	0	2	2	3	1	2
Chapada Diamantina Setentrional	4	4	2	7	7	3	3	8	7	3
Médio São Francisco	4	6	4	2	4	1	1	4	3	2
Borborema Potiguar	4	2	5	5	1	4	3	1	2	4
Cariri	4	5	3	3	4	5	4	3	1	4
Catolé do Rocha	4	4	3	7	3	3	5	2	2	4

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	%Água Potável	%Esgoto Adequado	%Habituação Adequada	% Alfabetização	%Escr- larização	Educação Básica	Renda Média Pessoal	%filias. mais de 1/4 Sal	% Urba- nização
Piemonte da Borborema	4	4	6	4	0	3	3	1	2	4
Encosta do Planalto de Conquista	4	6	5	4	2	1	1	5	5	5
Tabuleiros de São Miguel dos Campos	4	6	5	5	1	1	4	6	7	3
(*) Pedreiras	4	6	2	0	6	6	6	6	4	7
Cariris Velhos	4	2	4	6	4	5	5	0	1	2
Sertão Pernambucano do São Francisco	4	5	3	2	6	4	5	6	5	3
Baixo Jaguaribe	5	3	4	3	5	5	4	3	3	4
Açu e Apodi	5	3	3	3	5	6	5	4	3	4
Palmeira dos Índios	5	5	5	3	1	3	4	4	2	4
Agreste Setentrional Pernambucano	5	1	5	7	2	5	5	3	3	1
Serrana Norte-Riograndense	5	2	3	8	6	5	5	2	1	5
Litoral Sul Sergipano	5	5	4	2	3	5	5	5	6	4
Litoral Paraibano	5	5	6	1	2	4	5	4	4	5
Alto Pajéu	5	4	3	8	5	5	6	2	2	3
Imperatriz	5	5	6	0	6	3	5	8	7	5
Agreste de Lagarto	5	4	5	4	2	5	4	5	5	2
Agreste da Borborema	5	4	5	7	2	4	4	1	1	2
Agro-Pastoril do Baixo Paraíba	5	5	7	5	0	3	2	4	3	5
Cacaueira	5	6	5	6	5	1	3	7	7	5
Agreste de Itabaiana	5	5	4	4	4	6	5	5	6	4
Vale do Ipojuca	5	5	5	9	1	5	4	2	3	4
(*) Sobral	5	6	4	1	6	5	6	6	5	7
Mata Seca Pernambucana	5	5	6	6	1	4	5	4	6	5
(*) Timon	5	2	6	0	6	5	8	4	4	7
Mata Úmida Pernambucana	5	6	6	5	2	4	5	5	7	5
Litorânea do Extremo Sul da Bahia	5	6	6	5	4	2	4	8	7	0
(*) Itaberaba	6	6	4	8	6	6	5	6	6	6
(*) Caucaia	6	3	6	1	7	6	6	6	6	8
Propriá	6	6	5	2	5	6	6	5	6	5
(*) Santa Inês	6	5	6	0	6	5	6	8	8	8
Seridó	6	4	5	7	7	7	6	4	4	5
Salineira Norte-Riograndense	6	3	6	4	7	6	7	7	5	6
Recôncavo Baiano	6	6	5	4	6	6	6	7	6	5
(*) Paudalho	6	5	7	6	3	4	5	5	6	7
(*) Sousa	6	7	4	5	6	6	7	5	2	6
(*) Belo Jardim	6	8	7	9	3	3	4	4	4	6
Natal	6	5	7	4	7	7	6	5	5	5
Corredeiras do São Francisco	6	8	6	4	8	4	5	8	6	5
(*) Pesqueira	6	6	6	8	6	6	7	4	5	6
São Luís	6	4	7	0	8	8	7	5	4	5
(*) Senhor do Bonfim	6	7	6	6	7	6	6	8	7	6

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada	% Alfabetização	% Escolarização	Educação Básica	Renda Média Pessoal	% Filas, mais de 1/4 Sal.	% Urbanização
Macció	6	8	6	5	5	6	6	6	7	6
Salvador	6	6	6	2	8	7	7	8	9	6
(*) Salgueiro	6	7	5	3	7	7	7	7	5	7
(*) Brumado	6	5	5	9	7	8	8	8	7	6
(*) Maranguape	6	5	6	5	8	7	7	6	7	6
(*) Barreiras	6	8	6	5	8	6	7	8	7	7
(*) Gravata	7	7	7	8	3	5	6	5	5	7
(*) Ipiáu	7	8	7	7	6	5	6	8	8	7
(*) Santo Amaro	7	7	5	4	8	8	7	8	8	7
(*) Parnaíba	7	6	7	3	8	8	7	7	5	8
(*) Escada	7	6	8	7	6	6	6	5	8	6
Cotinguiba	7	7	8	5	4	6	6	6	6	6
(*) Arapiraca	7	6	9	8	4	5	5	6	6	6
(*) Jequié	7	8	6	7	7	5	6	8	8	7
(*) Crato	7	7	6	3	8	8	7	7	5	7
(*) Floriano	7	7	4	6	9	9	8	8	6	8
(*) Santo Antonio de Jesus	7	7	6	8	7	8	7	7	7	7
(*) Simões Filho	7	6	6	2	9	8	8	8	9	6
(*) Igarassu	7	6	7	3	7	8	8	7	8	7
(*) Palmares	7	8	8	7	5	6	6	6	8	7
(*) Ilhéus	7	8	7	7	8	6	7	9	9	6
(*) Timbaúba	7	7	8	8	6	7	7	6	7	6
(*) Catu	7	8	7	2	8	8	8	9	9	7
(*) Limoeiro	7	7	8	7	6	7	8	7	5	6
(*) Goiana	7	7	8	6	7	8	8	7	8	6
(*) Cajazeiras	7	8	7	9	7	7	8	6	4	7
(*) Candéias	8	6	7	7	8	8	8	9	9	8
(*) Cabo	8	7	8	5	7	7	8	7	8	8
(*) Juazeiro do Norte	8	8	8	8	6	7	7	6	6	9
(*) Mossoró	8	7	7	6	8	8	8	7	7	9
(*) Camaçari	8	8	7	5	9	7	9	9	9	9
(*) Itapetinga	8	9	7	7	7	7	6	8	6	8
(*) Carpina	8	7	9	9	6	7	7	7	7	8
(*) Estância	8	8	8	6	7	7	7	7	8	8
(*) Alagoinhas	8	7	7	8	9	9	8	9	8	8
(*) Santa Rita	8	7	9	7	6	8	7	6	7	8
(*) Petrolina	8	8	7	7	8	8	8	8	8	7
(*) Moreno	8	7	8	6	7	8	9	6	8	8
(*) Vitória da Conquista	8	8	8	9	8	7	7	9	8	8
(*) Penedo	8	9	8	4	7	7	8	7	6	7
(*) Vitória de Santo Antão	8	8	9	7	6	7	7	6	6	7

(Continua)

(Conclusão)

Unidades Espaciais	Índice	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada	% Alfabetização	% Escolarização	Educação Básica	Renda Média Pessoal	% Flus. mais de 1/4 Sal.	% Urbanização
(*) Guarabira	8	9	9	8	6	7	6	6	6	8
(*) Currais Novos	8	7	8	9	8	9	8	6	7	7
(*) São Lourenço da Mata	8	6	9	6	8	8	8	8	9	9
(*) Garanhuns	8	9	8	9	7	8	8	7	7	8
(*) Itabuna	8	9	8	9	9	7	8	9	9	9
(*) Bayeux	9	8	9	5	7	8	9	7	8	9
(*) Teresina	9	8	8	3	9	9	8	8	8	9
(*) Feira de Santana	9	8	7	9	9	9	8	9	9	8
(*) Paulo Afonso	9	9	8	9	9	9	8	9	8	9
(*) Caruaru	9	9	8	9	8	9	8	7	8	8
(*) Arcoverde	9	9	8	9	8	9	9	7	7	9
(*) Caicó	9	9	9	9	8	8	9	7	7	8
(*) Patos	9	9	9	8	8	8	9	8	6	9
(*) Campina Grande	9	9	8	9	9	9	9	8	8	9
(*) Fortaleza	9	8	9	8	9	9	9	9	9	9
(*) Jaboatão	9	7	9	9	9	9	9	9	9	9
(*) Maceió	9	9	9	8	9	9	9	9	9	9
(*) São Luís	9	9	9	4	9	9	9	9	9	6
(*) João Pessoa	9	9	9	8	9	9	9	9	9	9
(*) Olinda	9	9	9	8	9	9	9	9	9	9
(*) Recife	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
(*) Paulista	9	9	9	8	9	9	9	9	9	6
(*) Natal	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
(*) Aracaju	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
(*) Salvador	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9

(*) Municípios urbanos.

Em resumo, o Índice produz um ordenamento resultante da medição multidimensional da qualidade de vida em cada observação e, na medida em que o enfoque de interesse for mais global, se deveria considerar tais resultados mais confiáveis do que cada variável separadamente. Ao contrário, se o interesse for mais setorial ou específico, deverá considerar-se a variável ou variáveis pertinentes separadamente.

4.2 Ordenamento: espaços geográficos

A escolha do nível de agregação pode afetar as distribuições das observações em torno a estas medidas multidimensionais, conforme sugerido anteriormente. Con- vêm indagar aqui quão distante se situa o ordenamento recentemente proposto daquele que teria resultado ao se considerar cada microrregião integralmente, ou seja, incluindo os Municípios Urbanos que eventualmente dela participassem.

Para tanto, cabe considerar a correlação entre os ordenamentos dos conjuntos MICRO e Micros Rurais — definidas em MISTO —, que surgem dos dois primeiros componentes principais obtidos a partir das mesmas seis variáveis (ver QUADRO 8). Da mesma forma, pode-se considerar se a incorporação de uma variável monetária — mais de 1/4 Salário Familiar per capita (SALFAM) — modifica ou não a relação de tais ordenamentos.

No quadro seguinte apresentam-se tais coeficientes de correlação entre ordenamentos de diferentes níveis de agregação, produzidos pelo Índice proposto e por outro que incorpora a variável SALFAM.¹⁶

QUADRO 8
CORRELAÇÃO ENTRE OS ORDENAMENTOS (SPEARMAN) DE
MICRO E MICROS RURAIS

	1.	2.	3.	4.
1. Micros Rurais (*)	x	.82	.91	.70
2. MICRO (*)		x	.71	.97
3. Micros Rurais			x	<u>.75</u>
4. MICRO				x

(*) Índice com SALFAM

Em primeiro lugar observa-se que a localização relativa das microrregiões do Nordeste em um ordenamento de seus níveis de vida muda notavelmente quando, no processo de agregação dos dados, leva-se em consideração a urbanização. Em segundo lugar, a incorporação de SALFAM produz ordenamentos um pouco mais congruentes (.82) do que quando esta não está incluída (.75), ainda que tal diferença não possa ser considerada significativa, ou seja, a inclusão de tal variável não afetaria, em termos gerais, os resultados aqui apresentados.

Finalmente, convém ressaltar que o Índice distribui as observações definidas em MISTO de forma tal que em geral os Municípios Urbanos aparecem nos mais altos valores do mesmo. Assim, nos níveis superiores do Índice (III e IV) apenas se encontram quatro áreas qualificadas como predominantemente rurais. Por outra parte, das 56 observações localizadas abaixo do valor 25 no Índice, nenhuma é Município Urbano. No entanto, pode-se observar um intervalo de maior superposição no nível II, no qual se encontram 10 dos 76 Municípios Urbanos, juntamente com um conglomerado de Micros Rurais.

Em resumo, além de um ordenamento geral de tendência urbana, o Índice proporciona alguma discriminação no interior dos subconjuntos de observações com-

¹⁶ Para maior detalhamento da construção e do comportamento comparativo desta segunda medida, bem como a definição da variável SALFAM, ver Anexo 3.

preendidas em MISTO, permitindo uma idéia mais clara acerca das heterogeneidades internas do Nordeste.

Parece que isto possui alguma importância como primeiro passo no processo de detectar as áreas mais necessitadas e, sobretudo, no desenvolvimento de uma idéia mais concreta acerca das necessidades relativas desigualmente distribuídas nesta região. Igualmente, poderia ajudar na fundamentação dos critérios de destinação de recursos ou de orientação do gasto público, tendentes a implementar programas na área social ou econômica.

4.3 O Índice e as Carências

O comportamento das diferentes variáveis em cada nível do Índice pode ser observado no QUADRO 3 do Anexo A. No entanto, estas medições são relativas (porcentagens) e não permitem, por si só, ter uma idéia da dimensão dos problemas sociais implicados. Com tal fim, elaborou-se o QUADRO 1 do Anexo C. Nele se apresenta um dimensionamento com números absolutos das necessidades insatisfeitas no Nordeste. Tais carências foram agrupadas segundo níveis do Índice e de acordo com diferentes tipos de observação ou áreas geográficas.

Da leitura depreende-se que a maior massa de carências sociais, no caso do Nordeste, continua sendo fundamentalmente de tipo rural. No entanto, surge também com evidência a forte presença de carências sociais nas áreas mais urbanizadas, matizando desta forma a concepção de política social mais adequada e necessária para o Nordeste.

V. DESIGUALDADES SOCIAIS

Como foi indicado no início, alguns estudos tentaram mostrar a existência de um decréscimo das disparidades inter-setoriais (urbano-rural) e um aumento das desigualdades no interior do setor rural durante a década de 70. Não é do alcance do presente trabalho discutir tal hipótese e muito menos as diferentes explicações propostas.

Aqui se limitará à apresentação de alguns dados que permitam ilustrar o estado da desigualdade intra-regional no Nordeste em 1980. A mesma pode ser abordada através de seus componentes principais: a desigualdade inter-setorial (urbano-rural) e a desigualdade intra-setorial (urbana e rural). Em primeiro lugar, será rapidamente apresentada a distribuição de alguns indicadores sociais ao longo destes eixos conceituais e, a seguir, uma estimativa um pouco mais precisa dos níveis de desigualdade existentes.

Para tal fim, os 70 Municípios Urbanos que integram o universo MISTO foram subdivididos em dois grupos — ver nota 17 ao pé de página —, definindo-se desta forma três tipos de aglomerados.

5.1. Alguns indicadores

A análise da situação global do Nordeste através de um conjunto de indicadores sociais (QUADRO 9) permite constatar que a mesma se caracteriza pela existência de fortes desigualdades na distribuição das condições de vida.¹⁷

Uma leitura inter-setorial (urbano-rural) dos indicadores sociais mostra que a qualidade de vida é bem melhor nas áreas urbanas que nas rurais, seja qual for o tipo de aglomerado que se considerar. Nota-se, em geral, uma situação de acentuada desigualdade entre estes espaços. As variáveis que sugerem esta situação com maior força são aquelas que se referem à habitação e saneamento devido, possivelmente, ao tipo de medição que elas implicam.¹⁸

As maiores diferenças aparecem quando se comparam os valores alcançados nas áreas urbanas dos Municípios Urbanos Grandes com aqueles das áreas rurais das Micros. Entre as variáveis educacionais, aquela que melhor exemplifica estas distâncias é a de ANOS ESTUDO (Municípios Urbanos Grandes = 4,6 anos, Micros = 0,8 anos), situação que estaria refletindo os processos migratórios ocorridos na última década afetando setores populacionais de maior educação e esvaziando o setor rural de níveis educativos mínimos adequados, fator que poderia auxiliar na explicação da tendência à improdutividade em algumas áreas do setor rural. Neste sentido, alguns trabalhos vem indicando que o aumento da desigualdade na produtividade do setor rural se deve em parte ao aumento na desigualdade da aprendizagem (Denslow, 1983).¹⁹

Quando se realiza uma leitura das variáveis na perspectiva de seu comportamento em cada tipo de aglomerado, constata-se que na maioria deles as diferenças

¹⁷ Definição de cada uma das categorias do Quadro 9:

Linhas:

1. Municípios Urbanos Grandes:

Urbanização \geq 55% e População \geq 100.000 habitantes;

2. Municípios Urbanos:

Urbanização $>$ 55%, População $<$ 100.000 habitantes e População Urbana \geq 25.000 habitantes;

3. Micro Rurais: Municípios restantes.

A definição de cada uma destas categorias não coincide com uma definição exata de cidades grandes, médias e pequenas, mas significa uma aproximação das mesmas.

Colunas: "urbano" e "rural" segundo definição do IBGE.

Em consequência, os níveis mais avançados de "urbanização" se encontrariam no cruzamento entre os Municípios Urbanos Grandes e "urbano" e, por outra parte, os mais rurais em Micros com "rural". A distribuição da população e dos domicílios pode ser encontrada no Quadro 4 do Anexo C.

¹⁸ Usando este tipo de variáveis, mas com diferente definição operacional, diversos trabalhos já apresentaram esta situação para o país e particularmente para o Nordeste (ver Knight, 1979; Thomas, 1982). Apesar de todos os estudos indicarem a existência desta desigualdade, o dimensionamento do problema varia de acordo com a definição operacional das variáveis. Assim, por exemplo, para AGUA na área rural do Nordeste tem-se apresentado valores de 2,6% (Knight, 1969), 37% (Leite, 1982) e de 5,7% em nossa definição (ver Quadro 2, Anexo C).

¹⁹ A explicação deste fenômeno não deveria recorrer necessariamente à adoção da "teoria do capital humano" como a única capaz de interpretá-la.

QUADRO 9
INDICADORES SOCIAIS POR TIPOS DE AGLOMERADO — 1980

Agglomerado	EDUCAÇÃO						OPORTUNIDADE DE SERVIÇOS								
	ALFABETIZAÇÃO		ESCOLARIZAÇÃO		19 Grau		Educação		ANOS DE ESTUDO		Médicos		Professores		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Municípios Urbanos Grandes (N = 28)	78,2	53,4	76,1	78,9	50,9	75,9	13,1	29,2	4,6	2,4	4,5	13,8	6,1	39,9	28,7
Municípios Urbanos (N = 48)	63,2	37,4	56,5	66,6	38,1	58,5	6,4	21,6	2,9	1,1	2,5	2,5	1,4	18,1	21,8
Microrregiões (Rurais) (N = 126)	59,8	35,5	43,4	63,9	27,9	39,0	2,7	11,7	2,5	0,8	1,4	1,0	0,9	7,8	17,1
TOTAL	69,5	36,5	54,0	71,0	29,4	49,6	6,1	17,5	3,6	0,9	2,3	4,7	2,4	17,2	20,4

Agglomerado	HABITAÇÃO E SANEAMENTO						BENS DURÁVEIS						ÍNDICE (X)			
	ÁGUA ADEQUADA		ESGOTO ADEQUADO		HABITAÇÃO ADEQUADA		GELADEIRA		TELEVISÃO		Total					
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano		Rural				
Municípios Urbanos Grandes (N = 28)	58,4	24,2	55,3	87,1	48,4	83,6	88,9	66,7	86,9	58,7	25,2	55,6	67,9	28,5	64,3	74,5
Municípios Urbanos (N = 48)	49,1	6,1	37,8	75,7	23,8	61,9	81,8	60,9	76,3	34,7	7,0	27,4	43,8	8,8	34,5	58,0
Microrregiões (Rurais) (N = 126)	37,8	4,6	15,4	65,3	14,8	31,2	80,0	53,6	62,2	26,9	3,3	10,9	29,2	3,7	12,0	28,0
TOTAL	49,0	5,7	28,1	77,0	16,9	48,0	84,5	54,6	70,0	43,1	4,6	24,5	49,5	5,2	28,1	41,4

(1) Por 10.000 habitantes

(2) Por 1.000 habitantes

entre os Municípios Urbanos e os valores alcançados nos Urbanos Grandes não apresentam, em relação às distâncias entre os primeiros e as Micros, uma tendência sistemática. Assim, por exemplo, nas variáveis educacionais que têm um forte conteúdo de efeito retardado e que implica medições de processos ocorridos há muito tempo nas bases de população (alfabetização, 1º grau completo e anos de estudo), os valores para os Municípios Urbanos encontram-se mais próximos aos dos Micros Rurais do que aos valores dos Municípios Urbanos Grandes. Por outra parte, as variáveis mais “atuais” (escolarização e educação básica) estariam indicando uma situação inversa. Em relação aos Municípios Urbanos e Urbanos Grandes, existe por detrás disso uma aproximação em seus valores por conta das conseqüências de políticas sociais que os estariam aproximando, enquanto que em relação às variáveis educacionais (de efeito retardado) a diferença entre os Municípios Urbanos e as Micro Rurais seria menor devido aos efeitos migratórios rural-urbano naqueles municípios.

Nas variáveis que se referem à habitação e saneamento os Municípios Urbanos tendem a alcançar valores intermediários entre os Urbanos Grandes e as Micros. Aqueles indicadores mais diretamente ligados ao conceito de “status” sócio-econômico (bens duráveis) sugeriria que, em seu padrão de vida, as populações dos Municípios Urbanos estariam mais próximas às áreas rurais do que dos Municípios Urbanos Grandes.

Realizando uma análise comparativa entre os padrões de vida das populações urbanas dos diferentes tipos de aglomerado, verifica-se que as cidades de porte médio possuem indicadores sociais mais próximos dos valores alcançados nas cidades pequenas do que nas grandes. Isto se nota especialmente nas variáveis educacionais do que nas demais (habitação e saneamento e bens duráveis).

Assim, por exemplo, os níveis de alfabetização e escolarização das áreas urbanas dos Municípios Urbanos Grandes chega, em ambos os casos, a atingir até 80%, enquanto que nas mesmas áreas dos outros dois aglomerados os valores convergem em torno dos 60%.

5.2 Variáveis intra-regionais

Uma medida bastante utilizada de desigualdades relativas entre determinadas observações é o CV. Este coeficiente tem sido proposto como uma das medidas de desigualdade mais apropriadas para a maioria das variáveis aqui consideradas (Allison, 1978). Convém ter em conta que pequenas diferenças entre valores destas medidas em geral não devem ser interpretadas como indicações de desigualdades significativas. No QUADRO 10 são apresentados os CV de um conjunto bastante amplo de indicadores sociais. Também são apresentados os níveis de desigualdade verificados para o Índice proposto anteriormente. Os coeficientes foram calculados para o total das observações definidas em MISTO, bem como para cada um dos subconjuntos nele existentes (Municípios Urbanos e Micros Rurais). Por outra parte,

os CV estão calculados para os setores urbano e rural de cada observação de MISTO (= 202).²⁰

Em termos gerais, pode-se observar que as maiores fontes de desigualdade no Nordeste no ano de 1980, continuavam sendo as diferenças inter-setoriais. Em todos os indicadores sociais, excetuando HABIT, os CV para o total são mais elevados do que em qualquer outro agrupamento alternativo. Quando em MISTO se analisam os Municípios Urbanos e as Micro Rurais separadamente, todos os CV tendem a diminuir notavelmente. Esta tendência é especialmente relevante nas variáveis de educação e serviços. O Índice reflete, de forma sintética e mais estável, o sentido das desigualdades sociais indicadas: as maiores se verificam no eixo inter-setorial urbano-rural.

Por outra parte, observa-se que as desigualdades existentes no interior de cada setor (urbano e rural) em sua tendência comparativa não se mantêm ao longo de toda a gama de variáveis consideradas. Em geral, o comportamento dos coeficientes das variáveis educativas em Municípios Urbanos e Micros Rurais não alcança diferenças significativas quando comparados. No entanto, quando ALFA e ESCOL são comparadas à luz do eixo "urbano-rural", como definido pelo IBGE, desigualdades no setor rural parecem ser marcadamente maiores do que no urbano.²¹ Assim, a magnitude de variação de ALFA no setor rural (.27) é mais que o dobro daquela no setor urbano (.13). Tal diferença alcança valores ainda mais elevados no caso de escolarização (.13 e .42).

Ainda que com caráter muito provisório, pode ser assinalada uma observação no sentido de que as variáveis educacionais que expressam efeitos retardados ("stock") apresentam maior desigualdade no setor urbano, enquanto que as mais "atuais" o fazem no setor rural, tendência esta que reflete os efeitos dos processos migratórios ocorridos no Nordeste na última década.

Nos indicadores mais diretamente vinculados às condições físicas de vida ou níveis de consumo, percebe-se claramente uma maior tendência à desigualdade dentro do setor rural quando comparado com o urbano. Por exemplo, há casos extremos como os das variáveis AGUA E ESGO, em que as variabilidades rurais (1.76 e .92) são mais de quatro vezes superiores às urbanas (.40 e .22). Convém insistir novamente em que o caráter de tais indicadores implica um viés na medição, na medida em que alguns deles possuem significado e tendência claramente urbanos. Da mesma forma, pode-se observar que dentro mesmo do setor urbano

²⁰ Já que algumas das variáveis são de caráter dicotômico, os cálculos apresentados são sem ponderações. Neste caso, cada unidade, ainda que agregada, é considerada como se fosse uma observação. Tal fato aumenta ainda mais a reserva com que os resultados devem ser considerados. No entanto, no item 5 do Anexo Metodológico A apresenta-se uma análise das desigualdades em educação e renda através de medições ponderadas pelas bases de população, o que confere maior grau de segurança aos resultados.

²¹ Deve-se indicar que a tendência ao aparecimento de valores extremos dos CV na área "rural" pode ter sua causa em alguns valores extremos produzidos pelas populações rurais, como definidas pelo IBGE, e em municípios particularmente "urbanos", como definidos no presente trabalho.

QUADRO 10
COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS
POR TIPOS DE AGLOMERADO — 1980

Aglomerados	EDUCAÇÃO			OFERTA DE SERVIÇOS				HABITAÇÃO E SANEAMENTO			BENS DURÁVEIS		ÍNDICE	
	alfabet.	escolariz.	1º grau completo	Educação básica	médicos	dentistas	enfermeiras	profes.	água adequada	esgoto adequado	habitação adequada	geladeira		televisão
Municípios Urbanos (N = 76)	.17	.19	.42	.22	1.05	1.06	.54	.33	.35	.24	.18	.40	.37	.23
Micros (Rurais) (N = 202)	.14	.22	.39	.27	.75	.78	.47	.32	.54	.45	.28	.49	.62	.34
TOTAL	.23	.30	.72	.43	1.52	1.23	.80	.35	.68	.51	.26	.74	.79	.51
Urbano	.13	.13	—	—	—	—	—	—	.40	.22	.16	.37	.47	—
Rural	.27	.42	—	—	—	—	—	—	1.76	.92	.36	1.48	1.47	—

a maioria deles mostra uma maior desigualdade do que nas variáveis educacionais para o mesmo setor.

Em resumo, a análise destes indicadores confirmaria a idéia de que as desigualdades dentro do setor rural do Nordeste tendem a ser maiores que as que se verificam no setor urbano. A força das evidências muda, no entanto, segundo o tipo de indicadores observados, chegando em alguns casos a questionar sua validade. Por outra parte, as desigualdades sociais mais pronunciadas surgem quando as dimensões urbano-rurais são contempladas conjuntamente.

O primeiro fato anteriormente constatado poderia confirmar o diagnóstico realizado em alguns trabalhos acerca dos processos de diferenciação acentuada no setor agrícola. A permanência de uma agricultura altamente improdutiva, com acentuado atraso tecnológico e pressão populacional em estabelecimentos pequenos e de subsistência, juntamente com o desenvolvimento de algumas áreas do setor primário, mesmo que limitadas no caso do Nordeste, com capacidade de incorporação tecnológica, aumento da produtividade com desempenho e proletarização agrícola, bem como desenvolvimento da atividade pecuária, seriam os fatores ligados à explicação desta situação (Leite, 1983; Furtado, 1981; Melo, 1981).

A segunda constatação, ou seja, as distâncias urbano-rurais, não faz mais do que refletir os efeitos dos processos de industrialização, ainda que dependentes e atrasados (Ferreira, 1983; Furtado, 1981), e de migrações, aqueles acompanhados, no caso do Nordeste, por um setor primário que em geral não atingiu níveis de desenvolvimento e distribuição similares aos do setor secundário.

VI. COMENTÁRIOS FINAIS

Baseados em alguns dados disponíveis do Censo Demográfico, tentou-se aprofundar um pouco mais o conhecimento das desigualdades internas do Nordeste em relação à distribuição dos níveis de vida da população. Com tal finalidade, foi experimentada uma medição multidimensional do bem-estar com alguns indicadores agregados por unidades espaciais, reiteradamente reconhecidos como adequados para tal fim. Decidiu-se, igualmente, trabalhar a um nível de agregação muito similar ao microrregional, diferindo deste na medida em que os Municípios Urbanos foram tratados como sendo unidades de análise separadas, controlando assim uma grande parte da heterogeneidade urbano-rural.

Os resultados mostraram que em geral este tipo de medição produz uma melhor localização das áreas urbanas em relação às rurais, ao mesmo tempo que é possível detectar um ordenamento interno em cada um destes setores. Além do mais, ficou demonstrado que a medição assim proposta possui algum grau de divergência com a distribuição que emerge quando se considera apenas variáveis tradicionais, tais como a renda pessoal ou a renda familiar *per capita*.

Baseados nesta medição, pôde-se dimensionar aproximadamente as carências existentes nos espaços classificados de acordo com seu nível de bem-estar. Aí mes-

mo se detectou que em geral o grande volume de carências do Nordeste se situa todavia na área rural ainda que, por outro lado, na área urbana coexistam níveis médios de bem-estar com carências extremas.

A análise realizada a partir da perspectiva da desigualdade inter-setorial confirmou a idéia de que a principal fonte de desigualdade social no Nordeste continua sendo o eixo urbano-rural. Por outra parte, a maioria dos indicadores trabalhados insinuaram que é maior a desigualdade existente nas áreas rurais do que entre as cidades da região. No entanto, emergiam algumas reservas acerca da amplitude de tal hipótese. Pareceria mais coerente afirmar que complexos processos subjacentes — tais como as transformações na agricultura, a urbanização e os movimentos migratórios — podem incidir de diferentes formas nas concomitâncias sistemáticas das diversas dimensões do bem-estar consideradas através da medição. Alguns deste desajustes se apresentaram com mais força que outros.

Como foi dito no início, a construção de um ordenamento das unidades espaciais do Nordeste tem por finalidade chamar a atenção para a estrutura heterogênea da Região e, portanto, servir como um possível marco de referência empírico nos processos de decisão para a alocação de recursos. Tanto a determinação da posição relativa quanto o nível absoluto de carências pode ser incorporado como um elemento a mais, além de outros diferentes e muito complexos, que ajudem a fundamentar decisões tendentes a solucionar os problemas sociais nas áreas mais carentes.

Finalmente, é preciso ter presente que os acontecimentos econômicos e sociais dos últimos anos, verificados em um marco geral de crise, podem ter agravado ainda mais o quadro dos problemas sociais aqui apresentados.

ANEXO A

ANEXO A — METODOLOGIA

1. A ANÁLISE

A técnica utilizada para a construção do Índice foi a análise dos componentes principais. Esta técnica permite extrair sucessivas combinações lineares de um conjunto de variáveis que explicam a maior quantidade possível da variação total deste mesmo conjunto. Estas combinações lineares podem ser extraídas ou da matriz de correlação das variáveis originais, o que pressupõe padronização das mesmas, ou da matriz de co-variância. Esta última foi a estratégia utilizada no presente trabalho. A mesma supõe que as variáveis estejam expressas em unidades comparáveis ou que se tenha efetuado um reescalamento das variáveis originais para permitir sua utilização na análise, caminho este ora escolhido (sobre isto, ver item 3 deste Anexo). A vantagem desta estratégia é que permite uma leitura e uma interpretação mais direta dos resultados da análise dos componentes principais, enquanto que a padronização não o permite.

Este método produz sucessivos componentes ortogonais entre si. Dado que o interesse é o de obter uma medida que pudesse resumir as seis variáveis sob medição, optou-se apenas pelo primeiro componente principal sem rotação. Normalmente este pode ser interpretado como um fator geral subjacente às variações concomitantes do conjunto de variáveis. Portanto, não foi realizado nenhum tipo de rotação com a finalidade de estabelecer a estrutura fatorial das variáveis.

No presente caso, a proporção de variabilidade explicada sucessivamente por cada fator extraído, inferida dos "eigenvalues", é a seguinte:

	"Eigenvalues"	Proporção
Fator 1	.251277	.78
Fator 2	.034782	.11
Fator 3	.018249	.06
Fator 4	.011412	.04
Fator 5	.004136	.01
Fator 6	.002436	.01

Como se pode inferir da leitura dos valores acima, o primeiro fator constitui um bom substituto do conjunto de variáveis originais consideradas.

2. O ÍNDICE

As ponderações com que as variáveis concorrem para definir o fator estão determinadas pela distribuição dos mesmos dados, de forma a cumprir o critério de explicação da máxima variabilidade possível. Elas são inferidas da força da relação de cada variável com o fator ("factor loading"), cujos valores encontram-se a seguir:

Variáveis	"Factor loading"	Ponderações
EDUC	.94794	.14
ESGO	.92922	.26
ESCOL	.92018	.18
AGUA	.91743	.19
ALFA	.88280	.12
HABIT	.62145	.11
		<u>1.00</u>

O método, portanto, não estabelece ponderações de forma arbitrária, como seria no caso de utilizar um somatório com ponderações pré-fixadas ou sem ponderações, mas se submete ao critério anteriormente referido.

As ponderações e os valores de cada variável combinam-se em uma equação linear do tipo $Y = a + B_1 X_1 + B_2 X_2 + B_3 X_3 + \dots + B_n X_n$, para definir o valor do Índice em cada observação.

Para maior simplicidade na leitura dos resultados, as ponderações foram padronizadas a 1 (um), ou seja, a soma das ponderações de cada variável é igual a 1 (um). Para permitir uma interpretação mais direta das posições relativas de cada área geográfica no Índice, este varia de 0 (zero) a 100 (cem) (ver QUADRO 1). De acordo com as ponderações apresentadas, o Índice estaria definido de forma relativamente equilibrada pelas variáveis educativas e pelas variáveis mais vinculadas à saúde. A soma das ponderações das primeiras situa-se ao redor de 45%, bastante similar à de "água" e "esgoto", deixando o restante para "habitação". Estas observações são importantes para se ter uma idéia mais precisa do conteúdo e do significado do Índice proposto.

3. AS VARIÁVEIS

O peso que cada variável possui sobre a definição do fator está afetado por sua variabilidade, ou seja, quanto maior a variação da variável, maior a probabilidade de que o fator definido tenha uma forte relação com aquela dentro do espaço multidimensional.

Como se depreende da leitura do QUADRO 2, algumas das seis variáveis consideradas para a construção do Índice apresentam problemas para serem consideradas diretamente. Assim, por exemplo, EDUC possui uma ordem de variação um pouco

QUADRO I
ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA E SUAS VARIÁVEIS
TRANSFORMADAS,
SEGUNDO UNIDADES ESPACIAIS — 1980

Unidades Espaciais	Índice	Alfabe- tização	Educação Básica	% Escola- rização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habita- ção Ade- quada
Baixo Parnaíba Maranhense	9.63	16.21	11.07	16.78	4.09	1.26	18.17
Pindaré	10.46	18.47	16.45	4.68	6.04	13.97	2.16
Alto Munim	10.62	16.35	14.20	19.72	2.65	5.67	10.01
Sertão de Paulo Afonso	11.16	2.39	0.00	3.15	15.17	2.96	62.81
Baixo Parnaíba Piauiense	12.16	12.86	13.98	22.92	9.36	0.12	25.01
Alto Mearim e Grajaú	12.26	18.72	20.55	13.27	6.27	8.28	12.30
Itapecuru	14.03	16.51	20.87	21.17	8.47	12.92	2.44
Alto Itapecuru	14.81	25.63	26.27	21.15	3.92	4.85	19.79
Ibiapaba	15.48	14.09	9.93	13.58	8.95	11.57	48.94
Arapiraca	15.73	0.00	7.88	2.05	15.29	25.79	44.07
Ibiapaba Meridional	15.85	20.56	13.56	5.77	12.69	6.18	59.76
Mearim	16.40	20.97	21.47	14.72	17.69	16.01	5.73
Serra do Pereiro	16.47	17.89	11.14	7.11	9.30	9.91	66.68
Baixada Oriental Maranhense	16.51	31.86	21.81	29.42	-0.00	10.98	12.45
Chapadões do Alto Rio Grande	16.55	28.30	7.85	13.01	13.12	6.28	51.67
Sertão Sergipano do São Francisco	16.89	14.43	13.36	17.69	14.07	12.00	40.16
Gurupi	17.05	26.64	14.16	12.44	1.32	35.71	0.00
Sobral	17.30	23.65	12.46	11.91	12.16	8.82	55.41
Arcoverde	17.30	6.47	12.34	13.96	13.55	10.86	65.47
Litoral do Camocim e Acarau	17.55	22.75	11.07	13.16	10.43	17.47	40.53
Sertão de Canudos	18.25	27.10	8.27	0.00	19.78	7.21	76.47
Teresina	18.27	21.22	16.98	44.08	8.41	8.47	14.18
Médio Mearim	18.35	22.17	26.89	24.02	17.90	9.15	16.07
Baixo-Médio Acarau	18.58	18.90	15.08	24.32	5.54	11.39	53.96
Sertões de Canindé	19.01	25.81	13.72	14.53	11.11	12.95	54.65
Sertão dos Inhamuns	19.07	19.76	17.37	12.21	11.72	8.28	71.70
Chapada do Araripe	19.40	18.96	9.01	22.50	19.82	5.39	62.10
Araripina	19.56	20.02	17.72	18.63	12.79	7.81	63.84
Planalto de Conquista	19.57	16.40	5.68	1.55	17.67	20.48	73.65
Altos Piauí e Canindé	20.13	32.07	13.75	22.84	10.00	-0.00	77.35
Campo Maior	20.84	22.12	18.13	35.68	11.66	9.87	41.00
Feira de Santana	21.09	28.60	10.02	22.84	11.60	8.19	72.66
Senhor do Bonfim	21.54	34.64	12.17	11.73	22.59	15.92	47.34
Baixo-Médio São Francisco	21.56	32.95	13.62	14.61	18.27	15.49	51.37
Serra de Caririassu	21.82	22.38	13.30	36.78	7.99	8.43	64.52
Sertões de Senador Pompeu	21.90	25.27	17.07	19.90	9.27	10.40	78.46
Agreste de Alagoinhas	22.40	17.92	13.46	17.53	18.32	17.01	68.37
Baixo Balsas	22.43	38.08	23.95	43.64	1.89	8.44	36.87
Sertões de Crateús	22.71	32.36	22.51	17.50	17.02	9.62	62.64

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Alfabetização	Educação Básica	% Escolarização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
Chapadas do Extremo Sul Piauiense	22.76	45.12	22.65	48.14	5.15	2.13	35.41
Pastos Bons	22.90	33.68	30.82	35.51	10.03	9.44	34.11
Médio Gurgueia	22.97	31.82	19.11	49.02	7.65	3.75	47.87
Salgueiro	23.28	33.43	23.25	41.24	13.50	3.70	46.24
Serra do Teixeira	23.35	28.64	19.95	12.72	17.02	9.04	86.07
Sertão de Cajazeiras	23.38	23.07	26.91	17.38	18.09	8.84	74.19
Pastoril de Itapetinga	23.70	12.92	11.02	14.51	27.62	25.08	58.51
Sertão do Cariri	23.79	27.27	21.56	22.21	19.61	14.03	56.66
Batalha	24.00	19.24	18.42	23.81	18.56	19.36	58.42
Baixada Ocidental Maranhense	24.12	35.42	25.47	30.38	5.98	35.08	4.03
Chapada Diamantina Meridional	24.26	38.13	10.53	30.33	10.97	6.25	83.82
(*) Cascavel	24.26	28.39	23.01	24.45	6.81	24.42	51.53
Sertão do Rio Real	24.53	24.39	11.64	19.37	19.21	25.09	58.89
Floriano	24.69	34.46	24.75	42.72	9.81	6.38	53.79
Baixões Agrícolas Piauiense	24.72	26.96	19.93	29.40	19.34	6.40	74.98
Curimataú	24.81	11.49	18.99	11.34	9.96	35.25	72.04
Alto Parnaíba Piauiense	24.82	37.39	21.16	31.48	16.43	10.98	52.47
Uruburetama	25.03	30.79	21.08	31.97	15.56	21.43	37.44
Valença do Piauí	25.26	26.27	26.34	47.12	14.10	6.10	52.22
Sertão Alagoano	25.50	23.30	20.48	26.73	16.03	14.31	76.92
Chapadões do Rio Corrente	26.33	29.24	16.06	22.64	18.21	18.16	77.43
Serrinha	29.96	36.38	16.61	22.76	17.12	13.10	88.38
Serra Geral da Bahia	26.99	30.80	15.74	28.72	16.83	12.37	88.52
Chapadas do Sul Maranhense	27.04	45.72	28.13	27.27	16.11	24.22	29.69
Jequié	27.09	26.58	15.57	19.42	21.86	26.62	66.60
Mata Alagoana	27.80	9.00	21.43	18.33	28.44	34.86	56.00
Médio Jaguaribe	27.89	30.69	20.25	31.48	17.49	15.96	76.46
Litoral Norte Baiano	28.15	21.67	22.04	28.48	28.06	24.91	51.42
Sertões de Quixeramobim	28.16	27.81	24.73	30.68	17.46	22.84	60.95
Tabuleiros de Valença	28.49	25.32	20.01	26.06	36.72	19.76	54.38
Sertão do Salgado	28.73	29.07	24.44	30.08	16.57	21.04	72.22
Sertão do Moxotó	28.95	26.11	29.04	27.32	17.61	20.33	76.20
Litoral de São Bento do Norte	29.02	10.39	12.87	22.27	8.05	57.58	51.52
Sertão de Angicos	29.08	23.18	22.72	35.97	14.18	27.87	62.38
Piemonte da Diamantina	29.10	36.11	18.54	27.05	21.07	22.86	68.08
Serra Verde	29.24	15.89	22.66	37.28	3.42	40.82	57.77
Litoral Norte Alagoano	29.62	14.47	23.43	23.26	32.42	37.57	42.01
Seridó Paraibano	30.12	25.57	26.28	25.54	19.90	24.26	80.91
Litoral de Pacajus	30.15	32.47	23.48	31.68	10.72	33.42	60.43
Iguatu	30.19	31.77	26.39	38.73	23.35	17.10	63.09
(*) Aquiraz	30.31	25.51	36.59	28.37	9.68	38.38	47.82

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Alfabe- tização	Educação Básica	% Escolari- zação	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
Depressão do Alto Piranhas	30.39	30.48	33.02	29.52	21.93	18.81	71.58
Penedo	30.45	22.01	21.38	36.22	18.92	36.54	48.39
Fortaleza	30.97	34.34	31.84	39.60	8.95	31.01	50.32
Serra do Baturité	31.08	26.38	23.99	34.52	14.58	36.33	56.86
Agreste Meridional Pernambucano	31.13	16.13	20.00	32.41	20.59	31.64	79.01
Nossa Senhora das Dores	31.15	19.60	25.10	33.38	24.29	36.96	46.97
Agreste Potiguar	31.33	18.03	23.37	34.71	3.48	45.04	67.94
Interiorana do Extremo Sul da Bahia	31.35	25.87	22.45	11.87	25.33	45.02	60.12
Médio Parnaíba Piauiense	32.07	34.27	39.12	60.17	9.34	23.66	33.40
Brejo Paraibano	31.13	14.37	20.25	25.57	25.50	37.76	78.04
Chapada Diamantina Setentrional	32.13	48.54	21.91	30.33	20.38	20.26	79.69
Médio São Francisco	32.48	29.38	13.98	19.35	41.79	37.15	55.18
Borborema Potiguar	32.82	19.32	21.58	38.32	15.44	39.23	69.63
Cariri	32.91	29.48	25.42	41.36	26.67	25.60	61.54
Catolé do Rocha	32.95	27.03	33.34	31.03	22.96	23.89	82.56
Piemonte da Borborema	33.58	14.02	22.01	28.14	22.21	47.59	67.28
Encosta do Planalto de Conquista	33.93	24.62	17.70	16.20	35.75	45.28	66.15
Tabuleiros de São Miguel dos Campos	34.04	16.58	26.65	20.74	36.67	39.32	69.41
(*) Pedreiras	34.10	42.05	43.05	44.87	35.56	20.24	25.78
Cariris Velhos	34.37	31.97	31.96	39.10	14.82	30.69	77.15
Serião Pernambucano do São Francisco	34.81	39.92	35.01	37.99	35.03	21.94	54.21
Baixo Jaguaribe	34.84	33.26	25.92	43.81	17.81	36.00	60.94
Açu e Apodi	35.13	33.56	33.31	50.95	17.21	27.73	62.58
Palmeira dos Índios	35.55	20.47	28.51	27.64	32.13	45.90	56.87
Agreste Setentrional Pernambucano	35.62	22.22	29.29	39.63	11.21	41.86	81.24
Serrana Norte-Riograndense	35.85	38.25	33.39	43.14	16.09	24.58	86.70
Litoral Sul Sergipano	35.86	25.69	30.89	40.09	34.68	33.49	55.15
Litoral Paraibano	36.36	25.00	32.10	34.05	25.35	48.17	50.08
Alto Pajéu	36.51	37.37	38.36	42.11	21.52	21.99	85.87
Imperatriz	36.59	43.02	36.15	29.54	25.46	50.29	27.98
Agreste de Lagarto	36.96	24.28	25.75	40.97	23.33	44.43	66.09
Agreste da Borborema	37.71	25.32	28.05	38.38	19.46	43.23	83.07
Agro-Pastoril do Baixo Parnaíba	38.13	16.43	21.15	31.64	25.71	58.24	70.33
Cacaueira	38.15	35.19	24.66	16.14	45.32	41.56	76.00
Agreste de Itabaiana	38.45	29.22	30.76	48.29	34.63	33.05	62.82
Vale do Ipojuca	39.44	21.49	28.36	39.41	26.75	40.63	95.05
(*) Sobral	39.68	38.90	36.74	38.74	43.93	34.80	50.49
Mata Seca Pernambucana	40.36	19.49	35.12	31.92	27.62	53.36	77.10
(*) Timon	40.58	41.58	55.49	41.34	16.53	53.10	30.39
Mata Úmida Pernambucana	41.08	22.59	32.44	37.87	51.88	68.23	
Litorânea do Extremo Sul da Bahia	41.09	30.16	29.08	24.72	38.62	54.53	69.31

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Alfabetização	Educação Básica	% Escolarização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
(*) Itaberaba	43.18	44.46	29.67	46.54	36.89	35.00	85.26
(*) Caucaia	43.20	47.36	45.98	49.74	19.17	50.43	48.65
Propriá	43.91	34.36	38.19	49.17	41.90	45.31	53.98
(*) Santa Inês	44.23	42.66	45.80	43.89	35.12	56.78	30.12
Seridó	44.69	46.50	37.58	59.71	21.32	39.93	79.90
Salineira Norte-Riograndense	45.81	46.57	46.64	51.65	18.13	53.19	65.25
Recôncavo Baiano	46.19	43.90	40.31	51.57	41.95	41.33	67.07
(*) Paudalho	46.95	28.04	34.60	36.67	32.28	70.09	72.71
(*) Sousa	47.90	42.16	46.36	50.21	52.52	37.13	70.78
(*) Belo Jardim	48.83	26.99	25.02	30.51	61.47	57.18	94.46
Natal	49.02	30.04	37.70	56.33	27.52	67.32	67.54
Correadeiras do São Francisco	49.84	57.22	34.76	37.25	57.92	50.87	65.84
(*) Pesqueira	50.14	39.19	46.84	50.90	40.00	48.61	87.95
São Luís	50.29	56.46	52.28	72.23	20.29	62.11	27.72
(*) Senhor do Bonfim	50.49	53.47	38.79	45.70	49.45	48.20	78.23
Maceió	50.55	35.31	43.13	44.07	54.96	55.18	70.10
Salvador	52.27	60.54	52.29	64.34	37.68	48.98	56.12
(*) Salgueiro	52.70	55.85	52.99	64.18	52.42	39.41	62.07
(*) Brumado	53.02	50.65	41.66	68.54	33.74	45.34	97.82
(*) Maranguape	53.54	60.62	53.89	59.36	28.81	56.92	70.77
(*) Barreiras	53.71	61.30	48.97	46.88	58.64	47.93	68.15
(*) Gravata	53.99	26.84	45.28	42.17	51.20	67.77	88.83
(*) Ipiau	54.33	44.68	38.19	39.55	66.21	57.97	82.30
(*) Santo Amaro	54.37	57.49	54.23	67.18	50.26	42.14	66.39
(*) Parnaíba	54.84	59.27	54.91	66.57	36.92	57.06	56.15
(*) Escada	55.38	38.24	44.12	52.39	40.59	72.09	81.13
Cotinguiba	55.51	31.65	36.79	48.48	53.16	78.56	68.34
(*) Arapiraca	56.02	30.38	35.47	39.92	42.81	86.61	89.73
(*) Jequié	56.16	51.95	40.34	43.17	68.81	55.76	82.77
(*) Crato	56.63	58.04	54.38	71.67	53.82	46.43	62.41
(*) Floriano	56.98	67.99	60.76	78.07	47.59	34.77	74.27
(*) Santo Antonio de Jesus	57.06	54.41	49.36	68.88	47.56	47.89	89.69
(*) Simões Filho	57.36	73.96	62.01	64.57	38.99	56.91	53.31
(*) Igarassu	58.35	47.87	59.09	71.35	35.95	70.09	58.80
(*) Palmares	59.00	37.45	44.49	48.55	56.70	78.07	78.94
(*) Ilhéus	60.08	62.06	48.48	49.21	66.98	59.23	81.57
(*) Timbaúba	60.36	41.44	53.41	57.92	47.29	72.78	88.87
(*) Catu	60.87	63.46	57.84	72.62	58.27	57.63	54.49
(*) Limoeiro	61.82	43.43	55.78	64.44	48.33	74.19	80.76
(*) Goiana	62.38	49.54	62.39	65.50	48.16	71.27	75.78
(*) Cajazeiras	62.62	48.08	58.30	57.45	63.81	62.68	91.88

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	% Alfabetização	Educação Básica	% Escolarização	% Água Potável	% Esgoto Adequado	% Habitação Adequada
(*) Candéias	62.66	62.31	63.66	74.36	38.73	63.40	82.76
(*) Cabo	62.76	53.02	57.74	56.36	47.15	83.37	69.23
(*) Juazeiro do Norte	63.40	43.01	48.19	55.65	55.07	82.75	88.34
(*) Mossoró	64.30	59.88	62.05	74.68	45.75	68.82	76.90
(*) Camaçari	64.61	65.71	65.52	55.78	60.21	71.15	68.96
(*) Itapetinga	64.86	55.53	37.25	59.46	84.97	66.69	81.56
(*) Carpina	65.20	43.54	55.06	55.43	46.18	88.08	98.73
(*) Estância	65.36	52.26	51.63	62.29	63.46	77.70	77.52
(*) Alagoinhas	65.75	67.29	61.76	78.49	53.34	59.98	83.91
(*) Santa Rita	66.20	39.62	50.51	65.63	52.43	90.77	83.78
(*) Petrolina	66.21	64.64	56.66	68.83	59.72	68.86	81.54
(*) Moreno	66.89	53.81	75.38	66.13	50.07	77.75	75.58
(*) Vitória da Conquista	67.55	59.05	49.33	55.17	70.06	76.59	96.40
(*) Penedo	67.58	48.74	61.29	57.68	86.54	75.11	82.62
(*) Vitória de Santo Antão	67.66	43.62	54.88	62.41	65.98	85.50	81.23
(*) Guarabira	69.65	40.11	45.51	57.18	87.71	85.92	85.75
(*) Currais Novos	69.66	57.53	56.31	85.53	47.35	79.23	91.17
(*) São Lourenço da Mata	70.15	57.18	80.16	71.81	36.18	91.72	76.92
(*) Garanhuns	70.17	49.62	57.09	74.29	71.71	72.95	95.23
(*) Itabuna	71.96	71.55	59.22	57.22	80.08	75.04	92.49
(*) Bayeux	73.16	55.81	66.10	69.01	68.44	92.71	70.59
(*) Teresina	73.49	77.57	68.39	85.93	66.23	76.97	58.89
(*) Feira de Santana	73.49	73.87	60.11	76.81	70.41	71.22	96.41
(*) Paulo Afonso	73.96	64.89	58.19	78.25	70.91	77.68	94.77
(*) Caruaru	76.09	56.50	65.01	82.40	72.71	79.83	100.00
(*) Arcoverde	76.61	62.35	69.22	78.67	78.59	77.94	92.89
(*) Caicó	77.21	62.01	69.37	74.58	72.87	86.11	95.95
(*) Patos	78.31	60.72	66.25	71.14	89.74	85.34	89.63
(*) Campina Grande	79.37	71.71	72.54	82.24	72.79	84.58	91.65
(*) Fortaleza	81.12	88.98	70.45	91.07	54.87	92.37	88.65
(*) Jaboatão	81.57	74.18	87.35	88.44	52.03	95.36	89.81
(*) Maceió	85.53	79.28	76.63	86.27	90.38	90.04	83.84
(*) São Luís	86.21	98.78	78.31	96.05	77.53	93.51	63.03
(*) João Pessoa	90.40	83.66	73.11	92.76	95.34	96.71	88.32
(*) Olinda	91.79	89.98	93.35	98.85	80.01	97.28	87.44
(*) Recife	92.21	91.57	87.21	100.00	79.68	98.54	93.29
(*) Paulista	93.10	84.53	100.00	98.02	87.11	97.66	85.03
(*) Natal	94.19	87.20	81.25	97.54	94.91	100.00	98.50
(*) Aracaju	94.26	89.29	81.95	97.63	94.78	99.43	97.24
(*) Salvador	95.62	100.00	82.04	98.47	100.00	97.02	92.63

(*) Municípios urbanos.

superior a 30%, enquanto que as outras variáveis estão em torno de 60% ou mais; além disso, seu valor máximo se situa muito abaixo dos máximos alcançados pelas outras variáveis. Por outro lado, o valor mínimo em ALFA (28%) está muito distante do alcançado por outras variáveis do conjunto (AGUA = 1%, EDUC = 4%). Em outras palavras, a ordem de variação destas variáveis não é similar entre si.

Com o objetivo de neutralizar o efeito que as diferenças pronunciadas na ordem de variação das variáveis provocaria na definição de um Índice construído com base nestas variáveis originais, decidiu-se reescalonar todas as variáveis intervenientes. O reescalonamento utilizado foi o seguinte:

$$X^*_i = (X_i - \text{Min}) / (\text{Max} - \text{Min}) \times 100$$

onde:

X^*_i = variável reescalonada;

X_i = variável original;

Min = seu valor mínimo;

Max = seu valor máximo.

Desta forma, a nova variável tende a 100 (cem) quando as variáveis originais adquirem maior valor. No QUADRO 1 deste Anexo pode-se observar os valores reescalonados de cada variável em cada unidade espacial. No QUADRO 2 deste mesmo Anexo encontram-se também algumas estatísticas das variáveis assim transformadas.

QUADRO 2 ESTATÍSTICAS DAS VARIÁVEIS ORIGINAIS E TRANSFORMADAS

1980

Variáveis originais	Média	Valor mínimo	Valor máximo	Variação	CV
Índice	41.4	9.6	95.6	85.9	51.2
% Alfabetização	49.9	27.7	86.1	58.4	23.3
% Escolarização	48.3	21.6	84.5	62.9	30.6
Educação Básica	16.1	4.1	37.7	33.6	42.9
% Água Potável	25.1	1.2	72.8	71.6	68.6
% Esgoto Adequado	44.3	10.0	92.1	82.1	51.9
% Habitação Adequada	68.3	13.9	97.5	83.6	26.9
Renda Pessoal Relativa	238.3	100.0	718.2	618.2	45.5
Renda Média Pessoal	5.658.6	2.374.2	17.055.2	14.680.6	46.5
% Filias. mais de 1/4 Sal.	53.3	24.7	88.2	63.5	28.2
% Urbanização	48.7	14.2	100.0	85.8	49.3
Variáveis transformadas	Média	Valor mínimo	Valor máximo	Variação	CV
Índice	41.4	9.6	95.6	86.0	51.2
% Alfabetização	38.1	0.0	100.0	100.0	52.2
% Escolarização	42.4	0.0	100.0	100.0	55.5
Educação Básica	35.7	0.0	100.0	100.0	57.7
% Água Potável	33.4	0.0	100.0	100.0	72.1
% Esgoto Adequado	41.7	0.0	100.0	100.0	67.2
% Habitação Adequada	65.0	0.0	100.0	100.0	33.8
% Filias. mais de 1/4 Sal.	44.9	0.0	100.0	100.0	52.6
% Urbanização	40.3	0.0	100.0	100.0	69.5

4. O ÍNDICE E A RENDA

O Índice proposto neste trabalho baseia-se em medidas não monetárias, ou seja, exclui a consideração da renda monetária. Com o objetivo de controlar o efeito que esta decisão provoca, foi desenvolvida a análise dos componentes principais, incluindo a variável SALFAM transformada com o método anteriormente indicado. A análise dos componentes principais, incluindo a variável monetária, chegou aos resultados apresentados no QUADRO 3:

QUADRO 3
ANÁLISE FATORIAL COM RENDA

VARIÁVEL	1º FATOR PRINCIPAL	COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO
EDUC	.94327	.12
ESGO	.93409	.22
ESCOL	.90407	.15
AGUA	.91868	.16
ALFA	.88241	.11
HABIT	.60316	.09
SALFAM	.87704	.15
"Eigenvalue"	.292047	
Proporção	. 7721	

Pode-se observar que a proporção de variabilidade captada pelo primeiro fator (.7721) é quase igual à do primeiro fator obtido anteriormente, que exclui a renda (.7797). Espera-se que o fator assim obtido seja muito próximo ao Índice anteriormente apresentado. Por outra parte, processando os coeficientes de Postos de Spearman para o Índice restrito, o Índice com renda (Índice*) e a variável SALFAM, observa-se que ambos os índices são substituíveis entre si. Quer dizer, a variável de renda integrada ao Índice não modifica em quase nada a hierarquização das observações produzida pelo Índice restrito. Por outro lado, considerando a renda separadamente, observa-se que produz um ordenamento igualmente distante ou diferente de ambos os Índices.

CORRELAÇÃO DE POSTOS
(COEFICIENTE DE SPEARMAN) ENTRE OS ÍNDICES E A
RENDA RELATIVA

	Índice	Índice*	SALFAM
Índice	X	.99	.81
Índice*		X	.87
SALFAM			X

Dados estes resultados, decidiu-se manter o Índice restrito, sem SALFAM, deixando em aberto a possibilidade de poder comparar seu comportamento em relação a essa variável.²²

5. DESIGUALDADES DE RENDA E EDUCAÇÃO

Uma medição mais precisa destas desigualdades pode ser obtida através do Índice de Theil e do CV, ponderados e desagregados para o caso de variáveis de intervalo. Para o total da população, o Índice de Theil pode ser decomposto da seguinte maneira:

$$T = \sum_{j=1}^J \left(\frac{p_j \bar{X}_j}{\bar{X}} \right) \log \left(\frac{\bar{X}_j}{\bar{X}} \right) + \sum_{j=1}^J \left(\frac{p_j \bar{X}_j}{\bar{X}} \right) T_j,$$

Sendo:

\bar{X}_j = as médias de cada agregação;

p_j = a proporção de população em cada conglomerado;

$$\bar{X} = \frac{\sum_{j=1}^J p_j x_j}{J}$$

Desta forma, o primeiro termo ao lado direito da equação expressa a parte que corresponde às desigualdades inter-agrupamento e o segundo às desigualdades intra-agrupamento. No presente caso, processando a primeira parte, obtém-se o valor mínimo do Índice imputável às desigualdades inter-regionais dentro do Nordeste. A mesma lógica pode ser aplicada para o cálculo do CV agregado.

O quadrado do CV pode ser decomposto da seguinte forma:

$$V^2 = \sum_{j=1}^J \frac{p_j (\bar{X}_j - \bar{X})^2}{\bar{X}^2} + \sum_{j=1}^J \left(\frac{p_j \bar{X}_j}{\bar{X}^2} \right) V_j^2$$

Computando a primeira parte do lado direito da equação, conseguem-se os valores mínimos devidos às diferenças intra-agrupamentos ponderadas pelos tamanhos relativos.

²² Os valores das variáveis monetárias em cada uma das observações podem ser vistos no Quadro 7 do Anexo A. O ordenamento relativo destas variáveis encontra-se no Quadro 7 do texto.

No QUADRO 4 apresentam-se o Índice de Theil e o CV para as variáveis RENDA e ANOS ESTUDO respectivamente, calculados na forma anteriormente descrita, com ponderação da população total no primeiro caso e população de 10 anos e mais para o segundo.

QUADRO 4
MEDIDAS DE DESIGUALDADE NA RENDA MÉDIA E ANOS DE ESTUDO NOS DISTINTOS NÍVEIS DE AGREGAÇÃO — 1980

NÍVEIS DE AGREGAÇÃO	RENDA (THEIL)	ANOS DE ESTUDO (CV)
Municípios Urbanos	.0752	.29
Micros	.0370	.23
Total	.1841	.63
Urbano	.0983	.32
Rural	.0691	.62

Novamente, verifica-se que quando são consideradas simultaneamente todas as observações (Total), se produzem as maiores desigualdades em ambos os tipos de variáveis. Ou seja, tanto RENDA (.18) como ANOS ESTUDO (.63) alcançam os maiores valores respectivos quando comparados com os restantes. Neste nível, estaria se refletindo, uma vez mais, a desigualdade inter-setorial.²³

Quando a análise é realizada a partir da perspectiva intra-setorial, as conclusões podem mudar de acordo com o tipo de variáveis e de medição que se realizar. No caso de ANOS ESTUDO, as desigualdades são mais acentuadas quando apenas se considera o setor "rural" no conjunto das observações (CV = .62).

A distribuição da RENDA não acusa o mesmo comportamento. Pelo contrário, tudo levaria a concluir que as diferenças entre as RENDAS são levemente superiores no setor urbano em relação ao setor rural. Indubitavelmente, quanto ao seu alcance, o significado diferente que esta variável tem em ambos os setores poderia explicar parte desta diferença detectada.²⁴

23 "... a disparidade do nível de renda das pessoas residentes no quadro rural do Nordeste é mais acentuada em comparação com a obtida pelos nordestinos radicados nas cidades da própria região do que a renda média do Nordeste em relação ao Brasil como um todo." (Leite, 1982, pág. 149).

24 No setor urbano uma maior proporção da renda real está incorporada à renda monetária, detectando-se assim com maior clareza os processos de heterogeneização do emprego urbano; no setor rural os setores ocupacionais de subsistência têm subestimada sua renda real, incidindo esta situação nos valores de variação que se alcança para ele.

QUADRO 5
ESTATÍSTICAS DAS VARIÁVEIS ORIGINAIS SEGUNDO INTERVALOS
DO ÍNDICE — 1980

VARIÁVEIS	MÉDIA	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO	VARIAÇÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
Índice (= 0-25)	24.2	9.6	34.8	25.2	26.7
% Alfabetização	42.3	27.7	56.0	28.3	12.3
% Escolarização	37.5	21.6	59.4	37.8	19.6
% Educação Básica	10.8	4.1	18.6	14.4	23.0
% Água Potável	12.5	1.2	31.1	29.9	48.3
% Esgoto Adequado	26.0	10.0	57.3	47.2	40.2
% Habitação Adequada	59.3	13.9	87.9	74.0	30.2
Renda Pessoal Relativa	164.6	100.0	310.2	210.2	24.1
Renda Média Pessoal	3909.2	2374.6	7367.9	4993.2	24.1
% Flias. mais de 1/4 Sal.	42.6	24.7	72.3	47.6	23.1
% Urbanização	30.6	14.2	83.6	69.4	34.5
Índice (= 25-50)	44.4	35.1	54.8	19.7	14.9
% Alfabetização	50.2	37.2	63.4	26.2	15.2
% Escolarização	49.9	31.7	67.0	35.2	15.8
% Educação Básica	17.0	11.2	22.7	11.5	18.5
% Água Potável	26.4	9.2	48.6	39.4	37.8
% Esgoto Adequado	48.9	28.0	67.5	39.4	18.2
% Habitação Adequada	70.3	37.0	95.7	58.6	20.7
Renda Pessoal Relativa	248.8	138.2	384.8	246.6	26.3
Renda Média Pessoal	5909.2	3283.9	9139.9	5856.0	26.9
% Flias. mais de 1/4 Sal.	56.4	34.7	73.6	38.8	15.9
% Urbanização	52.2	14.6	81.1	66.5	30.8
Índice (= 50-75)	64.0	55.3	73.9	18.5	8.4
% Alfabetização	59.2	45.4	73.0	27.5	11.8
% Escolarização	61.8	46.7	75.6	28.9	11.2
% Educação Básica	22.8	16.0	31.0	15.0	14.2
% Água Potável	42.3	26.8	64.0	37.0	23.9
% Esgoto Adequado	69.2	36.5	86.1	47.5	15.1
% Habitação Adequada	80.4	58.4	96.4	37.9	12.4
Renda Pessoal Relativa	323.3	232.3	513.4	281.0	22.8
Renda Média Pessoal	7679.4	5518.5	12193.7	6675.1	22.2
% Flias. mais de 1/4 Sal.	67.1	50.7	80.0	29.3	10.5
Urbanização	75.0	53.4	99.2	45.8	13.9
Índice (= 75-100)	85.9	76.0	95.6	19.5	8.3
% Alfabetização	74.4	60.6	86.1	25.4	10.9
% Escolarização	77.9	66.3	84.4	18.1	7.6
% Educação Básica	30.4	25.9	37.7	11.7	11.0
% Água Potável	59.1	38.5	72.8	34.3	16.8
% Esgoto Adequado	85.6	74.0	92.1	18.1	6.9
% Habitação Adequada	89.0	66.6	97.5	30.9	8.0
Renda Pessoal Relativa	466.1	300.6	718.2	417.5	27.0
Renda Média Pessoal	11069.4	7139.8	17055.2	9915.4	27.0
% Flias. mais de 1/4 Sal.	77.4	62.5	88.2	25.6	10.2
% Urbanização	88.4	55.0	100.0	44.9	16.1

QUADRO 6
ESTATÍSTICAS DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS SEGUNDO
INTERVALOS DO ÍNDICE — 1980

VARIÁVEIS	MÉDIA	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO	VARIAÇÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
Índice (= 0-25)	24.2	9.6	34.8	25.2	26.7
% Alfabetização	25.0	0.0	48.5	48.5	35.8
% Escolarização	25.3	0.0	60.1	60.1	46.2
% Educação Básica	19.9	0.0	43.0	43.0	37.2
% Água Potável	15.8	0.0	41.7	41.7	53.5
% Esgoto Adequado	19.4	0.0	57.5	57.5	65.5
% Habitação Adequada	54.3	0.0	88.5	88.5	39.5
% Filias. mais de 1/4 Sal.	28.2	0.0	75.0	75.0	55.0
% Urbanização	19.2	0.0	80.9	80.9	64.3
Índice (= 25-50)	44.4	35.1	54.8	19.7	14.9
% Alfabetização	38.6	16.4	61.2	44.8	33.8
% Escolarização	45.1	16.1	72.2	56.0	27.8
% Educação Básica	39.5	21.1	55.4	34.3	24.4
% Água Potável	35.2	11.2	66.2	54.9	39.6
% Esgoto Adequado	47.3	21.9	70.0	48.1	23.0
% Habitação Adequada	67.4	27.7	97.8	70.0	25.8
% Filias. mais de 1/4 Sal.	49.9	15.8	77.0	61.1	28.3
% Urbanização	44.3	0.5	76.0	77.5	41.6
Índice (= 50-75)	64.0	55.3	73.9	18.5	8.6
% Alfabetização	54.0	30.3	77.5	47.1	21.9
% Escolarização	63.9	39.5	85.9	46.0	17.3
% Educação Básica	55.6	35.4	80.1	44.6	17.3
% Água Potável	57.4	35.9	87.7	51.7	24.1
% Esgoto Adequado	72.1	34.7	92.7	57.9	17.7
% Habitação Adequada	79.6	53.3	98.7	45.4	15.0
% Filias. mais de 1/4 Sal.	66.8	40.0	87.1	46.2	16.8
Urbanização	70.9	45.7	99.1	53.3	16.6
Índice (= 75-100)	85.8	76.0	95.6	19.5	8.3
% Alfabetização	80.0	56.5	100.0	43.4	17.3
% Escolarização	89.6	71.1	100.0	28.8	10.5
% Educação Básica	78.3	65.0	100.0	34.9	12.7
% Água Potável	80.8	52.0	100.0	47.9	17.1
% Esgoto Adequado	92.1	77.9	100.0	22.0	7.8
% Habitação Adequada	89.8	63.0	100.0	36.9	9.4
% Filias. mais de 1/4 Sal.	83.0	59.6	100.0	40.3	15.0
% Urbanização	86.5	47.6	100.0	52.3	19.2

QUADRO 7
O ÍNDICE, ALGUMAS VARIÁVEIS DE RENDA E URBANIZAÇÃO
SEGUNDO UNIDADES ESPACIAIS — 1980

Unidades Espaciais	Índice	Renda Pessoal Relativa	Renda Média Pessoal	% Fhas. maia de 1/4 Sal.	Urba- niza- ção
Baixo Parnaíba Maranhense	9.63	10.79	2417.07	29.53	21.57
Pindaré	10.46	183.74	4363.14	51.35	16.16
Alto Munim	10.62	100.00	2374.65	38.34	24.31
Sertão de Paulo Afonso	11.16	162.44	3857.47	46.26	14.51
Baixo Parnaíba Piauiense	12.16	139.01	3301.02	34.50	23.00
Alto Mearim e Grajáú	12.26	185.80	4412.12	48.11	23.19
Itapecuru	14.03	130.90	3108.43	42.80	29.47
Alto Itapecuru	14.81	145.24	3448.89	55.09	26.59
Ibiapaba	15.48	151.63	3600.74	33.84	26.93
Arapiraca	15.73	140.97	3347.64	40.57	21.32
Ibiapaba Meridional	15.85	135.92	3227.52	30.68	31.43
Mearim	16.40	167.30	3972.77	48.47	29.37
Serra do Pereiro	16.47	159.45	3786.46	35.70	25.69
Baixada Oriental Maranhense	16.51	120.37	2858.47	38.11	17.41
Chapadões do Alto Rio Grande	16.55	180.50	4286.23	43.39	22.43
Sertão Sergipano do São Francisco	16.89	144.45	3430.16	40.91	24.86
Gurupi	17.05	187.85	4460.90	53.44	14.21
Sobral	17.30	125.20	2973.08	35.60	31.10
Arcoverde	17.38	129.17	3067.42	35.32	22.66
Litoral do Camocim e Acarau	17.55	163.18	3875.04	37.80	34.18
Sertão de Canudos	18.25	173.97	4131.26	46.63	15.83
Teresina	18.27	102.33	2430.03	26.85	28.35
Médio Mearim	13.35	146.42	3476.97	43.20	29.66
Baixo-Médio Acarau	18.58	125.96	2991.17	43.00	30.23
Sertões de Canindé	19.01	119.97	2848.87	30.35	26.77
Sertão dos Inhamuns	19.07	150.40	3571.51	33.32	23.50
Chapada do Araripe	19.40	138.39	3286.27	32.77	32.85
Araripina	19.56	157.29	3735.09	42.55	27.63
Planalto de Conquista	19.57	178.65	4242.20	52.68	25.10
Altos Piauí e Canindé	20.13	108.50	2576.41	26.26	17.74
Campo Maior	20.84	129.14	3066.53	31.57	28.71
Feira de Santana	21.09	170.65	4052.41	52.09	20.60
Senhor do Bonfim	21.54	217.59	5167.00	52.30	20.33
Baixo-Médio São Francisco	21.56	192.96	4582.17	45.49	31.55
Serra de Caririasu	21.82	107.27	2547.26	28.51	26.82
Sertões de Senador Pompeu	21.90	150.18	3566.18	36.09	24.04
Agreste de Alagoinhas	22.40	197.29	4684.91	53.00	24.53
Baixo Balsas	22.43	117.78	2796.79	30.57	22.61

(Continua)

Continuação

Unidades Especiais	Índice	Renda Pessoal Relativa	Renda Média Pessoal	% Filas, mais de 1/4 Sal.	Urbani- zação
Sertões de Crateús	22.71	150.97	3585.03	31.50	31.38
Chapadas do Extremo Sul Piauiense	22.76	176.25	4185.23	34.49	21.90
Pastos Bons	22.90	134.34	3190.22	36.90	32.95
Médio Gurguéia	22.97	131.92	3132.56	24.70	31.39
Salgueiro	23.28	153.97	3656.28	36.14	21.81
Serra do Teixeira	23.35	118.11	2804.67	29.62	21.19
Sertão de Cajazeiras	23.38	139.01	3300.93	31.00	25.68
Pastoril de Itapetinga	23.70	203.69	4836.84	48.37	38.24
Sertão do Cariri	23.79	154.83	3676.63	36.28	26.21
Batalha	24.00	146.32	3474.59	35.36	30.50
Baixada Ocidental Maranhense	24.12	141.69	3364.66	40.71	20.08
Chapada Diamantina Meridional	24.26	173.42	4118.15	48.12	20.27
(*) Cascavel	24.26	177.86	4223.65	48.53	77.56
Sertão do Rio Real	24.53	214.45	5092.33	50.65	34.09
Florião	24.69	132.02	3134.99	39.78	31.26
Baixões Agrícolas Piauiense	24.72	127.48	3027.26	33.14	27.45
Curimataú	24.81	152.73	3626.81	36.56	31.54
Alto Parnaíba Piauiense	24.82	125.64	2983.56	27.11	29.46
Uruburetama	25.03	152.65	3624.82	38.01	30.24
Valença do Piauí	25.26	109.12	2591.18	24.92	31.40
Sertão Alagoano	25.50	162.95	3869.41	43.21	26.57
Chapadões do Rio Corrente	26.33	176.06	4180.74	43.35	25.79
Serrinha	26.96	212.78	5052.85	56.06	24.84
Serra Geral da Bahia	26.99	178.30	4234.11	47.35	22.46
Chapadas do Sul Maranhense	27.04	229.55	5451.13	43.51	35.82
Jequié	27.09	216.72	5146.43	58.22	34.91
Mata Alagoana	27.80	187.57	4454.07	53.69	33.77
Médio Jaguaribe	27.89	133.67	3174.10	35.01	30.68
Litoral Norte Baiano	29.15	229.42	5447.82	54.35	43.69
Sertões de Quixeramohim	28.16	139.13	3303.79	35.05	25.97
Tabuleiros de Valença	28.49	274.62	6521.31	72.39	33.91
Sertão do Salgado	28.73	177.95	4225.59	40.45	33.03
Sertão do Moxotó	28.95	169.06	4014.70	46.05	31.82
Litoral de São Bento do Norte	29.02	168.87	4009.97	49.57	30.98
Sertão de Angicos	29.08	139.63	3315.82	38.58	41.53
Piemonte da Diamantina	29.10	229.84	5457.95	55.50	29.84
Serra Verde	29.24	171.47	4071.71	46.33	41.99
Litoral Norte Alagoano	29.62	203.71	4837.51	56.43	38.93
Seridó Paraibano	30.12	165.33	3926.02	47.46	31.46
Litoral de Pacajus	30.15	144.19	3424.06	47.81	36.10
Iguatu	30.19	210.28	4993.50	52.00	39.31
(*) Aquiraz	30.31	163.18	3875.06	58.01	83.62
Depressão do Alto Piranhas	30.39	148.69	3530.91	33.68	31.68
Penedo	30.45	140.12	3327.48	40.88	32.82

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	Renda Pessoal Relativa	Renda Média Pessoal	% Flus. mais de 1/4 Sal.	Urbani- zação
Fortaleza	30.97	174.71	4148.75	55.42	58.91
Serra do Baturité	31.08	155.60	3695.05	39.86	25.05
Agreste Meridional Pernambucano	31.13	144.38	3428.44	44.00	28.18
Nossa Senhora das Dores	31.15	201.87	4793.67	51.99	35.53
Agreste Potiguar	31.33	160.12	3802.40	43.92	34.23
Interiorana do Extremo Sul da Bahia	31.35	256.19	6083.73	57.34	40.11
Médio Parnaíba Piauiense	32.07	123.39	2930.18	32.65	43.47
Brejo Paraibano	32.13	166.97	3964.90	37.33	30.04
Chapada Diamantina Setentrional	32.13	310.27	7367.92	65.87	33.66
Médio São Francisco	32.48	186.73	4434.12	46.60	29.05
Borborema Potiguar	32.82	144.85	3439.65	40.34	38.56
Cariri	32.91	170.24	4042.68	36.48	33.99
Catolé do Rocha	32.95	154.28	3663.54	39.03	36.44
Piemonte da Borborema	33.58	137.60	3267.56	38.42	38.29
Encosta do Planalto de Conquista	33.98	233.54	5545.76	56.47	39.25
Tabuleiros de São Miguel dos Campos	34.04	257.15	6106.43	65.73	32.83
(*) Pedreiras	34.10	238.58	5665.47	52.40	64.76
Cariris Velhos	34.47	130.17	3091.09	34.96	28.28
Sertão Pernambucano do São Francisco	34.81	247.13	5868.40	56.70	31.05
Baixo Jaguaribe	34.84	168.59	4003.33	47.14	35.96
Açu e Apodi	35.13	204.16	4848.12	47.81	39.16
Palmeira dos Índios	35.55	200.79	4767.99	42.44	38.48
Agreste Setentrional Pernambucano	35.62	174.00	4131.81	47.30	26.35
Serrana Norte-Riograndense	35.85	150.93	3583.95	34.79	39.42
Litoral Sul Sergipano	35.86	233.67	5548.80	59.47	36.47
Litoral Paraibano	36.36	209.62	4977.67	52.69	44.23
Alto Pajéu	36.51	149.37	3546.92	38.29	33.85
Imperatriz	36.59	346.22	8221.57	63.69	40.14
Agreste de Lagarto	36.96	228.87	5434.83	56.47	30.69
Agreste da Borborema	37.71	138.29	3283.94	36.67	30.38
Agro-Pastoral do Baixo Paraíba	38.13	180.69	4290.87	46.94	49.72
Cacaueira	38.15	284.54	6756.89	65.77	41.69
Agreste de Itabaiana	38.45	218.01	5176.86	57.21	37.10
Vale do Ipojuca	39.44	162.85	3867.07	47.59	38.66
(*) Sobral	39.68	243.24	5776.01	56.90	69.87
Mata Seca Pernambucana	40.36	208.79	4958.01	58.50	44.11
(*) Timon	40.58	200.19	4753.75	50.79	74.65
Mata Úmida Pernambucana	41.08	215.40	5114.92	63.93	45.19
Litorânea do Extremo Sul da Bahia	41.09	332.11	7886.49	64.57	14.64
(*) Itaberaba	43.18	246.92	5863.58	59.92	60.90
(*) Caucaia	43.20	240.27	5705.54	59.81	77.90
Propriá	43.91	223.84	5315.36	58.93	52.48
(*) Santa Inês	44.23	384.90	9139.98	67.24	81.15
Seridó	44.69	189.79	4506.95	50.88	43.46

(Continua)

Continuação

Unidades Espaciais	Índice	Renda Pessoal Relativa	Renda Média Pessoal	% Filas. mais de 1/4 Sal.	Urbanização
Salineira Norte-Riograndense	45.81	278.19	6606.01	55.61	60.04
Recôncavo Baiano	46.19	277.75	6595.53	61.38	51.58
(*) Paudalho	46.95	216.89	5150.37	60.86	69.91
(*) Sousa	47.90	222.87	5292.34	42.29	57.13
(*) Belo Jardim	48.83	209.01	4963.26	49.86	59.46
Natal	49.02	225.69	5359.37	55.35	43.36
Correiras do São Francisco	49.84	318.56	7564.60	62.79	43.62
(*) Pesqueira	50.14	196.79	4673.11	53.99	62.64
São Luís	50.29	215.69	5121.96	50.53	39.78
(*) Senhor do Bonfim	50.49	324.46	7704.85	64.08	62.20
Maceió	50.55	269.66	6403.48	64.44	54.77
Salvador	52.27	384.76	9136.67	73.63	64.36
(*) Salgueiro	52.70	294.07	6983.17	56.07	65.90
(*) Brumado	53.02	316.41	7513.71	64.99	55.01
(*) Maranguape	53.54	239.07	5677.18	65.98	63.56
(*) Barreiras	53.71	368.31	8746.04	64.21	72.50
(*) Gravata	53.99	230.14	5464.91	55.38	65.97
(*) Ipiava	54.33	368.03	8739.43	66.30	70.15
(*) Santo Amaro	54.37	321.43	7632.93	69.28	70.75
(*) Parnaíba	54.84	304.11	7221.48	56.93	77.57
(*) Escada	55.38	232.40	5518.58	70.56	58.57
Cotinguiba	55.51	250.98	5959.82	59.16	53.45
(*) Arapiraca	56.02	265.62	6307.53	58.04	64.04
(*) Jequié	56.16	324.27	7700.23	68.60	74.38
(*) Crato	56.63	276.26	6560.10	54.18	72.27
(*) Floriano	56.98	307.30	7297.25	61.92	82.84
(*) Santo Antonio de Jesus	57.06	291.04	6911.23	63.69	67.13
(*) Simões Filho	57.36	387.26	9195.95	78.21	58.69
(*) Igarassu	58.35	283.00	6720.25	67.26	71.46
(*) Palmares	59.00	260.33	6181.98	68.50	70.60
(*) Ilhéus	60.08	451.64	10724.77	74.83	61.49
(*) Timbaúba	60.36	276.22	6559.31	63.24	62.92
(*) Catu	60.87	449.18	10666.45	74.17	70.40
(*) Limoeiro	61.82	281.30	6679.99	55.93	64.42
(*) Goiana	62.83	295.17	7009.16	67.49	62.99
(*) Cajazeiras	62.62	242.44	5757.05	50.72	67.96
(*) Candeias	62.66	416.09	9880.62	78.45	78.05
(*) Cabo	62.76	286.56	6804.79	72.93	78.65
(*) Juazeiro do Norte	63.40	268.84	6383.94	60.14	92.93
(*) Mossoró	64.30	294.88	7002.38	65.52	84.21
(*) Camaçari	64.61	445.57	10580.74	77.19	85.37
(*) Itapetinga	64.86	348.51	8275.78	62.65	83.67
(*) Carpina	65.20	277.18	6582.15	64.04	76.53
(*) Estância	65.36	288.22	6844.31	71.48	76.51

(Continua)

(Conclusão)

Unidades Espaciais	Índice	Renda Pessoal Relativa	Renda Média Pessoal	% Filas. mais de 1/4 Sal.	Urbanização
(*) Alagoinhas	65.75	433.99	10305.85	71.60	78.00
(*) Santa Rita	66.20	254.28	6038.20	65.50	79.19
(*) Petrolina	66.21	336.61	7993.27	72.57	71.75
(*) Moreno	66.89	270.10	6413.90	71.52	75.02
(*) Vitória da Conquista	67.55	417.58	9915.95	71.75	74.73
(*) Penedo	67.58	306.01	7266.55	57.97	73.80
(*) Vitória de Santo Antão	67.66	256.14	6082.45	62.58	68.25
(*) Guarabira	69.65	276.23	6559.57	57.09	76.80
(*) Currais Novos	69.66	271.27	6441.77	65.34	73.40
(*) São Lourenço da Mata	70.15	324.14	7697.30	73.86	88.38
(*) Garanhuns	70.17	281.91	6694.31	64.04	77.39
(*) Itabuna	71.96	513.49	12193.70	80.08	89.82
(*) Bayeux	73.16	291.35	6918.64	70.01	99.25
(*) Teresina	73.49	391.43	9295.15	67.43	89.73
(*) Feira de Santana	73.49	402.32	9553.65	75.24	80.15
(*) Paulo Afonso	73.96	408.60	9702.94	72.36	87.11
(*) Caruaru	76.09	300.86	7144.40	71.74	80.13
(*) Arcoverde	76.61	301.81	7166.93	65.41	85.91
(*) Caiçó	77.21	300.67	7139.82	66.25	77.01
(*) Patos	78.31	312.60	7423.16	62.59	90.53
(*) Campina Grande	79.37	395.05	9381.11	71.92	92.07
(*) Fortaleza	81.12	502.68	11936.86	82.30	100.00
(*) Jaboatão	81.57	447.34	10622.69	78.04	87.91
(*) Maceió	85.53	513.21	12186.99	79.06	98.24
(*) São Luís	86.21	422.22	10026.36	73.33	55.05
(*) João Pessoa	90.40	556.85	13223.19	82.06	98.99
(*) Olinda	91.79	515.64	12244.71	81.83	94.52
(*) Recife	92.21	619.96	14721.85	83.60	98.30
(*) Paulista	93.10	419.57	9963.24	83.98	58.38
(*) Natal	94.19	530.49	12597.25	83.93	100.00
(*) Aracaju	94.26	601.25	14277.62	85.49	98.22
(*) Salvador	95.62	718.22	17055.24	88.24	99.84

(*) Municípios urbanos.

ANEXO B

ANEXO B — DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS VARIÁVEIS

ALFABETIZAÇÃO

População de 15 anos e mais que sabe ler e escrever/total da população de 15 anos e mais.

ESCOLARIZAÇÃO

População de 7 a 14 anos que estuda/total da população de 7 a 14 anos.

EDUCAÇÃO BÁSICA

População de 11 anos e mais com quarta série completa (do 1º grau)/total da população de 11 anos e mais.

HABITAÇÃO ADEQUADA

Domicílios permanentes duráveis/total de domicílios permanentes.

ANOS DE ESTUDO

Total de anos de estudo da população com 10 anos e mais/população com 10 anos e mais.

ÁGUA ADEQUADA

Domicílios particulares permanentes com canalização interna e sem canalização interna, mas com rede geral/total de domicílios particulares permanentes.

ESGOTO ADEQUADO

Domicílios particulares permanentes com rede geral, fossa séptica e fossa rudimentar/total de domicílios particulares permanentes.

URBANIZAÇÃO

População urbana/população total.

RENDA MÉDIA PESSOAL

Total de rendimentos das pessoas de 10 anos e mais/total das pessoas de 10 anos e mais com declaração de rendimentos.

RENDA PESSOAL RELATIVA

É a renda média pessoal transformada (em nova variável), quando então o valor mínimo fica igual a 100, enquanto as demais ficam sendo valores múltiplos proporcionais de 100.

RENDA FAMILIAR ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO

Famílias em que a renda familiar **per capita** vai até 1/4 do salário mínimo (incluindo sem rendimentos)/total de famílias.

RENDA FAMILIAR ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO

Famílias em que a renda familiar **per capita** vai até 1/2 salário mínimo (incluindo sem rendimentos)/total de famílias.

PROFESSORES

Professores do 1º e 2º graus/população até 19 anos de idade (por mil).

MÉDICOS

Total de médicos por dez mil habitantes.

DENTISTAS

Total de dentistas por dez mil habitantes.

ENFERMEIRAS

Total de enfermeiras, auxiliares de enfermagem e parteiras por dez mil habitantes.

GELADEIRA

Domicílios com geladeira/total de domicílios.

TELEVISÃO

Domicílios com televisão/total de domicílios.

ANEXO C

QUADRO I
DIMENSIONAMENTO DE ALGUMAS CARÊNCIAS E OFERTA DE
SERVIÇOS SEGUNDO OS NÍVEIS DO ÍNDICE E OS DIFERENTES
TIPOS DE OBSERVAÇÃO — 1980

Variáveis	NÍVEIS DO ÍNDICE (1)											
	MUITO BAIXO			BAIXO			MÉDIO			ALTO		
	Munic. Urb. Grandes	Munic. Urbanas	Micros (Rurais)	Munic. Urb. Grandes	Munic. Urbanas	Micros (Rurais)	Munic. Urb. Grandes	Munic. Urbanas	Micros (Rurais)	Munic. Urb. Grandes	Munic. Urbanas	Micros (Rurais)
POPULAÇÃO TOTAL	-	47.677	9.759.882	118.024	518.196	12.567.139	2.216.271	1.984.363	379.363	7.100.922	152.397	-
- Analifabetos (2)	-	15.176	3.085.693	33.287	143.313	3.837.264	455.651	468.966	94.121	892.411	33.607	-
- Não Escolarizados (3)	-	6.522	1.453.210	14.280	58.289	1.624.144	173.692	165.618	36.051	254.589	10.000	-
- 4º Série Incompleta (4)	-	28.474	5.721.360	67.106	281.850	7.203.716	1.150.393	817.385	197.181	3.529.508	79.260	-
- 1º Grau Incompleto (5)	-	26.558	5.154.004	63.536	275.632	6.722.938	1.155.768	1.036.304	193.053	3.806.547	84.305	-
TOTAL DE DOMÍCILOS	-	9.170	1.844.490	21.806	99.493	2.446.388	423.206	387.600	74.247	1.413.341	30.456	-
- Domícílios Rústicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Água Inadequada	-	559	184.408	7.131	24.592	463.130	185.905	155.695	23.833	834.551	18.244	-
- Esgoto Inadequado	-	2.760	377.994	8.421	48.122	939.196	297.897	231.570	44.691	1.247.039	23.846	-
SERVIÇOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Total de Médicos	-	5	802	51	133	1.555	1.151	567	35	11.840	93	-
- Total de Dentistas	-	3	1.012	11	46	1.221	570	267	25	5.207	55	-
- Total de Enfermeiros	-	35	5.733	321	586	11.383	5.851	3.835	532	31.393	386	-
- Total de Professores	-	199	44.434	895	2.860	69.596	17.243	12.452	2.036	55.448	1.480	-

FONTE: (1) Muito Baixo (até 25); Baixo (25-50); Médio (50-75); Alto (mais de 75);

(2) Referência população de 15 anos e mais;

(3) Referência população de 7 a 14 anos fora da escola;

(4) Referência população de 11 anos e mais;

(5) Referência à população de 15 anos e mais.

QUADRO 2
PARTICIPAÇÃO RELATIVA EM ALGUNS INDICADORES SOCIAIS POR
DIFERENTES TIPOS DE AGLOMERADO (1) - 1980

Aglomerados	EDUCAÇÃO										OFERTA DE SERVIÇOS											
	POPULAÇÃO		ALFABETIZAÇÃO				ESCOLARIZAÇÃO				10º Grau		Educação Básica		Nº de Médicos		Nº de Dentistas		Nº de Enfermeiros		Nº de Professores	
	Urbana	Rural	Total	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	
Municípios Urbanos Grandes	48,7	5,1	27,1	57,0	7,3	41,4	50,3	8,5	37,5	63,8	48,0	80,4	68,7	75,0	35,6							
Municípios Urbanos	11,0	4,3	7,7	9,8	4,4	8,1	10,7	5,5	9,1	8,1	9,5	4,9	4,4	9,7	8,2							
Micros (Rurais)	40,3	90,6	65,2	33,2	88,0	50,5	39,0	86,0	53,4	28,1	42,5	14,7	26,9	15,3	56,2							
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0							

Aglomerados	HABITAÇÃO E SANEAMENTO												RENS DURÁVEIS									
	TOTAL DE HABITAÇÕES				HAB. ADEQUADAS				ÁGUA ADEQUADA				ESG. ADEQUADO		GELADEIRA		TELEVISÃO					
	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T				
Municípios Urbanos Grandes	48,4	5,2	27,5	34,7	3,8	12,1	57,6	22,0	54,1	54,7	14,8	48,0	66,0	28,5	62,4	66,3	28,3	63,0				
Municípios Urbanos	11,1	4,3	7,8	13,0	3,7	6,2	11,1	4,6	10,5	10,9	6,0	10,0	8,8	6,5	8,7	9,8	7,2	9,6				
Micros (Rurais)	40,5	90,5	64,7	52,3	92,5	81,7	31,3	73,4	35,4	34,4	79,2	42,0	25,2	65,0	28,9	23,9	64,5	27,4				
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) Definição dos aglomerados na nota 17

QUADRO 3
COEFICIENTES DE VARIAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS SEGUNDO
TIPOS DE AGLOMERADOS (1) - 1980

Agglomerados	EDUCAÇÃO						OFERTA DE SERVIÇOS									
	ALFABETIZAÇÃO			ESCOLARIZAÇÃO			1º Grau			MÉD. ANOS ESTUDOS			Profissionais			
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Completo	Básica	Educação	Urbano	Rural	Total	Médicos	Dentistas	Enfermeiros	
Municípios Urbanos (N = 76)	.13	.37	.17	.14	.45	.19	.42	.22	.22	.24	.70	.32	1.05	1.06	.54	.33
Micros (N = 202)	.11	.17	.14	.12	.29	.22	.39	.27	.27	.15	.30	.24	.75	.78	.47	.32
TOTAL	.13	.27	.23	.13	.42	.30	.72	.43	.43	.26	.60	.49	1.52	1.23	.80	.35

Agglomerados	HABITAÇÃO E SANEAMENTO						BENS DURÁVEIS										
	ÁGUA ADEQUADA			ESGOTO ADEQUADO			HAB ADEQUADAS			GELADEIRA			TELEVISÃO				
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total		
Municípios Urbanos (N = 76)	.30	1.84	.35	.18	.78	.24	.15	.33	.33	.18	.30	1.26	.40	.28	1.19	.37	.23
Micros (N = 202)	.41	1.01	.54	.22	.83	.45	.17	.37	.28	.27	1.00	.49	.42	1.08	.62	.34	
TOTAL	.40	1.76	.68	.22	.92	.51	.16	.36	.26	.37	1.48	.74	.47	1.47	.79	.51	

(1) Definição dos aglomerados na nota 17.

QUADRO 4

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS E DA POPULAÇÃO SEGUNDO AGLOMERADOS
E SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS (1) - 1980

Agglomerados	DOMICÍLIOS		Totais	POPULAÇÃO		Total
	Urbanos	Rurais		Urbana	Rural	
Municípios Urbanos Grandes	1.689.506	168.847	1.858.353	8.549.379	885.838	9.435.217
Municípios Urbanos Micros (Rurais)	387.469	139.250	526.719	1.937.919	734.645	2.672.564
	1.415.441	2.949.684	4.365.125	7.079.429	15.626.955	22.706.384
TOTAL	3.492.416	3.257.781	6.750.197	17.566.727	17.247.438	34.814.165

(1) Definição dos aglomerados na nota 17

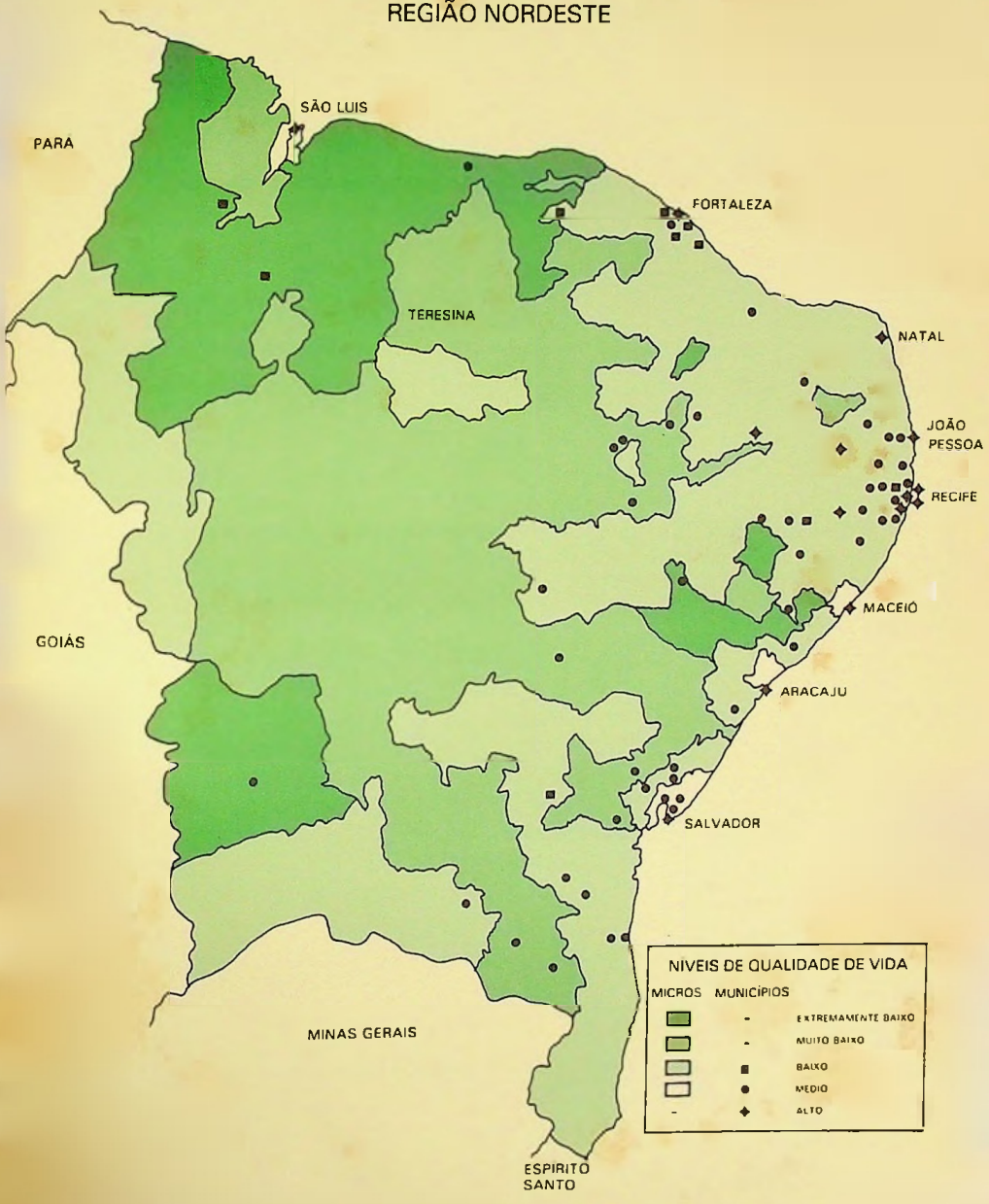
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA E CITADA

1. ALLISON, P.D. (1978), "Measures of Inequality", *American Sociological Review*, vol. 23, p.865-880.
2. ALTIMIR, O. (1979), *La Dimensión de la Pobreza en América Latina*, Cuadernos de la CEPAL, n° 27, Naciones Unidas.
3. BLALOCK, H.M. (1964), *Causal Inference in Nonexperimental Research*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, NC.
4. BUARQUE, O.L. e CORRÊA, R.L. (1977), "Sistema Urbano" em: *Geografia do Brasil: Região Sudeste*, vol. 3, IBGE, Rio de Janeiro, p. 569.
5. CALSING e outros (1984), "Situação Sócio-Econômica dos Municípios: Estado de Sergipe", Instrumentos para a Ação, CNRH/IPEA, Brasília.
6. CASTRO, A., HAKANSSON, N. e BROKENSHAW, D. "Indicators of rural inequality", *World Development*, vol. 9, n° 5, p. 401-427.
7. CASTRO, I.E. (1979), *Níveis de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros*, MEC/MOBRAI, Vol. 1.
8. CHOYNOWSKY, M. (1959), "Maps based on probabilities", *Journal of the American Statistical Association*, vol. 54, p. 385-388.
9. CLARK, W.A. e AVERY, K.L. (1976), "The effect on data aggregation in statistical analysis", *Geographical Analysis*, vol. 8, p. 428-438.
10. COUGHLIN, R.E. (1973), "Attainment along goal dimensions in 101 metropolitan areas", *Journal of the American Institute of Planners*, vol. 39, p. 413-425.
11. CULLINGFORD, D. e OPENSHAW, S. "Identifying areas of rural using social area analysis", *Regional Studies*, vol. 16, n° 6, p. 409-418.
12. DALE, B. "Subjective and objective social indicators in studies of regional social well being", *Regional Studies*, n° 14, p. 503-515.
13. DENSLOW JR., D. e TYLER, W.G. (1983), "Perspectiva sobre a pobreza e desigualdade de renda no Brasil", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 13, n° 3, Rio de Janeiro, p. 863.
14. FAISSOL, S. (1971), "Tipologia de cidades e regionalização do desenvolvimento econômico: um modelo de organização espacial no Brasil", *Boletim Geográfico*, vol. 223, p. 24.
15. FERREIRA, A. (1983), "O Nordeste brasileiro, contrapondo inacabado da acumulação?", *Revista de Economia Política*, vol. 3, n° 3, p. 71-87.
16. FURTADO, C. (1981), "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 1, n° 1, p. 13-19.
17. GARZA, G. (1982), "La concentración económico-espacial en el capitalismo: Análisis teórico", *Demografía y Economía*, XVI, 2, p. 146-169.
18. GRANT, J. (1978), *Disparity reduction rates in social indicators*, ODC, monografia 11.

19. GUERRERO, S.J. e HOYOS, L.E. (1983), "Qualidade de vida: opção teórica e metodológica", *Revista de Economia Rural*, vol. 12, n° 2, p. 173.
20. IBGE (1968), "Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados.
21. JATOBÁ, J. (1983 - org.), "Emprego no Nordeste: 1950-1980 — Modernização e Heterogeneidade", série População e Emprego, SUDENE-PIMES, n° 15, Recife.
22. KNOX, P.L. "Social well-being and north sea oil: an application of subjective social indicators", *Reg. Studies*, n° 10, p. 423-432.
23. KUZ, T.J. (1978), "Quality of life, an objective and subjective variable analysis", *Regional Studies*, n° 12, p. 409-417.
24. LARSON, D.A. e WILFORD, W.T. (1979), "The physical quality of life index: a useful social indicator?", *World Development*, vol. 7, p. 581-584.
25. LEAL, M.A. (1984), "Desenvolvimento, Desigualdade Econômica e Educação", *Educação e Desigualdade no Brasil*, p. 173-204.
26. LEITE, P.S. (1982), "Desigualdades Regionais no Meio Rural", "Revista de Economia Rural" n° 1, p. 147-227.
27. MATA, M. (1979), **Concentração de Renda, Desemprego e Pobreza no Brasil: uma análise de uma amostra de municípios em 1970**, IPEA, Coleção Relatórios de Pesquisa, vol. 41, Rio de Janeiro.
28. MC KRACKEN, K.W.J. (1983), "Dimensions of social well-being: implications of alternative spatial exames", *Environment and Planning*, vol. 15, p. 579-592.
29. MEDEIROS, L.A. e BRAGANÇA, S.I. (1978), **Uma tentativa de classificação dos municípios brasileiros: uma visão crítica** (mimeo).
30. MELO, M.A. (1984), "A questão regional no Brasil: o Nordeste (alguns tópicos)", *Revista de Administração Pública*, vol. 18, n° 1, p. 111-118.
31. MINTER/SEPLAN/MINAGRI/MEAI/SUDENE (1984), "Política de Desenvolvimento Regional" (mimeo).
32. MOLLER, V. e SCHLEMMER, R. (1982), "Quality of life in South Africa: towards an instrument for the assessment of quality of life and basic needs", *Social Indicators Research*, vol. 12, p. 235-279.
33. MORRIS, M.D. (1979), **Measuring the condition of the world's poor: the physical quality of life index**, Overseas Development Council, Washington DC.
34. OSÓRIO, C., NETO, L., e MOREIRA, I. (1984), "A Pobreza e a Riqueza das Regiões", em: **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**, PIMES-SUDENE, vol. 1.
35. "Os 500 Municípios mais Desenvolvidos do Brasil" (1983), *Dirigente Municipal*, Vol. XIV, 6, p. 15-60.
36. PASTORE, J., ZYLBERSTAJN, H. e PAGOTTO, C.S. (1983), **Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980 (o que ocorreu com a família brasileira)**, São Paulo, FIPE/Pioneira.

37. PFEFFERMANN, G. e WEBB, R. (1983), "Pobreza e distribuição de renda no Brasil: 1960-1980", *Revista Brasileira de Economia*, vol. 37, nº 2, P. 147-175.
38. PIMES-SUDENE (1984), *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*, Vol. IV.
39. REDWOOD III, J. (1984), "Evolução das desigualdades Regionais no Brasil (1949-1970)" em: *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*, PIMES-SUDENE, Vol. 1.
40. ROBINSON, W.S. (1950), "Ecological correlations and the behaviour of individuals", *American Sociological Review*, nº 15, p. 351-357.
41. ROMÃO, M. (1981), *Distribuição de Renda e Pobreza: uma análise preliminar da natureza do problema do Nordeste Brasileiro*.
42. SANTANA, J.F. (1981), "Sistema regional de indicadores sociais: um enfoque da pobreza no Nordeste", em: *Trabalhos Apresentados no I Seminário Nacional e II Seminário Regional sobre Qualidade de Vida*, SEPLAN/INEP, Sergipe, p. 187.
43. SILBER, J. (1983), "ELL (The Equivalent Length of Life) or another attempt at measuring development", *World Development* vol. 11(1) p. 21-29.
44. SISNANDO LEITE, P. (1982), "Desigualdades regionais no meio rural", *Revista Econômica do Nordeste*, vol. 13, nº 3, p. 547-632.
45. SIZARET, A.F. e MUÑOZ-PORRAS, J. (1983), "Peru: Selecting beneficiaries for assistance programmes", *Food and Nutrition*, vol. 9(1), p. 3-13.
46. SMITH, I.M. (1973), "The geography of social well-being in the United States".
47. SUDENE (1984), *Proposição de Política Social para o Nordeste*, Recife.
48. THOMAS, V. (1982), *Differences in Income, Nutrition and Poverty within Brazil*, World Bank, Working Paper nº 505.
49. UNICEF (1984), "Female Literacy" (mimeo).
50. VISVALINGAM, M. (1983), "Operational definition of area-based social indicators", *Environment and Planning, A*, vol. 15, p. 831-839.
51. YULE, G.U. e KENDALL, M.G. (1950), *An introduction to the theory of statistics*, Charles Griffin, High Wycombe, Bucks.

NÍVEIS DE QUALIDADE DE VIDA NA REGIÃO NORDESTE



SÉRIE INSTRUMENTOS PARA A AÇÃO

1. Situação Sócio-Econômica dos Municípios:
Estado de Sergipe.

SÉRIE INSTRUMENTOS PARA A AÇÃO

Uma série de diagnósticos e avaliações dirigidas a todos aqueles que desenvolvem esforços para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.